



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS

ANITILZA LABY NEVES DA COSTA TEBUS

POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR
EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO
DE GESTORES E PEQUENOS AGRICULTORES

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
Publicação nº 105/2014

Brasília/DF
Março/2014

ANITILZA LABY NEVES DA COSTA TEBUS

**POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO
DE AGENTES E PEQUENOS AGRICULTORES**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agronegócios.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos de Brito Lourenço

**Brasília/DF
Março/2014**

TEBUS, A. L.N. DA C. **Políticas de segurança alimentar em São Tomé e Príncipe**: uma análise a partir da percepção de agentes e pequenos agricultores. 2014 156.f Dissertação. (Mestrado em Agronegócio) Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília, Brasília,2014.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Propaga. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 1015392.

T254p Tebus, Anitilza Laby Neves da Costa.
Políticas de segurança alimentar em São Tomé e Príncipe : uma análise a partir da percepção de agentes e pequenos agricultores / Anitilza Laby Neves da Costa Tebus. -- 2014. 156 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, 2014.

Inclui bibliografia.

Orientação: Luiz Carlos de Brito Lourenço.

1. Agricultura e estado - São Tomé e Príncipe. 2. Segurança alimentar. 3. Agricultura familiar. 4. Economia agrícola. I. Lourenço, Luiz Carlos de Brito. II. Título.

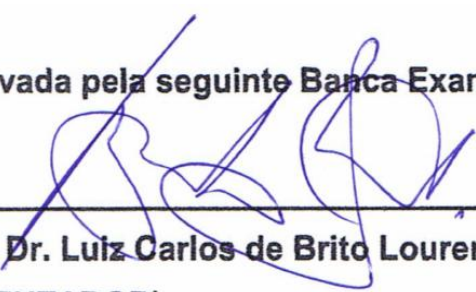
CDU 338.22:63

ANITILZA LABY NEVES DA COSTA TEBUS


**POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO
DE AGENTES E PEQUENOS AGRICULTORES**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agronegócios.

Aprovada pela seguinte Banca Examinadora:



**Prof. Dr. Luiz Carlos de Brito Lourenço – UnB
(ORIENTADOR)**



**Prof. Dr. Manoel Pereira de Andrade – UnB
(EXAMINADOR INTERNO)**



**Prof. Dr. José Ambrósio Ferreira Neto – UFV
(EXAMINADOR EXTERNO)**

**Prof. Dr. Mauro Eduardo Del Grossi – UnB
(SUPLENTE)**

Brasília, 27 de Março de 2014.

À minha família, em especial minha querida mãe Hírdina, minha querida irmã Maria dos Santos e ao meu querido tio Fausto, que tiveram e ainda têm um papel muito importante na minha educação e contribuíram para que eu me tornasse a pessoa que sou hoje.

Muitas pessoas e instituições colaboraram para que fosse possível a realização deste trabalho. Agradeço primeiramente a Deus pela força que tive para recomeçar a cada dia e, assim pôr fim a essa etapa que foi difícil, mas, muito prazerosa. Ao meu orientador Luiz Carlos de Brito Lourenço, pelos ensinamentos e todo apoio. Aos membros da Banca, pelos comentários e a todos os professores do Propaga também pelos ensinamentos. À minha família, em particular as minhas mães pelo apoio tanto moral como financeiro e a força que me deram, sobretudo na etapa final deste trabalho. Não posso deixar de citar os anjos, Silvânia e Diógenes, que me apoiaram na operacionalização do trabalho, minha conterrânea Lusibetty, que durante a minha ausência para trabalho de campo me deu todo apoio com os procedimentos burocráticos necessários, e à minha sobrinha Guilhermina, que deu todo seu empenho para resolução da principal etapa de pesquisa de campo. Quero agradecer também aos produtores das comunidades visitadas, que tiraram um pouco do seu tempo para me permitir a obtenção de dados que foram fundamentais para a finalização deste trabalho. Agradeço ainda o Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas aos projetos PAPAFA, PDSA via ADAPA, PRIASA, Instituto Nacional de Estatística, e à equipe do Gabinete da Dívida via Ministério das Finanças de STP, pela disponibilização dos documentos e espaço cedido, durante a pesquisa documental, a aos gestores que participaram da pesquisa por meio de entrevistas. Aproveito também para agradecer o meu guia de trabalho de campo, Dedson Soares e, as minhas companheiras de apartamento e de estudos Diana, Daniella e Natalia pelo apoio diário mutuo. Agradeço ainda, a CAPES, pelo fundamental apoio financeiro, a Universidade de Brasília, pela oportunidade, a equipe da secretaria do Propaga, pelos serviços prestados. À Irmã Suzete, a minha amiga Clarice Barbosa, Danielle, Jéssica, Pablo, Géssica, Mayara, Iana, Samia, a Equipe do TEL pela força e todo apoio e todas as instituições e as pessoas maravilhosas que tive o imenso prazer de conhecer durante esta caminhada e que contribuíram de alguma forma para realização deste sonho.

A todos o meu muito obrigada,
Obrigada mesmo!

RESUMO

Numa tentativa de sintetizar as informações sobre a importância da agricultura no desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, e com intuito de tornar mais coesa a discussão sobre o tema que pode ser considerado o mais debatido entre os grupos informais de santomenses residentes e fora do país, este trabalho tem como objetivo geral analisar as políticas que o governo vem adotando para o desenvolvimento do setor agrícola no país, em particular no que tange à segurança alimentar. Por meio de entrevista, obtiveram-se depoimentos e opiniões de alguns gestores públicos, de pequenos produtores e um levantamento sobre as políticas setoriais em curso desde a independência proclamada em 1975, além de consultas a documentos internos, às organizações ligadas ao setor e uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em estudo. Os resultados, porém, revelaram que existe um número significativo de ações do governo em parceria com algumas Organizações Não Governamentais e alguns atores internacionais todas elas classificadas como de cunho incremental, como destaca Lindblom. Os resultados mostram também que a instabilidade política e restrição orçamentária são os principais fatores que influenciam o processo de formulação e implementação de política no país. Os achados sugerem, portanto, a adoção e fortalecimento de políticas estruturais, e outras medidas necessárias para o desenvolvimento do setor.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe. Segurança alimentar. Agricultura familiar. Políticas agrícolas.

ABSTRACT

As an attempt to synthesize the information about the importance of agriculture in the development of Sao Tome and Principe, and aiming to become a more cohesive discussion on the topic that can be considered the most debated among informal groups of residents and emigrants, this work aims to analyze the policies that the government has adopted for the development of the agricultural sector in the country, particularly those related to food safety. Interviews allowed to report statements and opinions of public managers, so-called agents, and also the small farmers about sectoral policies underway since independence in 1975. The results, however, revealed that a significant number of government actions in partnership with non governmental organizations and international actors are classified as of incremental nature, as highlighted Lindblom. The results also showed that the instability and budgetary restriction are the main factors of influence in the process of policy formulation and implementation in the country. Findings suggested, therefore, the adoption and strengthening of structural policies and other measures to avoid the risk of shortages and other adverse consequences for small farmers.

Keywords: São Tomé e Príncipe. Food safety. Family farming. Agricultural policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Situação Geográfica – São Tomé e Príncipe.....	25
Figura 2 – Zonas agroecológicas – São Tomé e Príncipe.....	71
Figura 3 – Regiões visitadas – São Tomé e Príncipe.....	89
Fotografia 1- Alguns produtos que constituem a dieta alimentar sãotomense	65
Gráfico 1 – Distribuição das principais fontes de recursos públicos para o Orçamento Geral do Estado – período 2011-2013.....	54
Gráfico 2 – Percentual de pequenos agricultores entrevistados por gênero.	93
Gráfico 3 – Distribuição de pequenos produtores por faixa etária.....	94
Gráfico 4 – Percentual de pequenos produtores por grau de escolaridade..	95
Gráfico 5 – Distribuição dos produtores segundo a participação em cooperativa.....	98
Gráfico 6 – Distribuição dos produtores segundo a participação em cooperativa ou associações por comunidade.....	99
Gráfico 7 – Distribuição dos produtores em relação à casa própria.....	100
Gráfico 8 – Distribuição dos produtores segundo o tipo de moradia.....	101
Gráfico 9 -Distribuição dos produtores segundo a posse ou não de casa de banho ou latrina privada.....	102
Gráfico 10 – Percentual de agricultores por local de busca de água potável..	103
Gráfico 11– Percentual de agricultores por comunidade de acordo com o meio de aquisição da propriedade.....	104
Gráfico 12 – Percentual de agricultores por registro do imóvel.....	105
Gráfico 13 – Percentual dos produtores de acordo com a finalidade do crédito recebido.....	110

Gráfico 14 – Distribuição de produtores em relação ao recebimento de assistência técnica.....	111
Gráfico 15 – Distribuição dos agricultores por comunidade segundo a avaliação da política de crédito.....	112
Gráfico 16 – Percentual dos agricultores por opinião quanto às melhorias após intervenção.....	114
Gráfico 17 – Distribuição de frequências dos agricultores por avaliação da política de apoio de projetos.....	115
Gráfico 18 – Porcentagem dos agricultores segundo o meio utilizado para escoar os produtos.....	116
Gráfico 19 – Distribuição dos agricultores por comunidade segundo a intenção de continuar ou não na atividade agrícola.....	119
Gráfico 20 – Distribuição da frequência dos produtores segundo a percepção se incentivam os filhos a darem continuidade na atividade agrícola.....	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Potencialidades agrícolas para a região sul e centro-sul – São Tomé e Príncipe.....	72
Quadro 2 –	Potencialidades agrícolas das zonas cinco e seis – São Tomé e Príncipe.....	73
Quadro 3 –	Potencialidades agrícolas da região centro-sul e sudeste – São Tomé e Príncipe.....	74
Quadro 4 –	Potencialidades agrícolas da zona dois – São Tomé e Príncipe.....	75
Quadro 5 –	Potencialidades agrícolas da zona quatro – São Tomé e Príncipe.....	76
Quadro 6 –	Potencialidades agrícolas da zona sete – São Tomé e Príncipe.....	76
Quadro 7-	Outras dificuldades enfrentadas pelos produtores	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Produção agrícola de culturas alimentares de São Tomé e Príncipe – período 2000-2010.....	28
Tabela 2 –	Principais exportações agrícolas de São Tomé e Príncipe – período 2010-2012.....	29
Tabela 3 –	Principais importações de bens alimentares de São Tomé e Príncipe – ano 2012.....	31
Tabela 4 –	Produção mundial de cacau – ano 2011.....	33
Tabela 5 –	Alguns indicadores de segurança alimentar apontados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.....	41
Tabela 6 –	Resumo da distribuição de terras agrícolas – período 1993-2010.....	59
Tabela 7 –	Opinião dos gestores sobre o que acreditam ser mais importante para São Tomé e Príncipe nos próximos dez anos por ordem de prioridade.....	92
Tabela 8 –	Distribuição de pequenos produtores por tempo na atividade agrícola.....	96
Tabela 9 –	Medidas resumo do número de membros por família.....	96
Tabela 10 –	Frequência do número de agricultores de acordo com o número de membros da família que trabalham na propriedade.	97
Tabela 11 –	Frequência do número de produtores de acordo com o número de empregados temporários.....	97
Tabela 12 –	Medidas descritivas para o tamanho da propriedade em hectares.....	106
Tabela 13 –	Distribuição dos agricultores por comunidade segundo a opinião sobre a política de distribuição de terra.....	107
Tabela 14 –	Distribuição dos agricultores por comunidade segundo o recebimento de crédito rural.....	107
Tabela 15 –	Medidas descritivas para os valores dos créditos concedidos aos agricultores.....	108

Tabela 16 – Distribuição de produtores de acordo com o valor que consideram necessário para investir.....	109
Tabela 17 – Distribuição de frequências dos produtores por recebimento de apoio de projetos de acordo com a comunidade.....	113
Tabela 18 – Principais dificuldades listadas pelos agricultores.....	117
Tabela 19 – Medidas descritivas para a receita média mensal derivada da propriedade.....	121
Tabela 20 – Distribuição dos produtores por receita média mensal por comunidade.....	122
Tabela 21 – Distribuição dos produtores por relação entre participação x receita média mensal.....	123
Tabela 22 – Distribuição dos agricultores conforme a avaliação feita para a política de distribuição de terras, segundo a faixa etária.....	125
Tabela 23 – Distribuição dos agricultores conforme a avaliação feita para a política de concessão de crédito rural, segundo a faixa etária...	126
Tabela 24 – Distribuição dos agricultores conforme a avaliação feita para projetos e ações estatais, segundo a faixa etária.....	126
Tabela 25 – Distribuição dos agricultores conforme a avaliação feita para a política de distribuição de terras, por participação de cooperativa.....	128
Tabela 26 – Distribuição dos produtores conforme a avaliação feita para a política de concessão de crédito rural, por participação de cooperativa.....	128
Tabela 27 – Distribuição dos produtores conforme a avaliação feita para o apoio recebido desses projetos ou intervenção, por participação de cooperativa.....	129
Tabela 28 – Resultado da avaliação da política de distribuição de terras segundo o tempo de atividade agrícola.....	130
Tabela 29 – Resultado da avaliação da política de concessão de crédito rural segundo o tempo de atividade agrícola.....	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAPA	- Ação para o Desenvolvimento Agropecuário e Proteção do Ambiente
ADI	- Ação Democrática Independente
AFOPA	- Associação Fornecedora de Produtos Hortícolas de Amparo Segundo
ANP	- Agência Nacional de Petróleo
ANPARAI	- Associação dos Agricultores de Amparo I
APD	- Ajuda Pública para o Desenvolvimento
BAD	- Banco Africano para o Desenvolvimento
BID	- Banco Internacional para o Desenvolvimento
BM	- Banco Mundial
CAPADRP	- Carta Atualizada de Política, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
CATAP	- Centro de Formação Profissional e Agrária
CECAB	- Cooperativa de Cacau Biológico
CIAD	- Centro de Investigação e de Análise de Políticas para o Desenvolvimento
CIAT	- Centro de Investigação Agronômica e Tecnológica
CMA	- Cimeira Mundial da Alimentação
CPADR	- Carta de Política Agrícola para o Desenvolvimento Rural
CPLP	- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
ENRP	- Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
ERSAN	- Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional
FAO	- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAOSTAT	- Divisão Estatística da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FENAPA	- Federação Nacional de Pequenos Agricultores
FIC	- Fundo de Infraestruturas Comunitárias
FIDA	- Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

FMI	- Fundo Monetário Internacional
FONG	- Federação das Organizações Não Governamentais de São Tomé e Príncipe
GOP	- Grande Opções do Plano
GRDSTP	- Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IICA	- Instituto Interamericano para Cooperação Agrícola
IMVF	- Instituto Marquês de Valle Flôr
INE	- Instituto Nacional de Estatística
ITC	- <i>International Trade Center</i>
MAPDR	- Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural
MARAPA	- Mar Ambiente e Pesca Artesanal
MDFM	- Movimento Democrático Força de Mudança
MLSTP-PSD	- Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – Partido Social Democrata
ODM	- Objetivo do Desenvolvimento do Milênio
OGE	- Orçamento Geral do Estado
PAM	- Programa de Alimentação Mundial
PAPAFPA	- Programa de Apoio a Agricultura Familiar e Pesca Artesanal
PCD-GR	- Partido de Convergência Democrática – Grupo de Reflexão
PDSA	- Projeto Descentralizado de Segurança Alimentar
PIB	- Produto Interno Bruto
PNSAN	- Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRIASA	- Projeto de Reabilitação de Apoio à Infraestrutura de Segurança Alimentar
PRONER	- Programa Nacional de Extensão Rural
PROPAGA	- Programa de Pós-Graduação em Agronegócios
RDSTP	- República Democrática de São Tomé e Príncipe
RESCSAN	- Rede nacional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe
SADERPE	- Setor da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas
SAN	- Estratégia Nacional de Segurança Alimentar

- STD - Dobra Santomense
- STP - São Tomé e Príncipe
- UE - União Europeia
- UnB - Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	198
1 O PAÍS, SUA ECONOMIA E O PROBLEMA DE PESQUISA	243
1.1 A ECONOMIA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	276
1.2 MARCOS INSTITUCIONAIS	354
1.3 INDICADORES DE SEGURANÇA ALIMENTAR	409
1.4 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVOS	454
2 REFERENCIAL TEÓRICO	47
2.1 PROCESSO DE FORMAÇÃO DE POLÍTICAS	49
2.1.1 <i>Agenda das Questões Relacionadas à Segurança Alimentar</i>	50
2.1.2 <i>Atores da Política em São Tomé e Príncipe</i>	53
2.2 POLÍTICAS PARA A AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR	56
2.2.1 <i>Período Antes da Independência</i>	57
2.2.2 <i>Período Pós-Independência e Reforma Agrária</i>	57
2.2.1.1 <i>Carta de Política Agrícola para o Desenvolvimento Rural</i>	61
2.2.1.2 <i>Estratégia Nacional de Redução da Pobreza</i>	62
2.2.1.3 <i>Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional</i>	64
2.2.1.4 <i>Projetos diversos</i>	66
2.3 POTENCIALIDADES PARA SEGURANÇA ALIMENTAR	69
3 A PESQUISA DE CAMPO	78
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	78
3.2 METODOLOGIA	822
3.2.1 <i>Procedimentos para Coleta de Dados e Dificuldades Enfrentadas</i>	844
3.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	90
3.3.1 <i>Algumas informações importantes para elaboração e avaliação e políticas públicas</i>	122
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	136
APÊNDICE “A” – APRESENTAÇÃO DE DADOS	143

APÊNDICE “B” – ROTEIRO DE ENTREVISTA UTILIZADO JUNTO AOS GESTORES	148
APÊNDICE “C” – ROTEIRO DE ENTREVISTA UTILIZADO JUNTO AOS PEQUENOS PRODUTORES.....	151

INTRODUÇÃO

Quando inicialmente a problemática dizia respeito à escassez de alimentos, os estudiosos se preocupavam com o que poderia ser feito para aumentar a produção física dos mesmos. A partir dos anos de 1980, o real desafio para ciência da gestão de alimentos passou a ser criar mecanismos institucionais que possibilitassem garantir a distribuição e o consequente acesso a estes alimentos de forma suficiente e equitativa (TIMMER *et al.*, 1983; SILVA; DEL GROSSI; FRANÇA, 2010). Timmer *et al.* (1983) ressaltam que o problema relacionado a fome não está mais ligado a produção, mas sim à distribuição. Segundo os autores, se quantidade de alimentos (exemplos em cereais) produzida mundialmente, fossem convertidos em calorias e proteínas disponíveis per capita, numa base diária, a oferta total disponível seria significativamente superior à quantidade de nutrientes necessária para a sobrevivência humana. Logo, “fome é a característica de algumas pessoas que não têm suficiente alimento para comer” (SEN, 1982, p. 1).

Não obstante, os autores ressaltam que todos os dias milhares de pessoas morrem de fome em todo mundo, devido à sua condição econômica, sendo obrigadas a ingerir menos alimentos do que necessário. Segundo Kageama (2008), a ideia de que o problema da fome não estava na falta de alimentos, mas no reduzido acesso que as pessoas tinham a esses alimentos foi introduzida por Amartya Sen (1982), em sua obra “Pobreza e Fomes: um ensaio sobre direitos e privações¹”. Para expressar a ideia de acesso, posse ou comando de bens ou mercadorias, a expressão “*entitlement*” é empregada, traduzida por “direito”, uma vez que se concentra na capacidade das pessoas de terem controle sobre quantidades de alimentos, por intermédio dos meios legais disponíveis na sociedade, incluindo as possibilidades de produção, as oportunidades de comercialização, os direitos junto a Estado ou outros métodos de adquirir alimentos (SEN, 1982, p. 45 apud KAGEAMA, 2008). Retomando Sen (1982, p.1), “se as demonstrações de suprimento de alimentos dizem respeito a mercadorias, as demonstrações de fomes tratam de uma relação das pessoas com as mercadorias”.

¹ Originalmente publicada em 1981, a obra inspirou-se na experiência de infância do autor, durante a “Fome de Bengala” (Índia), em 1943.

Desta forma, esse conceito refere-se ao conjunto das diferentes combinações de bens ou mercadorias entre os quais os alimentos são os mais básicos que cada pessoa em determinado momento e em determinada sociedade pode possuir.

Ainda que a abordagem central da problemática de alimentos atualmente seja vista como sendo uma questão de acesso, ocorre que em alguns países, além de enfrentarem o desafio de como garantir o acesso suficiente a alimentos (principalmente das populações mais pobres), ainda têm que lidar com problemas relacionados ao aumento de produção. Timmer *et al.* (1983) no trabalho sobre “Análise da Política Alimentar”, destacam que a grande maioria das vítimas de fome vivem na Ásia, África e América Latina. Da mesma forma, os dados publicados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (2012) revelam que aproximadamente 925 milhões de pessoas no mundo não têm acesso a uma alimentação suficiente e saudável, sendo que pouco mais de um quarto dessa população encontra-se no continente africano. Pode-se inferir com isso que, em quase 30 anos, as principais vítimas com acesso insuficiente aos alimentos continuam nas mesmas regiões. A escassez de alimentos pode ser superada por meio de ações e programas específicos, implica, ainda, a necessidade de políticas de segurança alimentar na forma do apoio à produção e à comercialização de produtos agropecuários.

Como destacam Linder e Peters (1989), os governos utilizam ampla variedade de instrumentos para atingir seus objetivos políticos. Na concepção de Lascoumes e Le Galés (2006), esses instrumentos públicos são dispositivos de operacionalização e técnicas utilizados para programar e ou implementar a ação pública.

Apesar das autoridades públicas disporem de diversos instrumentos para alcance dos seus objetivos, é necessário que se instituem novos meios e que se aperfeiçoem aqueles mais tradicionais para que estes possam ser de fato capazes de atender as demandas que emergem tanto ao nível local como internacional em termos alimentares.

Ciente do seu papel no desenvolvimento, alguns governos vêm desenvolvendo em parceria com a FAO, diversos instrumentos de gestão agrícola e criando políticas globais para serem implementadas regionalmente. Um exemplo disso é a Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional (ERSAN), definida pelos países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(CPLP)², (STP), o país escolhido para esta investigação. Essa estratégia multilateral adotada por esses países, de acordo com Pinto (2011), visa à erradicação da fome e da pobreza em seus territórios.

Partindo-se do princípio de que a atividade agrícola propriamente dita é o pilar de todo o sistema produtivo, será abordada a questão de alimentos tomando em consideração a atividade de agricultura em si. Não se pode negar a importância do setor da agricultura na economia santomense, isto porque a história do país está diretamente atrelada à mesma. Antes da independência de STP, em 1975, a economia das ilhas já estava inteiramente voltada para produção agrícola predominante para exportação.

O motivo da escolha da República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) deve-se primeiramente, à sua singularidade, ao fato de que, dispõe de condições naturais e geográficas favoráveis à agricultura e, apesar de sua pequena dimensão física, econômica e humana, acredita-se que com sua experiência pode dar um contributo, ainda que de expressão regional e local em termos de segurança alimentar. Como o Brasil, da mesma forma que diversos países, STP enfrentam o desafio das opções dos biocombustíveis e dos investimentos na indústria do petróleo. STP é relativamente beneficiado em recursos naturais e apresenta um grande potencial para o desenvolvimento da agricultura, pecuária, silvicultura e da pesca, com bom solo, alto índice pluviométrico, e clima favorável em quase todos os distritos³, conjunto esse que garante uma alta taxa de regeneração da floresta, facilitando o reflorestamento, assim como permitindo a produção de diversos produtos que podem ser utilizados para consumo local e exportação. Em suma, São Tomé e Príncipe apresenta uma elevada potencialidade para a produção de bens alimentares.

No entanto, a realidade é que a produção interna tem sido insuficiente para abastecer o mercado doméstico e cobrir as necessidades da população. O déficit de alimentos que se observa no país é coberto com importações correntes de vários produtos de necessidades básicas, como são os casos de arroz; farinha de trigo,

² São membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, e já se fala na adesão da Guiné Equatorial.

³ Conforme pode ser averiguado no Mapa das Zonas Agroecológicas fornecido pela organização não governamental (ONG) "Ação Para o Desenvolvimento Agropecuário e Proteção do Ambiente (ADAPA)", por meio do Projeto Descentralizado de Segurança Alimentar (PDSA).

farinha de milho, óleo de soja, açúcar, sal, (INE, 2013) bem como pela ajuda alimentar externa.

A necessidade de produtos alimentares no país é bem espelhada na relevância que assumem na composição das importações, e desde 2004 vem se destacando tanto em termos quantitativos como monetários como pode ser averiguado na Tabela "A" do Apêndice "A" do presente trabalho. Todos estes aspectos decorrem da fraca produção dos produtos agrícolas e à inexistência de unidades de transformação e conservação.

O problema mais generalizado da fome está interligado com o conjunto de processos de produção (e de consumo) de produtos agrícolas, de transformação destes produtos em alimentos no sector comercial e da venda aos consumidores para satisfação das necessidades nutritivas, bem como das necessidades estéticas e sociais. Estes processos compõem o sistema alimentar (TIMMER *et al.*, 1983). Sendo assim, os autores ressaltam que as intervenções políticas podem influenciar o sistema alimentar ao longo de toda a sua dimensão, desde os meios de produção agrícola aos suplementos nutritivos. Nessa medida justifica-se a relevância do estudo de políticas agrícolas no presente trabalho.

Nesse sentido, é necessário um parágrafo explicativo para indicar, primeiramente, o conceito técnico de "fome" para saber quão de fato o fenómeno ocorre em São Tomé e Príncipe. Recordemos, inicialmente, HOUAISS, que define a acepção do termo substantivo como a *"necessidade física de ingerir alimentos; sensação de desconforto e condição física resultante disso"*. Todavia, no mundo político, um conceito mais preciso e universalmente aceito no âmbito da FAO redefiniu o conceito por sua intensidade, ou seja, a **prevalência de fome**, que, por sua vez, é definida pelo "número de pessoas que não têm energia alimentar suficiente, em uma média anual, tanto para manter uma atividade produtiva quanto para manter peso corpóreo", de acordo com a "VI World Food Survey". A Tabela 5 deste trabalho contabiliza essa "prevalência de fome", e revela particularidades de STP quando verificadas em conjunto com os dados da média nos países da CPLP, na África subsaariana, regiões consideradas desenvolvidas e no mundo.

A atividade agrícola no país desdobra-se em dois grandes grupos de culturas, que se classificam como sendo "de renda" e "alimentar". De uma parte encontra-se um grupo de pequenos e médios produtores que se dedicam a culturas destinadas a exportação, referidas em STP como "culturas de renda". Esse grupo, geralmente,

produz cacau, café convencional e biológico, pimenta, baunilha e outras especiarias, e, ainda, flores. Por outro, encontram-se as "culturas alimentares", realizadas na maioria pelos pequenos produtores, podendo incluir neste grupo também os extrativistas, que cultivam principalmente a banana-pão (conhecida no Brasil como banana-da-terra) e prata, fruta-pão, milho, matabala (espécies correspondentes ao inhame e cará no Brasil), mandioca e horticultura em geral, garantindo juntamente com alguns produtos importados a segurança alimentar do país.

Posto isto, a relevância do tema justifica-se também na medida em que a autora do estudo, é natural de STP, demonstra particular interesse em políticas agrícolas e pretende contribuir, em contrapartida, com a disponibilização de informações no Brasil sobre este país africano, extensivo, ainda, aos próprios acadêmicos santomenses em aprendizado no Brasil e outros países.

Neste trabalho, buscou-se encontrar quais os instrumentos STP vem adotando para o desenvolvimento do seu setor agrícola de uma forma geral e, em particular dos pequenos produtores de culturas alimentares e hortícolas. Quer identificá-los e analisá-los quanto à sua coordenação e visão estratégica com outros objetivos governamentais e aqueles objetivos acordados numa esfera global para erradicação da fome e da pobreza de seu território (atendimento do objetivo do milênio e também os da ERSAN-CPLP). Os resultados sugeriram a atual utilização de várias políticas e grande parte de cunho incremental como ressalta Lindblom (1991).

Para fechar esta introdução observa-se que este não se trata de um estudo comparativo entre Brasil e STP, ou outro país qualquer. Porém emprega alguma metodologia comparativa para dar uma referência ao leitor com menções a alguns conceitos já existentes.

Em síntese, a presente dissertação está estruturada por esta introdução abarcando a contextualização, que será seguida de um primeiro capítulo com a apresentação do País e do problema em causa; o capítulo 2 com os referenciais teóricos e documentais apurados na investigação; e o capítulo 3 relacionado à pesquisa de campo em si, com os achados científicos, metodologia empregada e resultados, consubstanciados nas considerações finais.

1 O PAÍS, SUA ECONOMIA E O PROBLEMA DE PESQUISA

[...] com os altos picos vulcânicos elevando-se como agulhetas e dos quais o mais alto era o Pico de S. Tomé, com 2.142 metros de altura, mas de que raramente se distinguia o cume eternamente afogado em nuvens e nevoeiros. Nesta densa zona central, que ocupava a maior superfície de S. Tomé, ficava o reino de obó – a floresta –, um inextricável e cerra do labirinto de árvores gigantescas: jacas, ocas, cipós, micondós, marupiões, mangues, begônias (TAVARES, 2003, p. 162).

O território da República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP), Estado insular, é constituído pelas ilhas de São Tomé, a do Príncipe e por várias ilhotas⁴ localizadas na costa ocidental da África, mais precisamente no chamado Golfo da Guiné, que conforma o litoral do Gabão, da Guiné Equatorial, dos Camarões e da Nigéria⁵ (vide Figura 1, a seguir). Cortado pela linha do Equador, o arquipélago dista cerca de 300 km da costa do Gabão, em linha reta a leste ao continente africano.

Com uma luxuriante vegetação, a escassa superfície total de 1001 km² é ainda dividida entre, a ilha de São Tomé, que possui uma superfície de 859 km², e a ilha do Príncipe, com 142 km², ambas correspondendo a uma área comparável ao território de Hong Kong (Região Administrativa Especial da China) ou a um quinto do Distrito Federal do Brasil, onde Brasília é capital. Entretanto, vale acrescentar que, a Ilha do Príncipe localiza-se a nordeste da ilha de São Tomé e dela se afasta por uma distância oceânica aproximada de 145 km (FAO,2012).

De origem vulcânica, o arquipélago forma uma linha em direção norte-nordeste à ilha Bioko (ex-Fernando Pó, Guiné Equatorial) e ao continente (Monte Camarões, República dos Camarões). Em termos geológicos, o país aqui em exame é a superfície resultante de uma cadeia montanhosa vulcânica extinta, constituindo-se em um rifte, isto é, um longo rebaixamento da crosta terrestre no litoral da curva do continente africano. Contrariamente ao clima árido predominante no continente africano, as ilhas de São Tomé e Príncipe (STP) possuem clima tropical úmido, com uma estação de verão seco. Segundo a "Classificação de Zona Climática Köppen

⁴ Segundo a Constituição do país, o território inclui os "ilhéus" de Rolas, das Cabras, Bombom, Boné Jockey, Pedras Tinhosas e ilhéus adjacentes.

⁵ O perímetro marítimo inclui: a norte, o chamado "Golfo de Biafra", ora conhecido por "Golfo de Bonny", reentrância junto ao estuário ou delta do rio Nigéria; a leste, o estuário do rio Gabão que faz parte da costa do Congo; a sul, a ilha de Annobón; a noroeste, a província petrolífera comum entre Nigéria e São Tomé intitulada "Zona de Desenvolvimento Conjunto". Cf. Nigéria e São Tomé e Príncipe (2004).

Geiger", o arquipélago encontra-se na fronteira entre os tipos equatorial de monção (Am) e de savana (Aw) (PEEL; FINLAYSON; MCMAHON, 2007). Segundo a Direção Geral de Turismo de STP, não obstante a orografia montanhosa de vários microclimas, com grande pluviosidade em zonas elevadas (acima dos 1000 metros), as chuvas regulares vão de setembro a maio e a estação seca (chamada "gravana"), ocorre entre os meses de junho a agosto.

Figura 1 – Situação Geográfica – São Tomé e Príncipe.



Fonte: Wikipedia (2013).

Dados publicados pela Divisão Estatística da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAOSTAT) (FAO, 2013) e *Resource Statistics Land* (OPEN DATA, 2009) informam que a área terrestre do país soma 96.000 hectares, cujo uso da terra é distribuído entre 48.700 hectares considerados "agrícolas" (sendo 40.360 ha de culturas permanentes e cerca de 9.600 ha em "terras aráveis", isto é, culturas temporárias, múltiplas ou abandonada, complementada por uma parcela imprecisa e ínfima de pastagens) e 27.000 ha de reservas florestais⁶.

⁶ Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), os dados para "terras aráveis" não indicam a quantidade de terras potencialmente cultiváveis. Cf. Open Data (2011).

De acordo com Vaz e Oliveira (2007 *apud* MIRANDA *et al.*, 2012), devido à sua origem vulcânica, os tipos de solos identificados no país são paraferalíticos, fersialíticos tropicais castanhos e barros pretos, tipos esses, que apresentam grande poder de fertilidade e com boa capacidade de retenção de água conseqüentemente propensos para a agricultura. Segundo Miranda *et al.* (2012), a pluviosidade média anual varia entre 2.000 a 3.000 mm, e podendo atingir médias superiores nas áreas montanhosas, as quais são mais frequentes na zona sul das ilhas.

O país conta com uma população total de 187.356 habitantes (INE, CENSO 2012), com uma taxa média de crescimento de 1,996% a.a. (2012) e uma taxa negativa de migração (balança de entrada e saída da população), isto é, (menos) - 9,14 migrantes/1.000 habitantes (FAO, 2012), o que evidencia uma emigração líquida. Ademais, seu território conta com uma população urbana de 62% e uma taxa de urbanização de 2,8% a.a. Até 2012, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) estava estimado em 0,525, posicionando o país em 144 no conjunto de 187 países.

Descoberto por navegadores portugueses em 1470 (a ilha de São Tomé) e 1471 (a ilha do Príncipe), o arquipélago então desabitado foi colonizado a partir de 1493, quando se iniciou o que viria a ser uma abundante produção de cana-de-açúcar, a principal atividade econômica das ilhas por três séculos. Apenas no século XIX essa cultura foi substituída pelo café e cacau. Em ambos os períodos, toda a plantação era baseada no trabalho de populações escravas comercializadas junto aos reinos do vizinho Congo, no continente africano. Tal regime abolido oficialmente em 1876 durou sob uma forma híbrida ao longo de toda a administração colonial até o século XX, quando continuava a ser praticado a trabalhadores vindos desde Angola, Moçambique e Cabo Verde para as plantações de STP, situação essa registrada até 1913 (BOAHEN, 2010)⁷.

⁷ “A fim de colocar mão de obra barata à disposição do governo e dos capitalistas europeus, as potências europeias implantaram o trabalho forçado [...] Moçambicanos eram exportados para a Rodésia do Sul, África do Sul e São Tomé, onde se somavam nas *plantations* de cacau, a milhares de angolanos” (BOAHEN, 2010, 204). A propósito da necessidade de regulamentação do trabalho sentida por todas as “potências coloniais”, ainda segundo Leonard (*apud* BOAHEN, 2010), Portugal substituiu o Contrato de Trabalho de 1911 por um novo, em 1928 (“Código de Salazar”), e ainda um “regime de indigenato”, uma categoria europeia de cidadania outorgada pela metrópole às populações de origem europeia e africana nascidas colônias. Segundo os autores, os vestígios do escravagismo no continente perduravam durante a década de 1930, quando “faltas ao contrato”, interpretada pelos franceses como “deserção”, “quase sempre se inscreviam no domínio do código penal e não no do civil” (BOAHEN, 2010, p. 406).

Assim, a maior parte da população do meio rural santomense é constituída por descendentes de “escravos”, que eram iludidos por uma proposta de trabalho mediante um contrato e que se dispunham a deixar o seu país de origem em busca de melhores condições de vida. Segundo Mazrui e Wondji (2010, p. 101), “no sistema português as ilhas de São Tomé e Príncipe representavam a colônia de plantação por excelência”, onde “uma trintena de companhias dividia entre si as terras cultivadas”.

Finalmente, no último quartil do século passado, logo após do encerramento do regime salazarista em 1974, a cidadania secundária colonial desapareceu através do processo de descolonização português. Ansiado pela organização nacionalista Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), criado dez anos antes, em 1964, alcançou-se a independência a 12 de julho de 1975 (MAZRUI; WONDJI, 2010, p. 251).

1.1 A Economia de São Tomé e Príncipe

Se historicamente sua origem está associada à exploração comercial, tal qual o Brasil no século XVI, uma introdução à moderna economia nacional não escapa de ressaltar a importância do setor agrícola e pecuário, que representava 15,2% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2011 (INE, 2013). A vocação natural da economia do país encontra-se em seu setor primário e evidentemente na produção de produtos tropicais, os quais já foram mais diversos, mas ainda refletem nas principais exportações do país, conforme demonstram os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) (vide Tabela 1, a seguir).

Tabela 1 – Produção agrícola de culturas alimentares e hortícolas de São Tomé e Príncipe – período 2000-2010. (Unidade em toneladas)

Produtos/Ao	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Banana	39.800	27.020	28.620	29.050	27.998	32.135	64.105	41.679	46.237	43.206	40.688
Fruta-pão	3.200	3.520	3.872	4.259	4.685	5.153	5.669	6.235	6.859	3.308	3.638
Mandioca	2.500	3.310	2.500	1.700	800	896	1.000	1.120	1.254	1.342	1.365
Matabala	26.900	26.000	24.650	24.750	18.000	11.175	30.300	9.927	11.019	12.231	12.219
Óleo de Palma	448.2	318.8	160	163	103	196	115	122	130	137	131
Batata Inglesa	–	–	–	–	95	100	120	140	161	185	1.612
Tomate	962	800	750	600	488	537	591	649.5	715	922	991
Feijão verde	458	500	550	600	580	667	767	882	1.014	866	687
Repolho	1.980	1.750	1.500	1.000	800	896	986	1.054	1.193	901	838
Cenoura	–	–	–	–	700	770	862	966	1.082	771	837
Milho seco	2.230	2.260	2.290	2.290	900	990	1.089	1.198	1.318	1.515	1.282
Cebola	400	350	200	150	70	77	85	93	100	115	190
Alface	–	–	–	–	30	32	33	36	100	115	190
Feijão Seco	–	–	–	–	380	467	567	682	814	700	821
Ananás	–	–	–	–	700	770	847	932	1.025	1.178	1.372

Fonte: Adaptado do INE (2013).

O motivo e interesse nesta pesquisa justificam-se também a partir do momento que se observou por um período constante o desequilíbrio que existiu nas relações das mercadorias que compõem a balança comercial agrícola de STP. Apontam-se imediatamente dois tipos de dependência comercial. Do lado das exportações (vide Tabela 2, a seguir), o cacau em todas as suas formas naturais e processadas, desde em amêndoas e até já no chocolate produzido localmente, tornou-se a mercadoria que dita os principais valores da receita da balança comercial do país.

Distantes estão as exportações de coco e seus derivados e café. No caso do café e do cacau, existe uma grande promoção sobre a qualidade santomense desses produtos, considerando os modernos nichos de mercado "biológico" e "gourmet"⁸

Tabela 2 – Principais exportações agrícolas de São Tomé e Príncipe – período 2010-2012.

Produto	Ano 2010		Ano 2011		Ano 2012	
	Toneladas	Valor (USD)	Toneladas	Valor (USD)	Toneladas	Valor (USD)
Cacau	2.413,3	5.555,5	2.218,5	5.113,2	2.229,6	5.113,3
Café	5,4	26,2	5,6	15,1	6,2	28,9
Chocolate	10,2	215,4	1,8	58,4	6,8	243,0
Coco	500,6	93,9	337,3	91,3	367,1	101,2
Flores	18,6	23,4	2,2	1,5	2,8	2,1
Óleo de copra	60,0	16,7	115,0	33,9	40,0	11,1
Peixes e crustáceos	3,7	7,0	0,5	0,6	1,8	1,2
Copra	-	-	-	-	41,0	12,5
Total	3.011,8	5.938,1	2.680,8	5.314,0	2.695,3	5.513,3

Fonte: Adaptado do INE (2013).

Do lado das importações (vide Tabela 3, a seguir), o que a princípio poderia refletir-se como resultado de investimento no setor hoteleiro e o respectivo consumo de perfil turístico, está caracterizada a demanda por uma dieta contemporânea urbana, composta basicamente por carboidratos (açúcares e massas alimentícias),

⁸ Depois de bem sucedido com a exploração de cacau, a marca "Claudio Corallo" vende os cafés "Nova Moca" e "Terreiro Velho" em pontos de distribuição em Portugal e França.

proteínas e bebidas industrializadas, como vinhos, destilados e mesmo não alcoólicos, conflitando com a tradicional culinária local.

Tabela 3 – Principais importações de bens alimentares de São Tomé e Príncipe – ano 2012 (continua).

Produto	Ano 2005	Ano 2006	Ano 2007	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
	Toneladas	Toneladas	Toneladas	Toneladas	Toneladas	Toneladas	Toneladas	Toneladas
Leite	385,8	573,9	287,9	547,1	1.473,0	621,8	777,8	878,0
logurte	8,2	18,1	30,5	61,6	105,0	109,1	115,7	118,7
Manteiga	0,1	5,9	7,8	14,2	27,7	33,7	102,3	24,7
Queijos	3,3	19,3	11,5	18,0	21,4	19,4	17,5	33,9
Batatas	81,1	182,3	110,9	116,1	191,6	275,1	342,1	390,7
Cebolas	164,8	286,8	179,9	222,0	297,5	389,0	426,2	491,8
Alhos	8,5	76,4	72,7	76,6	100,1	113,0	74,9	106,0
Feijão	518,5	848,6	522,2	556,5	571,7	827,4	848,3	745,8
Grão de bico	9,2	51,2	48,1	71,1	69,3	71,2	100,8	73,7
Arroz	9.723,6	4.499,2	4.181,5	4.854,0	4.688,0	3.818,5	8.474,4	6.398,3
Milho para pipoca	13,5	8,9	2,4	8,1	7,5	47,1	73,3	28,4
Farinha de Trigo	5.213,1	6.130,4	5.988,5	5.254,8	5.352,4	6.575,6	5.828,0	6.560,2
Farinha de Milho	339,2	357,3	474,1	273,6	477,9	294,5	907,8	420,3
Óleo Alimentar	1.952,1	1.707,9	2.038,6	2.671,0	3.581,1	5.890,0	2.588,9	2.628,9
Margarina	254,6	239,8	255,7	308,7	354,1	118,6	131,4	267,2
Açúcar	2.949,2	2.706,4	2.545,4	1.864,7	5.454,5	1.360,7	2.838,1	1.649,4
Massa Alimentícia	474,3	743,3	738,2	944,8	712,6	886,9	880,4	1.101,6

Tabela 3 – Principais importações de bens alimentares de São Tomé e Príncipe – ano 2012 (conclusão).

Produto	Ano 2005	Ano 2006	Ano 2007	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
	Toneladas	Toneladas	Toneladas	Toneladas	Toneladas	Toneladas	Toneladas	Toneladas
Sumos de frutas	522,1	404,0	515,2	525,7	310,1	437,9	393,1	351,2
Água Mineral	408,7	988,8	636,9	651,1	1.099,7	1.010,7	1.234,7	1.292,7
Refrigerantes	1.854,8	2.506,5	1.148,1	1.936,6	2.327,7	2.692,0	2.590,0	2.519,0
Cervejas	876,8	1.313,8	906,0	755,3	603,5	1.462,3	1.896,2	1.285,8
Vinhos	2.832,7	3.829,3	2.688,2	2.690,0	2.635,1	3.855,8	4.804,4	3.924,6
Bebidas Alcoólicas	103,8	74,0	84,4	110,1	57,0	40,2	73,7	97,1
Vinagre	93,1	107,4	174,3	156,1	214,4	237,3	254,1	224,2
Sal	25,1	1.488,5	10,0	869,1	1.146,4	914,9	925,9	1.122,0

Fonte: Adaptado do INE (2013).

Apesar do peso do cacau para a economia de STP, a sua produção não está relacionada entre os vinte maiores produtores mundiais, conforme demonstra a Tabela 4, a seguir. Todavia o seu produto transformado em chocolate compõe o ranking dos dez melhores chocolates ao nível mundial. O turismo, outro item que constitui uma fonte de receita para o país também vem ganhando relevância ao nível mundial, tendo sido indicado como um dos dez destinos do sonho para o ano de 2014. Entre os motivos apontados estão, a qualidade do café e do cacau.

Tabela 4 – Produção mundial de cacau – ano 2011.

Posição	País	Valor USD Mil	Produção em Ton.
1	Costa do Marfim	1713505	1650000
2	Indonésia	972336	936300
3	Gana	913192	879348
4	Nigéria	397740	383000
5	Camarões	265852	256000
6	Brasil	262956	253211
7	Equador	138454	133322
8	México	86194	83000
9	Rep Dominicana	75004	72225
10	Peru	60162	57933
11	Colômbia	51414	49508
12	Papua Nova Guiné	40189	38700
13	Togo	35827	34500
14	Venezuela	20769	20000
15	Serra Leoa	18692	18000
16	Uganda	16615	16000
17	Índia	13500	13000
18	Libéria	12461	12000
19	Guatemala	11942	11500
20	Guiné	10384	10000

Fonte: FAO (2012).

O país tem atraído atenção de várias nações em virtude da recente descoberta de petróleo na sua plataforma continental, situado junto a uma costa de intensa atividade petrolífera que vai da Nigéria a Angola. Contudo, passados dez anos desde a descoberta do petróleo, STP ainda não iniciou a exploração comercial do mesmo, ainda que os seus blocos já tenham sido distribuídos entre seis

consórcios de empresas multinacionais (ANP, 2013). Não obstante, as estatísticas do *International Trade Center* (ITC) apontam, em 2009, exportações de US\$ 1,7 milhão de petróleo do tipo betuminoso.

Particularmente, a lei que regula esta atividade prevê um mínimo de 7% das receitas para serem alocadas ao desenvolvimento da Região Autônoma do Príncipe e um mínimo de 10% às autarquias locais, essencialmente compostas por áreas rurais. Entretanto, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) de STP anunciou que “contrariando as expectativas iniciais, a exploração do petróleo coloca-se neste momento num horizonte de médio e longo prazo”, conforme consta da página oficial do governo⁹.

Dados da tabela de importações do país, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) (2013) vem legitimar as informações contidas no relatório do Centro de Investigação e de Análises de Políticas para o Desenvolvimento (CIAD, 2011), órgão nacional autônomo de pesquisa, criado pelo Ministério do Plano e Desenvolvimento, no qual o país possui um sector produtivo fraco e, porque se trata de um país de capitalismo tardio e, por ser extremamente dependente das importações, faz com que a sua balança corrente seja estruturalmente deficitária. Ainda segundo o referido Centro, esta situação revela o desalinhamento entre o rendimento e a absorção do país, e os sistemáticos déficits nesta rubrica da balança de pagamento resultam em acumulação líquida da dívida do país face ao exterior.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) classifica STP na categoria de "países de baixa renda", com uma posição externa referida por "altamente endividado". A dobra santomense (STD) é a moeda nacional, a qual, por acordo operacional entre o Banco Central de STP com o Tesouro de Portugal, está ancorada ao euro, sendo previstos mecanismos de cooperação cambial e garantia de reservas para seis meses de importações (TÉLA NON, 2011).

O FMI projetou a variação do PIB real para 2013 positivamente de 4,5%, sendo estimado para 2014 a continuidade do crescimento em 5,5% a.a., ao tempo que terá caído a inflação, que foi estimada em 8,6% (2013) e 7,5% (2014) (imf, 2013).

⁹ Cf. São Tomé e Príncipe (s. d.).

De fato, até 2010, a situação das finanças públicas de STP não era muito animadora, diante de uma dívida pública na ordem de US\$ 256 milhões, sendo que as suas receitas eram de US\$82 milhões e despesas de US\$ 106 milhões. Também, os preços ao consumidor vêm em queda desde o nível de 10,4% em 2012.

Segundo o CIAD, até 2011, a economia de STP apresentava déficits da balança corrente na ordem de 20% do PIB em termos médios. Em termos quantitativos, valores deficitários na balança de transações correntes persistentes, acima dos 5% do PIB, são considerados na literatura econômica como insustentáveis. Segundo o FMI, em termos relativos, a participação de contas correntes sobre o PIB foi projetado para 17,7%, em 2012, e 18,6%, em 2013. Felizmente, a mesma fonte projeta uma reversão acentuada para 2018, quando essa relação será positiva em 13,2%, compensado por um crescimento médio anual do PIB real de apenas 1,5%.

Por sua vez, a análise da taxa do crescimento do PIB feita pelo CIAD (2011) demonstrou ainda que, de 1980 a 2009, a economia santomense obteve um aumento na taxa média de crescimento do PIB. Ainda, segundo a mesma fonte, entre 1980 e 1989 essa taxa foi de 1,25%, na década de 90 registrou-se uma taxa de crescimento médio de 1,18%, e no período compreendido entre 2001 e 2009 verificou-se maior desempenho da economia, com uma taxa média do PIB na ordem dos 5,5%.

Desde o início da década de 1990, o PIB tem apresentado uma tendência de crescimento, como resultado do substancial crescimento do sector de serviços. O PIB de STP estava estimado pelo Banco Mundial (BM) em US\$ 183,4 milhões, em 2008, atingindo US\$ 248,2 milhões, em 2011, crescendo desde então à média de 7.8% a.a. nesse período. Toda via dados fornecidos por INE (2013) revelam que em 2008 o PIB do país era de US\$ 155 milhões, US\$ 243 milhões de dólares no ano de 2011.

1.2 Marcos Institucionais

O texto da Constituição da RDSTP, promulgada em 25 de janeiro de 2003, estabeleceu a forma de um Estado democrático e unitário baseado nos direitos fundamentais da pessoa humana. O poder político pertence ao povo que o exerce através de sufrágio universal, igual, direto e secreto nos termos da Constituição.

Ainda de acordo com a Constituição de 2003, STP é um Estado laico, nele havendo uma separação do Estado em respeito à diversidade religiosa.

O território está dividido administrativamente em sete Distritos, sendo que seis deles se localizam na ilha de São Tomé a citar: Água Grande, Mé-Zochi, Cantagalo, Caué, Lembá e Lobata e o Pagué, este na Ilha de Príncipe, que é considerada uma Região Autônoma. Esses Distritos são administrados por Câmaras Distritais, com exceção da ilha do Príncipe. As Câmaras estão localizadas na capital de cada Distrito e são administradas por um Presidente escolhido pelo partido que obteve a maioria dos votos naquela região.

Segundo estudos sobre tipos de estados, realizado por Maluf (2010), STP é classificado como uma república semipresidencialista de democracia representativa, na qual o Presidente da República é o chefe de Estado e o Primeiro-Ministro é o chefe de Governo, sendo o poder de decisão dividido por esses dois atores. Detentora de um sistema multipartidário, atualmente STP conta com mais de seis partidos políticos. Porém, apenas quatro têm atualmente representação parlamentar, a saber: o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – Partido Social Democrata (MLSTP-PSD); Ação Democrática Independente (ADI); Partido de Convergência Democrática – Grupo de Reflexão (PCD-GR) e Movimento Democrático Força de Mudança (MDFM).

Ainda de acordo com a Constituição de 2003, são órgãos de soberania santomense: o Presidente da República; a Assembleia Nacional; os Governo e Tribunais. O Presidente da República é o Chefe do Estado e o Comandante Supremo das Forças Armadas. Composta por cinquenta e cinco deputados, um número que Pereira (2008) considera excessivo para o país tendo em conta a sua dimensão geográfica e populacional, a Assembleia Nacional é o mais alto órgão representativo e legislativo do Estado. O Governo é o órgão executivo e administrativo do Estado, cabendo-lhe a condução política geral do País. O Governo é composto pelo Primeiro-Ministro que é indicado pelo partido vencedor das eleições legislativas e com o consentimento do Presidente da República, pelos Ministros que são nomeados pelo Primeiro-Ministro e pelos Secretários de Estado, esses últimos nomeados pelos Ministros das respectivas pastas. Compete ao Primeiro-Ministro dirigir e coordenar as ações do governo e assegurar a execução das leis.

Tendo em conta a apresentação desses atores o processo de política pública no país segue os seguintes passos:

Como poderá ser visto no referencial teórico deste trabalho, em um sistema democrático como o de STP, vários atores participam do processo de formulação de políticas. Sendo assim, a formulação de política e STP é implementada da seguinte forma:

- 1) é elaborada ao nível dos Ministérios;
- 2) em seguida passa pelo conselho de ministros para ser aprovada pelos respectivos ministros;
- 3) é encaminhada a Assembleia Nacional por intermédio do 1º Ministro para ser aprovada pelos deputados das bancadas parlamentares com assento no parlamento;
- 4) e por último é promulgada pelo Presidente da República.

Embora STP tenha alcançado a independência em 1975, as reformas democráticas só foram instituídas no final de 1990. O país realizou suas primeiras eleições gerais em 1991. Com menos de 40 anos de independência, a nação tem já uma história marcada por dois grandes períodos, que Barbosa (2001), chamou de “Primeira República” e a “Segunda República”, períodos marcados por grandes mudanças nas estruturas política e econômica, revelando-se cruciais para o processo de desenvolvimento do país.

A “Primeira República” teve o seu início em 12 de julho de 1975 com a proclamação da Independência Nacional e prolongou-se até 1990. O que caracterizou esse período do Estado Santomense foi o monopólio do poder e a economia centralizada. Nessa ocasião, foi adotado um regime de modelo socialista de partido único e nacionalização das “roças” – nome dado às propriedades com agricultura de exportação, quais sejam, as plantações administradas por grandes empresas - transferidas ao comando partidário do MLSTP/PSD.

A “Segunda República” iniciou-se em 1991 marcada pela substituição da Constituição da República de 1990, que veio introduzir o Estado de Direito Democrático. Em 2003 foi promulgada uma terceira Constituição, e a mesma está em vigor até a presente data, indicando uma terceira etapa da história após a independência.

São Tomé e Príncipe viveu nos últimos vinte anos uma profunda instabilidade política, fase em que conheceu quinze Primeiro-Ministros e duas breves tentativas infrutíferas de golpes de estado nos anos de 1995 e em 2003.

Como pode ser conferido no Relatório de progresso da Estratégia Nacional da Redução da Pobreza elaborado em 2012, as mudanças frequentes de governos implicaram em constante recomeço das ações públicas, o que travou o normal funcionamento das instituições, os progressos em matéria de boa governança, assim como a implementação dos programas de desenvolvimento, em particular.

Assim como em todos os países em desenvolvimento tanto da África, Ásia e América Latina, a reforma administrativa chegou a STP, impelida pelo Consenso de Washington. No entanto de acordo com Pereira (2008) após a independência, o Estado santomense adotou um modelo de gestão de economia centralizada, herdada da administração colonial exercendo um papel preponderante em todos os sectores da economia nacional. Nessa altura o Estado nacionalizou quinze empresas agropecuárias, através do Decreto nº. 24/7, de 31 de outubro de 1975, de acordo com Barbosa (2001) tendo como objectivo alterar as relações de produção existentes antes da independência e proceder à implementação de uma reforma agrária, com vista à melhoria das condições de vida dos assalariados agrícolas (CPADRP, 2007, p. 22). Barbosa (2001) destaca que decorridos dez anos após a independência, com vista à diversificação da economia, foram definidas algumas ações, através de intervenções pontuais de promoção de pequenas indústrias – produção de carne de aves (frangos), óleos vegetais, cerâmica, confecções e, artesanato.

As reformas administrativas chegaram quinze anos depois da independência, isto é, em 1990, com o início do processo de reforma agrária incentivado por atores internacionais nomeadamente FMI e BM. No entanto, as reformas implementadas não atingiram seus objetivos, isto é, do desenvolvimento por diversos motivos. Pereira, (2008, p. 3) aponta que,

A ausência de políticas públicas realistas e coerentes e a baixa vertiginosa da produção, associada aos constrangimentos do mercado onde oscilavam desfavoravelmente os preços do cacau, o principal produto de exportação, condicionou uma degradação sistemática nos mais diversos domínios de desenvolvimento, cujas consequências foram à prestação deficiente dos serviços sociais, o aumento dos níveis de pobreza, a recrudescimento das doenças, a degradação de valores morais e culturais, a indisciplina, o enfraquecimento da autoridade do Estado e deficiente manutenção da

ordem pública. O sector privado, embora em crescimento, não dispõe nem de recursos, nem de capacidades para responder aos desafios da economia do mercado, carecendo de substanciais apoios que permitam a sua afirmação num contexto de concorrência com parceiros de espaços de negócios cada vez mais exigentes.

Outros motivos que vêm impedindo o desenvolvimento do país são apontados pelo advogado santomense Kiluange Tiny (2005) como sendo a incapacidade de poder de decisão por parte do Estado, falta de autoridade, incapacidade de manutenção da ordem pública, desajustamento das instituições democráticas, gestão deficiente dos bens públicos, sistema de descentralização inadequado, fraca capacidade da administração pública entre outros.

Já Menezes (2012) aponta motivos como a insularidade do país, fraca capacidade de mobilização de recursos, dependência de outras economias e mercados internacional, uma vez que pela sua pequenez, o país não permite produções em grande escala. O autor aponta ainda fatores como: as condições iniciais do processo de desenvolvimento na altura da independência; instabilidades políticas e institucionais sistemáticas; comportamento rentista das elites políticas; e consequentes surtos de corrupção.

Posto isto, Menezes (2012, p. 239) no seu trabalho sobre “Estado Políticas Públicas e Desenvolvimento em STP e Cabo Verde”, ressalta que os grandes desafios de desenvolvimento para o país são:

(i) luta contra a pobreza, contra o desemprego e contra a desigualdade social; (ii) melhoria permanente dos níveis de educação e saúde; (iii) crescimento económico e criação de novos sectores produtivos incluindo a inovação, mas sempre no respeito e pela defesa do ambiente; (iv) integração regional e comércio externo; (v) dimensão institucional de desenvolvimento, incluindo a democracia; (vi) parcerias internacionais para o desenvolvimento; e (vi) financiamento de desenvolvimento.

Além disso, é necessário que o país desenvolva políticas, projetos e ações coordenadas que visem a garantir a prestação de serviços públicos como saúde, segurança, saneamento básico, estradas pavimentadas, sistema de drenagem, ampliação de serviços de eletricidade e água canalizada em condições para o consumo, planejamento urbano etc.

1.3 Indicadores de Segurança Alimentar

De acordo com Talamini (2003), o termo “segurança alimentar” possibilita dupla interpretação. A primeira dela está associada a aspecto quantitativo, isto é, dispor de uma quantidade de alimento para atender a demanda de toda população (abastecimento), e está relacionado a atributo quantitativo de alimentos. Sendo assim Teixeira (*apud* TALAMINI, 2003) a define como sendo a segurança alimentar mínima alcançada quando um país chega a uma produção de alimentos equivalente a suas próprias necessidades.

A outra possui vínculo com os atributos qualitativos dos alimentos, e é definida por (2000 *apud* TALAMINI, 2003) como a garantia de o consumidor adquirir um alimento com atributos de qualidade que sejam do seu interesse, entre os quais destacam-se os atributos ligados a sua saúde e segurança.

No entender dos participantes da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (II CNSAN), realizada no Brasil, em 2004, citado no Programa Fome Zero, uma política de Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (SAN) é um conjunto de ações planejadas para garantir a oferta e o acesso aos alimentos para toda a população, promovendo a nutrição e a saúde.

Na experiência brasileira, a segurança alimentar requer o envolvimento do Estado e da sociedade na implementação de uma política pública de longo prazo que inclua estratégias, programas e ações em áreas tais como: reforma agrária, promoção da agricultura familiar, produção de alimentos que compõem a cesta básica da população do país e assegure o direito humano à alimentação (SILVA; DEL GROSSI; FRANÇA, 2010).

Durante reunião de cooperação entre a FAO, o Instituto Interamericano para Cooperação Agrícola (IICA) e o Grupo de Trabalho conjunto para Estatísticas Agrícolas, em junho de 2013 (FAO, 2013a) decidiu-se dimensionar o grau de incerteza alimentar, sobre o conceito da FAO para chegar-se a variáveis determinantes de segurança alimentar, os quais correspondem a temas específicos, que tratam da:

- 1) Disponibilidade de oferta alimentar;
- 2) O acesso físico aos alimentos;
- 3) O seu respectivo acesso econômico; e

4) Ao seu uso final.

Quanto aos resultados medidos pela FAO, dizem respeito a duas vertentes decisivas: 1) insuficiência do acesso aos alimentos, e (2) utilização inadequada dos alimentos. O aspecto segurança é verificado também em duas perspectivas, a saber: 1) a exposição a riscos, e 2) variações e volatilidade.

Conforme apontado anteriormente cumpre assinalar que a questão da segurança diz respeito à produção de alimentos, preços e, uma serie de variáveis apontadas pela FAO como “indicadores de segurança” ou “insegurança alimentar”.

Portanto, as estatísticas intituladas "Indicadores de Segurança Alimentar" contendo suas "variáveis dependentes" (referidas no original por "metadata") são aqui neste trabalho selecionadas para São Tomé e Príncipe e dimensionadas com os valores estimados para a África Subsaariana, regiões consideradas desenvolvidas, países que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e, o mundo, empregando uma série dos últimos cinco anos, com intuito de quantificar a fome no país.

Tabela 5 – Alguns indicadores de segurança alimentar apontados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (continua).

Produção de Alimentos					
	2005-07	2006-08	2007-09	2008-10	2009-11
Mundo	285	290	295	299	302
Regiões Desenvolvidas	466	471	478	481	480
África Subsaariana	163	164	163	166	166
Angola	133	138	155	169	186
Brasil	570	595	616	634	646
Cabo verde	81	85	91	95	97
Guiné Bissau	174	179	181	192	200
Moçambique	80	80	79	80	83
Portugal	373	373	378	390	392
São Tomé e Príncipe	175	178	180	180	180
Timor Leste	98	101	108	114	111

Tabela 5 – Alguns indicadores de segurança alimentar apontados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (continuação).

Índice de Preços de Alimentos					
	2009	2010	2011	2012	2013
Mundo	1,40	1,42	1,45	1,45	1,33
Regiões Desenvolvidas	1,20	1,20	1,20	1,16	1,17
África Subsaariana	1,95	1,97	2,00	1,98	1,97
Angola	2,36	2,44	2,46	2,41	
Brasil	1,27	1,29	1,31		
Cabo verde	1,45	1,46	1,47	1,46	1,45
Guiné Bissau	1,89	1,95			
Moçambique	2,03	2,10	2,13	2,13	
Portugal	1,06	1,05	1,03	1,03	1,05
São Tomé e Príncipe	2,18	2,22	2,42		
Timor Leste	–	–	–	–	–
Percentual de pessoas com acesso a fonte melhorada de água					
	2007	2008	2009	2010	2011
Mundo	87	87	88	88	89
Regiões Desenvolvidas	99	99	99	99	99
África Subsaariana	60	61	61	62	63
Angola	50	51	52	53	53
Brasil	96	96	97	97	97
Cabo verde	87	87	88	88	89
Guiné Bissau	64	66	68	70	72
Moçambique	45	46	46	47	47
Portugal	99	99	99	100	100
São Tomé e Príncipe	90	92	94	95	97
Timor Leste	64	65	66	68	69

Tabela 5 – Alguns indicadores de segurança alimentar apontados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (continuação).

Acesso as instalações sanitárias melhoradas					
	2007	2008	2009	2010	2011
Mundo	61	62	63	63	64
Regiões Desenvolvidas	95	95	95	95	95
África Subsaariana	30	30	30	30	31
Angola	53	54	56	57	59
Brasil	79	79	80	80	81
Cabo verde	57	58	60	62	63
Guiné Bissau	17	17	18	18	19
Moçambique	17	18	18	19	19
Portugal	100	100	100	100	100
São Tomé e Príncipe	29	31	32	33	34
Timor Leste	38	38	38	39	39
Taxa de dependência de cereal importado					
	2003-05	2004-06	2005-07	2006-08	2007-09
Mundo	15,1	15,3	16,0	15,9	15,7
Regiões Desenvolvidas	15,1	15,3	16,6	16,5	16,0
África Subsaariana	21,5	21,6	22,5	21,4	21,5
Angola	55,2	56,8	54,9	57,7	54,6
Brasil	12,8	13,5	15,1	14,7	14,2
Cabo verde	92,1	94,7	97,1	95,1	94,3
Guiné Bissau	42,0	34,4	29,0	22,2	27,3
Moçambique	39,9	43,6	42,7	38,1	30,5
Portugal	81,5	83,2	85,6	81,6	82,6
São Tomé e Príncipe	82,4	83,8	84,9	85,2	84,9
Timor Leste	33,1	33,2	31,9	26,5	17,8

Tabela 5 – Alguns indicadores de segurança alimentar apontados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (conclusão).

Percentual de terras aráveis equipadas irrigáveis					
	2005-07	2006-08	2007-09	2008-10	2009-11
Mundo	22,4	22,6	22,7	22,8	22,7
Regiões Desenvolvidas	11,1	11,1	11,1	11,1	11,1
África Subsaariana	3,7	3,7	3,6	3,6	3,6
Angola	2,6	2,6	2,4	2,2	2,1
Brasil	6,8	6,8	6,9	7,1	7,3
Cabo verde	7,4	7,4	7,4	7,4	7,4
Guiné Bissau	8,9	8,9	8,9	8,7	8,5
Moçambique	2,5	2,5	2,4	2,3	2,3
Portugal	49,8	49,7	48,9	47,0	47,3
São Tomé e Príncipe(*)¹⁰	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Timor Leste	21,0	20,8	21,0	21,2	22,3

Fonte: Adaptado da FAO (2013a).

Foi possível perceber na tabela 5, o comportamento da variável valor médio da produção de alimentos para STP em relação a outras regiões, onde o desempenho dos países frente a outras regiões pode ser considerado de bom. O nível da produção do país pode ser considerado bom em comparação a produção mundial e, ao nível dos países da (CPLP), STP perde para Brasil, que tem um desempenho superior à produção das regiões consideradas desenvolvidas e também da produção mundial, Portugal, e ligeiramente para Guiné Bissau.

No que respeita ao índice de preço dos alimentos, tem-se que o país apresenta uma das taxas mais altas. Pode-se notar também com a leitura da tabela que nas regiões onde a produção é maior, os índices dos preços são menores, talvez pelas fortes políticas que as essas regiões aplicam ao setor agro - alimentar.

Para a variável percentual da população com acesso a fonte melhorada de água, o país também apresenta bom desempenho, com valores que podem ser comparados com regiões consideradas desenvolvidas Brasil, Cabo Verde e Portugal e o Mundo.

¹⁰ (*) os dados apontam o índice 100 para toda série, provavelmente por falta de dados precisos.

Foi selecionada também a variável com percentual de pessoas com acesso a instalações sanitárias e, para esta variável o país apresenta um desempenho baixo, apresentando valores inferiores ao das regiões consideradas desenvolvidas, Portugal, Brasil e o mundo.

Na variável percentual de dependência de importação de cereais, percebe-se que o país é altamente dependente de importação de cereais, com valores comparáveis a Cabo Verde, que é um país que não dispõe de fatores edafoclimáticos tão favoráveis quanto o do STP. Nesta variável o país apresenta valores que podem ser comparados aos países como Portugal, e Angola.

Para finalizar elegeu-se a variável percentual de terras aráveis equipadas e irrigáveis, onde o país apresenta um excelente desempenho de acordo com os dados da tabela 5.

Uma variável importante e determinante da segurança alimentar, mas que, no entanto não é aqui ilustrada por falta de dados em grande parte das regiões é a variável instabilidade política ligada a questões de choques.

Com a análise geral da tabela e dos gráficos anteriores pode-se quantificar a questão de segurança alimentar em STP e, conseqüentemente a da fome que como pode ser percebido não deve ser classificada como a fome crônica.

1.4 Formulação do Problema e Objetivos

Não obstante as condições edafoclimáticas favoráveis, o país tem enfrentado algumas dificuldades no abastecimento do mercado com produtos produzidos localmente. Dados sobre a produção agrícola no país, publicados pela FAO (2011) e INE (2013) revelam que a produção local tanto para consumo quanto para exportação vem decrescendo ao longo de tempo, com algumas oscilações, e nos casos em que se verifica um aumento de produção, os mesmos são poucos significativos. Conseqüência disso, segundo o sítio eletrônico “Téla Nón” (2009), é que cada vez mais se escasseiam as frutas e hortaliças, sendo aquelas colocadas à disposição dos consumidores são comercializadas a preços elevados.

Sendo assim, neste estudo pretende-se analisar as seguintes questões: Porque sendo o país detentor de todas essas características, não consegue produzir o suficiente para o abastecimento do mercado nacional, quais os fatores que podem

estar a contribuir para a baixa produção agrícola no país e também no seu desenvolvimento? Para dar respostas a essas questões foram traçados os objetivos traçados objetivos como: identificar as políticas que o governo em STP tem adotado para o desenvolvimento agrícola analisá-las crítica e descritivamente quanto às suas viabilidades no alcance dos objetivos governamentais. Entre outros objetivos a serem alcançados neste trabalho estão: avaliar as capacidades de promover o desenvolvimento do setor agrícola em STP, diante da respectiva percepção dos pequenos produtores e dos agentes dessas políticas públicas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para servir de fundamento teórico deste trabalho foram selecionadas as seguintes literaturas. Primeiramente, Rua (1998) contribui para entender os propósitos das políticas públicas e seus principais fenômenos. Em seguida, Peters (1993) ensina sobre a formulação da agenda, pois se pretende ter conhecimento de qual a relevância das políticas de segurança alimentar na agenda do governo santomense, isto é, até que ponto ela está sendo tratada como prioridade. Cumpre antecipar que o processo de formulação de políticas seguiu o modelo abordado pelo Banco Internacional para o Desenvolvimento (BID) (2007) e Hill (2009).

Segundo esses autores, antes de se iniciar uma "análise de política pública" ou de seus resultados, é necessário analisar primeiramente todo o contexto e conjecturas em que a mesma foi discutida, elaborada e executada; portanto, analisar o processo em que se consubstancia e desenvolve a formulação dessa política. À luz da experiência da literatura brasileira, atores como Abramovay (2007), Navarro (2011), entre outros, onde serão abordadas algumas considerações sobre política agrícola para agricultura familiar e seus fenômenos. Será contemplado também nesta discussão autor santomense como Menezes (2012).

Para iniciar, elegeu-se a discussão sobre o esclarecimento do conceito de "política" e "políticas públicas". Frequentemente, a primeira é confundida com a segunda, em vários idiomas. Pelo fato da "política pública" ser derivada da "política" propriamente dita, frequentemente se usa esses termos como sinônimos. Para esclarecer essa confusão, a academia tende a referir-se ao idioma inglês que é mais categórico e aplica a palavra "*politics*" para designar "políticas" e "*policies*" para designar "política pública" (PARADA, 2002).

Da Universidade de Brasília (UnB), Rua (1998) ressalta que a "política" é a forma pacífica de resolver conflitos de ordem social. A autora define a política como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução consensuada do conflito quanto a bens públicos. Já Parada (2002), ressalta que política é um conceito muito amplo e relativo ao poder na sociedade em geral. Por outro lado, segundo o autor, as políticas públicas correspondem a situações específicas de como manejar assuntos públicos.

Dye (1984 *apud* SOUZA, 2006) sintetiza a definição de "política pública" como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer". Para Souza (2006), a definição mais conhecida continua sendo a do cientista político e teórico da comunicação Harold Laswell, influenciado pelo pragmatismo, ou seja, as decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.

Política pública designa a existência de um conjunto formado, por um ou vários objetivos considerados necessários e desejáveis e os meios e medidas são tratadas pelo menos parcialmente por uma instituição governamental com finalidade de orientar atores individuais e coletivos para modificar uma situação percebida como insatisfatória ou problemática (DEUBEL, 2006). Rúa (1998) define as políticas públicas ainda, como "outputs" ou produtos decorrentes das atividades políticas que compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores.

Adicionalmente, Morais (2008), ressalta que, o espaço para política pública surge das falhas do mercado. Segundo Batalha *et al.* (2005), elas surgem da necessidade de se criar políticas específicas que se adequem à realidade do país ou da região e até mesmo de um determinado grupo da população.

De acordo com Souza (2006), respaldado pelo BID (2007), não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública e também não existe uma lista universal de políticas públicas "corretas". As políticas são respostas contingentes à situação de um país. O que pode funcionar em dado momento da história em um determinado país pode não dar certo em outro lugar, ou no mesmo lugar em outro momento (BID, 2007). Daí a razão pela qual os governos devem sempre aperfeiçoar os seus instrumentos, e se tratando de instrumentos adotados de outras esferas globais, adaptá-los a sua região levando sempre em consideração as características peculiares da mesma.

Da economia vem a contribuição de Stiglitz (1997) ao ensinar que a tentativa de corrigir as falhas do mercado levou ao crescimento do papel do governo perante a sociedade. No entanto, nota-se que, antes que se elaborem as políticas para correções dessas falhas, os problemas precisam ser identificados e colocados nas agendas governamentais, para que se encontre a melhor forma de resolvê-los. A todos esses estágios, de acordo com o BID (2007) e Deubel (2006), se dá o nome

de processo de formulação de políticas públicas. Posto isto, é desse processo e todas as suas fazes que o próximo tema se desdobra.

2.1 Processo de Formação de Políticas

Para o BID (2007) o processo de formulação de política engloba o processo de discussão, aprovação e implementação das políticas públicas, se desdobrando na identificação do problema, formação da agenda, formulação da política, adoção, implementação e avaliação.

Autores como BID (2007), Peters (1993), Hill (2009) e Parada (2002) ressaltam que num sistema democrático, como o de São Tomé e Príncipe, vários atores atuam nesse processo. De acordo com o BID (2007), alguns deles possuem funções formalmente atribuídas no processo de formulação de políticas como o caso de partidos políticos, a legislatura, presidente, equipe de governo, os burocratas, o poder judiciário e pode se encaixar nessa categoria também os atores internacionais, que têm grande influência no processo de formulação de política no país. Porém, existem outros atores informais que podem exercer papéis significativos na elaboração de política, apesar de não terem papéis formalmente atribuídos pela constituição. Entre eles podem ser citados as organizações da sociedade civil, as empresas, os meios de comunicação, os sindicatos, os movimentos sociais, os acadêmicos e especialistas, referidos por “atores do conhecimento”. Esse processo, segundo o BID (2007), pode ser visto como um processo de negociação e trocas entre os atores políticos.

Peters (1993) ressalta que dois estágios são cruciais na elaboração de uma política, isto é, no processo da formulação da política: definição da agenda seguida da formulação da política. Segundo o autor esses dois estágios são importantes porque eles estabelecem os parâmetros para qualquer consideração adicional da política. O cientista político norte americano ressalta ainda que a definição da agenda é determinante, uma vez que nela constarão os problemas que serão alvo das discussões e decisões dos gestores. Caso não incluído na agenda, o problema não terá a devida solução. A formulação da política é a etapa sequencial onde se começa a tratar a importância dos problemas colocados dentro da agenda e se prepara o plano de ação pretendido para correção dos mesmos. Nesse sentido o

próximo tema a ser tratado será a formação da agenda. Isto posto, segue-se uma abordagem da formação da agenda e os atores da política do Estado Santomense.

2.1.1 Agenda das Questões Relacionadas à Segurança Alimentar

Faz-se necessário um recorte específico para tratar da formação da agenda entre os atores da política agrícolas em STP. Como se viu, um dado problema na sociedade deve ter sido aceite como parte da agenda e deve ser considerado passível de ação pública e digno de atenção dos políticos antes que seja feita a escolha da política.

A formação da agenda é uma das etapas e talvez a mais importante do processo da formulação da política. Peters (1993) ressalta que estabelecer uma agenda para a sociedade, ou até mesmo uma instituição, é uma atividade manifestamente política e a influência da agenda, dá um controle substancial sobre escolha da política final. Isto é, quanto mais controle certos atores ou grupos de atores tiverem sobre a agenda, mais influência eles terão sobre a política a ser selecionada. É na agenda ou formação da agenda onde todos os problemas percebidos pela sociedade ou membro do governo como passíveis de solução têm a sua primeira visibilidade. Menezes (2012) ressalta que a análise dos problemas que afetam a vida dos cidadãos, a todos os níveis, tem servido de orientação para delinear diferentes tipos de agendas.

Cobb e Elder (*apud* PETERS, 1993), ao elaborarem estudos sobre a agenda do governo americano, fizeram a distinção entre a agenda sistemática e formal governamental ou institucional. Para os autores as agendas sistemáticas são aquelas em que se colocam todas as questões geralmente percebidas por membros da comunidade política como merecedoras de atenção pública. Ainda segundo os autores esta é uma agenda ampla do governo, que envolve todas as questões que possam estar sujeitas a ação, ou que já estão sendo acionadas por governo. Geralmente não é consensual. Já a agenda formal, governamental ou institucional é aquela composta de questões que os detentores de poder consideram passível de resolução. Geralmente existe um consenso no que diz respeito à percepção do problema como prioritário. Já Menezes (2012) a distinguiu como agenda política, agenda pública ou mesmo mediática. Para o autor, a construção de uma agenda

pode ser vista como um processo no qual as necessidades dos diversos grupos populacionais são transformados em questões que prendem a atenção de autoridades públicas.

Peters (1993) ressalta que se um problema não for percebido pelos governantes como sendo prioritário ou passível de solução, não entrará na agenda. Ainda na concepção do autor, alguns problemas embora aceites como parte da agenda tendam a permanecer insolúveis por longo período de tempo, ou seja, ainda que um problema entre na agenda não há garantia de que o mesmo será solucionado, pois como ressalta Deubel, (2006) o governo e as suas instituições encontram diversos obstáculos na elaboração e execução de uma política ou na elaboração de soluções para determinados problemas, e no caso de São Tomé e Príncipe alguns desses obstáculos são: a instabilidade política, econômica, e a restrição orçamentária. Peters (1993) aponta também razões de ordem cultural como um dos obstáculos para que determinado problema não entre na agenda governamental ou mesmo se fizer parte da agenda não receberá atenção dos políticos.

Por outro lado vários problemas vão e voltam para a agenda política ativa, como o caso da problemática dos alimentos que atualmente toma uma forma bem institucional e multifacetada, isto é do ponto de vista da segurança alimentar. Embora atualmente ela tende a estar presente nas agendas de grande parte dos governos com uma nova abordagem, isto é, deixa de ser tratado na ótica de aumento de produção e passa a ser tratado, sob a ótica da garantia de acesso da população a bens alimentares.

Ao nível global, o problema da segurança alimentar tem a sua maior expressão na agenda política para o desenvolvimento que tem sua declaração histórica na “Agenda 21”, um documento relativamente consensual que trata de objetivos globais para o desenvolvimento (ECOLNEWS, s. d.).

Outro acontecimento internacional no qual este problema encontra a sua expressão é a Cimeira Mundial da Alimentação (CMA) realizada em Roma, em novembro de 1996, onde se estabeleceu o objetivo de reduzir para metade o número de pessoas desnutridas até 2015 (PINTO, 2011), que posteriormente veio ser incorporado nos Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio. Os Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio (ODM) surgem da Declaração das Nações Unidas

adotada pelos 191 Estados membros no dia 8 de setembro de 2000, conforme se segue:

- 1) Erradicar a extrema pobreza e a fome.
- 2) Atingir o ensino básico e universal.
- 3) Promover a igualdade de gênero e autonomia das mulheres.
- 4) Reduzir a mortalidade infantil.
- 5) Melhorar a saúde materna.
- 6) Combater o HIV/AIDS.
- 7) Garantir a sustentabilidade ambiental.
- 8) Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

De forma particular o problema tratado nesta dissertação encontra sua expressão no primeiro objetivo, isto é erradicar a pobreza e a fome até 2015.

Ao nível regional o problema encontra sua expressão na elaboração da Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional/Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (ERSAN-CPLP). Ao nível local, pode-se perceber na agenda do governo que a problemática tem a sua expressão na Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) e no caso específico do setor agrícola na elaboração da Carta de Política Agrícola para o Desenvolvimento Rural (CPADR) e mais recentemente no Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). De certeza que existem outros documentos nos quais esse problema tem a sua expressão, mas, esses ilustrados aqui podem ser considerados os principais.

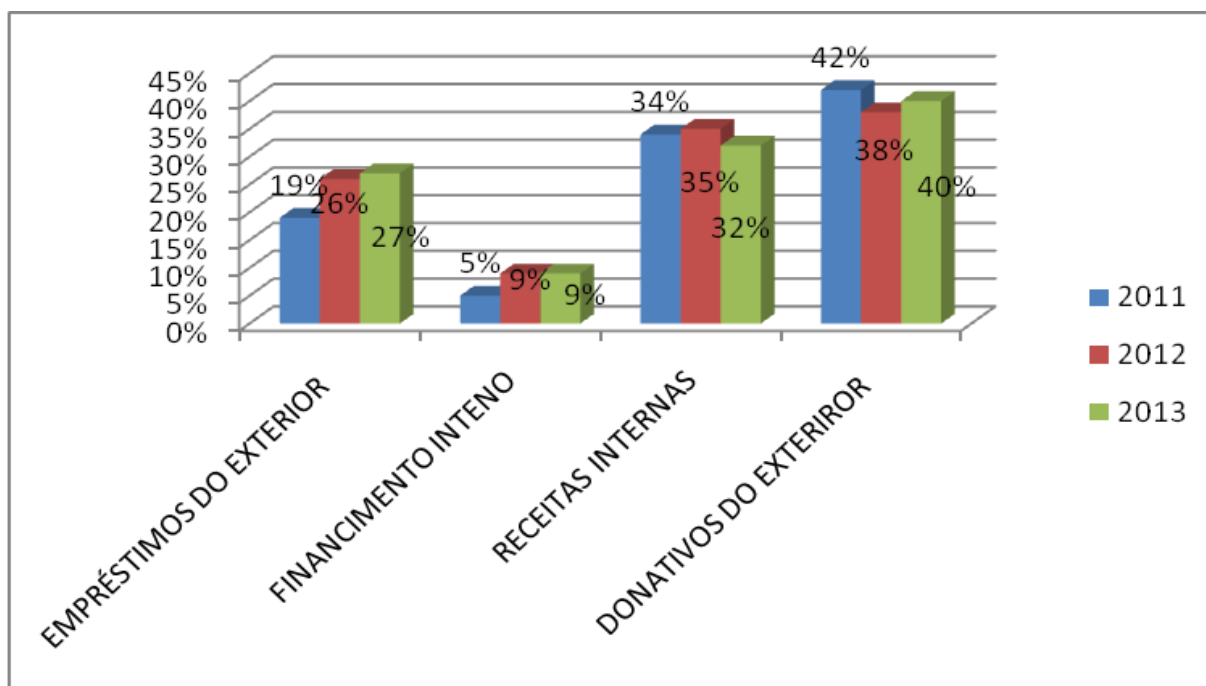
Como destaca Berthet (2012) pouco tempo depois da independência, isto é, em 1983, o país passou por uma crise de alimentos causada pela seca prolongada. Neste período a população fazia filas para garantir a compra dos produtos que chegavam ao país em baixa quantidade e colocados a disposição dos pequenos comerciantes. Embora na ocasião este tenha sido um problema percebido pela sociedade como passível de atenção, oficialmente e historicamente, no país o mesmo passa a fazer parte da agenda do governo com o início da reforma agrária em 1993. Uma vez colocado na agenda inicia-se a fase de elaboração da política, isto é, da busca da solução para o problema identificado. Como Destaca Peters (1993), a formulação de política, inicia-se depois que o problema é aceito como parte da agenda pelos gestores públicos e, logo em seguida, vem a questão de o que fazer para solucioná-lo.

2.1.2 Atores da Política em São Tomé e Príncipe

Em um sistema democrático como o de São Tomé e Príncipe (STP), vários atores participam do processo de formulação de políticas. Salienta-se que o setor agrícola são-tomense conta com uma série de organizações nacionais e internacionais e ao nível governamental é representado pelo Ministério de Agricultura Pescas, e Desenvolvimento Rural que atualmente funciona mais como um órgão, regulador e formulador de políticas e programas que visam dar diretrizes, para o desenvolvimento do setor. Esses programas por sua vez, são executados por meio de projetos e ações desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil, com financiamento de órgãos internacionais, tais como: Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD), União Europeia (UE) etc. (PNSAN, 2013). É importante destacar que grande parte desses financiamentos vem em forma de donativos. Elaborar políticas, ou políticas públicas não é uma tarefa fácil, elaborar políticas públicas nos países em desenvolvimento torna-se ainda mais difícil, sobretudo quando a país depende de mais de 50% de donativos e empréstimos externo para financiar seu orçamento.

Ainda como atores de políticas agrícolas santomense, tem-se instituições como, por exemplo, o Ministério de Plano e Finanças e o Banco Central, que participam indiretamente das decisões de política alimentares/agrícolas, uma vez que são essas agências que determinam o ambiente em que opera os tomadores de decisões dentro do sistema alimentar. Timmer *et al.* (1983) ressaltam que, embora indiretamente, elas são responsáveis pela tomada de decisão do setor alimentar e agrícola e pela negociação da ajuda condicionada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Internamente, para os “*policymakers*” são-tomenses também a elaboração de qualquer política se torna uma tarefa árdua devido às restrições orçamentárias.

Gráfico 1 – Distribuição das principais fontes de recursos públicos para o Orçamento Geral do Estado são-tomense– período 2011-2013.



Fonte: Adaptado de São Tomé e Príncipe, Ministério do Plano e Finanças (2013).

Nesse sentido, as medidas adotadas por essas instituições geralmente são de ordem estrutural (as "políticas estruturais") tendo um papel fundamental na garantia do desenvolvimento setorial.

Outro ator que vem desempenhando papel "fundamental" na garantia da segurança alimentar do país e que merece ser destacado, é o Programa de Alimentação Mundial (PAM), que tem realizando ações de ajuda as cantinas escolares proporcionando alimento quente as crianças e contribuindo para o melhor rendimento das mesmas nas escolas. Todavia ha previsão de que a PAM deixe de atuar em algumas regiões do país dentro de pouco tempo. Nessa medida, o Projeto Descentralizado de Segurança Alimentar (PDSA) por meio da (ONG) "Ação Para o Desenvolvimento Agropecuário e Proteção do Ambiente (ADAPA)" tem em carteira ações que visam o suprimento dessas demandas, envolvendo pequenos produtores. O plano é que os pequenos agricultores ofereçam produtos às cantinas escolares locais. Essa ação não só contribuirá para abastecimentos das cantinas escolares, como também, mas também permitirá que os pequenos produtores tenham novo mercado para escoar seus produtos com garantia¹¹.

¹¹ Informações obtidas pelo site do instituto Valle e flor em entrevista ao coordenador do projeto PDSA.

No entanto, na concepção de Berthet (2012), os pequenos produtores também têm um papel importante no desenvolvimento de estratégias de segurança alimentar do país, e isto remota da época colonial. Antes mesmo da independência os pequenos produtores já tinham o seu papel na garantia da segurança alimentar do país.

Posto isto, compreendo-se que uma das condições para que o setor agrícola se desenvolva em STP, é que o "estado do bem estar social" mencionado na constituição, seja incorporado pelos atores da política agrícola santomense. É preciso que se invista no setor sem levar em consideração apenas a função econômica, mas também a função social, uma vez que com o desenvolvimento podem surgir novos postos de trabalho, a melhoria da receita dos agricultores e os demais dependentes da atividade derivada da agricultura. Alguns autores compartilham dessa ideia e serão apresentados a seguir.

Por exemplo, Moraes *et al.* (s. d.) ressaltam que o setor agrícola vive graças à intervenção estatal e cresce graças a saques contínuos contra o Estado por meio de subsídios, créditos e perdões de dívidas. Esses subsídios geralmente são destinados a financiar as grandes indústrias, cuja escala de competitividade acelera resultados e acabarão beneficiando direta ou indiretamente a todos. Da mesma forma, Abramovay (2007) entende que o gigantesco aparato intervencionista montado pelo estado capitalista moderno impediu que a estrutura agrícola concorrencial (o mercado) levasse o setor agrícola fatalmente à bancarrota.

Mais do que proteger os agricultores, o sentido da intervenção Estatal tem sido o de permitir a estabilização da oferta e dos preços agrícolas. Nesse sentido, a política agrícola contemporânea compõe-se de um compromisso, entre a manutenção de um piso mínimo para a renda agrícola, e ao mesmo tempo, de controle sobre os preços alimentares (ABRAMOVAY, 2007).

O autor destaca que, por sua natureza social específica e pelo seu caráter familiar, a agricultura é obrigada a tolerar o mecanismo da transferência de renda com o qual a sociedade se beneficia da sua atividade. Ao mesmo tempo, o Estado preserva a estrutura familiar competitiva, ainda que sob o protesto frequente do liberalismo ortodoxo, pois ela assegura a possibilidade de um controle institucional sobre a renda agrícola e os preços alimentares que seria impossível caso o setor tivesse a mesma concentração econômica que a indústria automobilística, por exemplo, (ABRAMOVAY, 2007).

Segundo Nóbrega (1985), a saída das pessoas dos meios rurais para as grandes metrópoles, causando a concentração da população nas cidades, fez com esses recentes residentes no meio urbano tornassem cada vez mais dependentes de um suprimento estável e confiável de alimentos e de matérias primas de origem rural.

Considerando as características naturais e humanas de STP, eis aí a justificativa do governo para uma ampla intervenção neste setor, com políticas protecionistas que visam garantir suprimentos de produtos agrícolas, a preços estáveis e relativamente baixos, assim como resguardar os agricultores das variações indesejáveis de sua renda provocada por queda ou excesso de produção.

Na próxima sessão será apresentada de uma forma cronológica todas ações que o governo vem desenvolvendo no país, passando rapidamente pelo período antes da independência e posteriormente pelo período da independência, em 1975, até a atualidade.

2.2 Políticas para a Agricultura e Segurança Alimentar

Apesar da Constituição santomense não ter explicitamente reconhecido o acesso à alimentação como um direito como destaca Pinto (2011), o governo tem desenvolvido várias ações que visam a promoção de segurança alimentar, embora de forma incremental. Dentre essas políticas de segurança alimentar estão às políticas agrícolas definidas pelo sociólogo Lamounier (1994 *apud* BITTENCOURT, 1997) como um conjunto das ações governamentais dirigidas de forma específica ao setor agropecuário, tendo como objetivos reduzir o custo de produção, estabilizar a renda do produtor e prover crédito rural.

Complementarmente, Nóbrega (1985) ressalta que qualquer que seja a política agrícola de um país, seus objetivos deverão ser, em síntese, possibilitar o desenvolvimento do setor mediante o aumento de produção e de produtividade, e promover econômica e socialmente todos quanto se vinculam às atividades rurais, especialmente os trabalhadores e os produtores de baixa renda.

Donde, com o intuito de garantir às concentrações urbanas e às regiões onde há baixa produção o abastecimento regular do mercado com alimentos de qualidade, oferecendo aos produtores condições básicas que permitam sua

manutenção na atividade, o governo vem criando uma série de instrumentos para o setor agrícola. Será apresentada numa perspectiva histórica e cronológica a evolução desses instrumentos.

2.2.1 Período Antes da Independência

A atividade agrícola santomense começou desde a era colonial, no século XV, com a plantação de cana de açúcar, embora, os agricultores naquela altura não tivessem a posse ou a propriedade de terra e nem o conhecimento dos ciclos produtivos de espécies. Os mesmos eram trabalhadores sem qualquer autonomia em relação ao conhecimento dos processos de trabalho e aos meios de produção (FERREIRA NETO; MUNIZ, 2008). Nessa altura, toda terra pertencia ao rei de Portugal, sendo que nenhum santomense tinha direito à propriedade de terra, para qualquer fim que fosse. Todos os agricultores existentes no país até o momento trabalhavam sob um regime de escravidão, e mais tarde sob “contrato” para a colônia portuguesa em troca de alimentos e habitação.

Durante o período colonial a propriedade da terra estava limitada aos portugueses, proprietários das roças que exploravam principalmente a cultura de café e cacau com a finalidade de exportação. Dessa forma, aos santomenses restava o trabalho, submetidos ao estrito controle de capatazes e feitores. Na altura, a agricultura de STP se caracterizava pelo latifúndio e pela monocultura para exportação, e aos locais era permitido apenas o plantio de pequenos cultivos de subsistência (FERREIRA NETO; MUNIZ, 2008). É importante destacar que esse sistema permaneceu em vigor até 1985, quando o governo autorizou a utilização oficial das glebas e lavras para culturas alimentares e hortícolas.

2.2.2 Período Pós-Independência e Reforma Agrária

Logo após a independência concebida em 1975, iniciou-se um período de nacionalização das roças. O Estado assumiu a responsabilidade sobre o controle das terras e pela gestão do setor produtivo, principalmente dos plantios de cacau e café, as duas bases da economia do país na altura, herdando assim uma estrutura

produtiva completamente dependente do exterior, bastante rígida, baseada na produção de matérias primas agrícolas e na monocultura do cacau para exportação.

Algum tempo depois, o Estado se viu incapaz de dar continuidade às atividades, considerando-se que não dispunha de condições financeiras para manter os trabalhadores agrícolas. Então decidiu dar início a um processo de distribuição de terras, que durou de 1993 a 2005, para que esses trabalhadores pudessem ter suas próprias fontes de renda, por meio de atividades agrícolas. Até este momento sofreram intervenção as empresas de Bela Vista, Santa Margarida, Uba Budo, Monte Café, Agostinho Neto e Diogo Vaz, um total de área bruta de 49.609,33 hectares tendo sido distribuído 28.315,38 hectares. Desse total aos pequenos agricultores havia sido distribuída uma área de 19.628,16 hectares e às médias empresas uma área de 10.847,83 hectares.

Dados fornecidos pela Direção de Planeamento da Agricultura, sobre o resumo geral de distribuição de terras agrícolas no país (de 1993 a 2010) revelam que, até 2010, 9.172 famílias haviam sido beneficiadas com parcelas de terras. Estima-se até esta data que o número total de agricultores do país ronde em torno de 9000 (nove mil). Em vista das dificuldades que os mesmos têm enfrentado no setor, tem ocorrido o abandono e a venda de muitas parcelas distribuídas. Ainda de acordo com os dados revelados pela Direção de Planeamento de Agricultura, até esta altura haviam 158 comunidades agrícolas e 286 médias empresas. Devido à falta de informações documentadas não se pode afirmar ao certo o número total das comunidades e agricultores do país, o que ajudaria muito na elaboração de políticas para o setor. Contudo dados levantados pelo Diagnóstico Socioeconômico realizado no país em 2007, revelam que foram identificados 6.231 produtores rurais familiares e 227 médios e grandes produtores rurais, registrados no Gabinete de Assuntos Fundiários, na altura vinculada ao Ministério da Economia.

Tabela 6 – Resumo da distribuição de terras agrícolas – período 1993-2010.

Ano	Área Bruta (ha)	Área Peq. Agric. (ha)	Área Peq. Agric. por Distrito (ha)	Área atribuída a média empresa (ha)	Área atribuída a média empresa reconfirmada (ha)	Área atribuída a média empresa por Distrito	Floresta e outras áreas	Número de famílias beneficiadas
1993	3945,6	1591,5	0	0	1287	0	1067,1	846
1994	8371,7	3083	0	212	413	0	4663,7	859
1995	6177,2	2577,60	0	1936,2	163	0	1500,4	917
1996	4397,4	1763,6	0	321,4	0	0	2312,4	730
1997	6356,7	2422,3	0	1691,7	0	0	2242,7	1151
1998	3805,27	861,47	0	333,07	204,75	600	1805,98	665
1999	2389,47	947,84	0	408,4	163	349,23	521	750
2000	4352	1054,59	0	1450	0	0	1847,41	1692
2001	4404,63	3965,93	0	349,7	0	0	89	645
2002	865,64	263,14	0	181,5	0	0	421	171
2003	244,8	189,7	0	25,1	0	0	30	32
2004	223,85	129,3	0	51,8	0	0	42,75	142
2005	2335,56	389,61	0	876,94	0	0	1069,01	252
2006	733,74	57,15	0	89	0	0	587,59	22
2007	483,07	198,75	0	25,3	0	256,56	2,46	12
2008	309,96	175	0	126,51	0	0	8,45	2
2009	0	948	0	243	0	390,9	144,84	1
2010	0	42,32	81,14	365,8	70,34	102,39	16,2	283
Total	49609,33	19628,16	81,14	8687,42	2160,41	712,61	18339,59	9172

Fonte: Direção do Planejamento Agrícola, STP (2013).

Em São Tomé e Príncipe, quando se deu início ao processo de reforma agrária, “tanto homens como mulheres tinham o direito de acesso a terra independentemente da sua condição financeira”, e ainda o têm.

A Lei nº. 3, de 31 de julho de 1991, estabelece que para cada família deverá existir apenas um título de posse provisório. A adoção do título provisório dá aos agricultores apenas o direito do usufruto, evitando que eles vendam os seus títulos de propriedade. No entanto, devido à falta de controle por parte do Estado muitos títulos de posses foram e ainda são vendidos. É importante ressaltar que a referida Lei está em processo de reformulação, e que um dos parâmetros a serem modificados será a definição do direito de propriedade, em relação ao título de posse, sendo que o agricultor passará a ter o título definitivo e não provisório como anteriormente¹². De acordo com Azevedo (2003), essa medida é importante uma vez que impede que a propriedade sofra um processo de superexploração, isto porque, por não se sentir responsável pela exploração da mesma o agente explorador, pode fazer uso de técnicas inadequadas de cultivo para tirar o maior proveito das terras sem se preocupar, no entanto, com a recuperação das mesmas. Outro ponto importante de acordo com o autor, é que dar-se-á mais segurança aos produtores, para investirem nas suas propriedades, e, se dedicar a culturas de ciclos mais longos e aumentando.

De acordo com o Diagnóstico Socioeconômico do Meio Rural (2007) Ferreira Neto; Muniz, (2008) realizado com objetivo de levantar dados para formular políticas com vistas à melhoria das condições de vida das populações destes locais, a política em questão foi conduzida dentro das conformidades e teve sucesso até certo ponto. Sendo assim, no Diagnóstico consta que, o processo de distribuição de terras, e de democratização da estrutura fundiária santomense, foi realizado sob o controle efetivo do Estado, tanto do ponto de vista da origem das terras distribuídas quanto da destinação e da formalização jurídica dos novos produtores rurais.

Consta ainda do Diagnóstico e do trabalho dos autores Ferreira Neto e Muniz (2008) que uma parcela de 98,60% das pessoas que tiveram acesso à terra, obtiveram-na por concessão pública, ao passo que 1,2% obtiveram-na através de sua compra junto ao Estado. Apenas 0,2% obtiveram-na por ocupação. Por outro lado em STP, mais de 97% dos agricultores possuem documentação legal da sua

¹² Informação obtida por meio de entrevista do Ministro da Agricultura Pesca e Desenvolvimento Rural à televisão santomense (TVs) em 2013.

terra, enquanto 1,62% não a possuem e aproximadamente 1%, não sabem se a sua situação era legal ou não. Desta forma, a existência de documentos legais que vinculam a propriedade da terra aos seus efetivos ocupantes é de fundamental importância para dar segurança, tanto para os novos agricultores quando para setores de fomento e apoio, em uma eventual constituição de associações e cooperativas, e mesmo para a relação do próprio Estado com o setor privado, quando da definição de linhas de crédito, financiamentos, compra e venda de produtos e equipamentos.

Até este momento tudo se resumia apenas à simples redistribuição de terra, sem qualquer acompanhamento, ou mesmo presença de outras políticas que pudessem dar suporte a esta ação, garantido a sua efetividade. No entanto, no decorrer dos 20 primeiros anos de políticas agrícolas, o governo vem realizando ações com vista desenvolvimento do setor como será apresentado a seguir. Apresenta-se, agora, o sucedido no período que vai de 1993 ao presente momento.

Ciente da importância da sua intervenção e do seu importante papel no desenvolvimento da economia santomense, o governo tem se articulado para dar resposta às demandas do setor agrícola como forma de atingir os seus objetivos. O esforço do governo em prol do desenvolvimento do setor agrícola é evidenciado em desenvolvimentos de ações como, realização de seminários, “workshops” (oficina de trabalho) e em outras ações como a elaboração de instrumentos a exemplo da CPADR, da ENRP, do PNSAN, e ainda, da implementação do Programa Nacional de Extensão Rural (PRONER).

Complementarmente, como meio de tornar esses instrumentos exequíveis, o governo vem elaborando e apoiando vários projetos a serem citados: Programa de Apoio a Agricultura Familiar e Pesca Artesanal (PAPAFPA), Projeto de Reabilitação de Apoio à Infraestrutura de Segurança Alimentar (PRISA), PDSA, entre outros. Para melhor compreensão do trabalho, será feita uma descrição de cada um desses instrumentos.

2.2.1.1 Carta de Política Agrícola para o Desenvolvimento Rural

Trata-se do maior instrumento de gestão agrícola (de médio a longo prazo) existente no país atualmente. É um conjunto de políticas setoriais, subsetoriais que

visam promover o Sector da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (SADERPE). A referida Carta é composta por três elementos fundamentais: um Diagnóstico, uma Estratégia e um Plano de Ação governamental, e contempla todas as políticas já existentes, bem como temas transversais a agricultura. A referida Carta envolve um Diagnóstico, uma Estratégia e um Plano de Ação governamental, e contempla todas as políticas já existentes, bem como temas transversais a agricultura.

A carta foi atualizada em 2006, com o objetivo de diagnosticar oportunidades e constrangimentos ao desenvolvimento sustentado do sector da agricultura, desenvolvimento rural e pescas da República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) e indicar recomendações de políticas, estratégias, programas, subprogramas e projetos de assistência técnica e de investimentos prioritários e promotores de desenvolvimento sustentado a curto, médio e longo prazo, consistentes com os objetivos do milênio para o desenvolvimento, os eixos prioritários da ENRP e de outros documentos oficiais do governo. A Carta em vigor à data da pesquisa traz uma novidade em relação à anterior, passando a incluir aspectos relativos às pescas e aos mecanismos para financiamento das propostas de projetos.

Neste documento estão descritos os maiores constrangimentos que o setor agrícola santomense enfrenta, quais sejam: oscilação dos preços do mercado internacional, ataques de pragas e doenças, degradação do sistema de irrigação; falta de assistência técnica e insumos agrícolas aos agricultores; falta de aplicação oportunas das normas técnicas; falta de formação dos agricultores e de linhas de créditos rural e pesqueiro; dificuldade de comercialização; falta de investimento em renovação das plantas, falta de infraestrutura de transformação e industrialização entre outros. Entretanto, não é realizada a atualização periodica neste instrumento.

2.2.1.2 Estratégia Nacional de Redução da Pobreza

Este é um instrumento que visa uma diminuição significativa da pobreza num espaço temporal que se estende até 2016, mediante um bom aproveitamento das potencialidades humanas, recursos naturais e materiais do país, bem como através da cooperação bilateral e multilateral. Trata-se do maior instrumento de gestão governamental do país. Essas cooperações têm sido viabilizadas por meio de

projetos como PAPAFA, PRIASA, PDSA e algumas ONGs registradas no país. De acordo com os dados levantados na pesquisa documental o governo tem vindo a cumprir os objetivos propostos nesta estratégia e recebeu em 2013 o certificado de mérito pelo bom desempenho na luta contra a redução da pobreza da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Nesta estratégia elaborada em 2002, e que tem sido atualizada com alguma frequência pelo governo, foram contemplados todos os setores considerados chaves para o desenvolvimento de STP, entre eles o está o setor agrícola. Para este setor está previsto:

- 1) Diversificar a produção e as exportações agrícolas;
- 2) Desenvolver os sectores conexos da agricultura (transformação, transportes, conservação, comercialização, serviços e técnicas);
- 3) Apoiar os agricultores na divulgação, aquisição de insumos;
- 4) Estabelecer e aplicar normas sobre a proteção dos recursos naturais;
- 5) Proporcionar infraestruturas de base;
- 6) Implementar a formação agrícola entre outras.

A adoção dessas estratégias visa ao aumento da produtividade para fazer face aos desafios que se impõem para reduzir substancialmente os atrasos e a pobreza no meio rural das ilhas e seus principais grupos vulneráveis. Para garantir a segurança alimentar do país, está previsto nesta Estratégia um crescimento *per capita* de produção alimentar a uma taxa superior ao crescimento demográfico, conduzindo à melhoria do rendimento das populações rurais e, por conseguinte um maior acesso aos produtos básicos importados.

Para garantir a segurança alimentar do país, está previsto nesta Estratégia um crescimento *per capita* de produção alimentar a uma taxa superior ao crescimento demográfico, conduzindo à melhoria do rendimento das populações rurais e, por conseguinte um maior acesso aos produtos básicos importados.

Não obstante, este objetivo ainda está longe de ser alcançado considerando-se que o governo não dispõe de políticas estruturais capazes de dar respostas a essas demandas. Hoje o governo tem um grande desafio que é a estabilização da economia e regulamentação do mercado e a reestruturação do salário base dos trabalhadores e criar novos postos de empregos diretos e indiretos. Existe uma

disparidade em termos salariais, mesmo ao nível governamental que precisa ser corrigida logo.

Entende-se que esses objetivos seriam alcançados através de ações de apoio à comercialização, conservação e transformação de produtos alimentares, a melhoria da qualidade e das condições higiênicas; melhoria dos circuitos de armazenamento, conservação, transformação e comercialização dos produtos alimentares, visando à conquista de novos mercados regionais e internacionais; incentivo e apoio à produção hortícola com disponibilização de sementes de boa qualidade e divulgação de técnicas adequadas entre outras (ENRP, 2012).

2.2.1.3 Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

O Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), que tem como objetivo contribuir de forma sustentável para combater a insegurança alimentar e nutricional e melhorar a qualidade de vida das populações no país. O Plano tem a ambição de proporcionar um quadro de coerência e integração das ações a serem desenvolvidas por vários Ministérios para plena realização das quatro dimensões principais de segurança alimentar quais sejam: a disponibilidade física de alimentos, o acesso físico e econômico de alimentos, utilização do alimento e a estabilidade dessas três dimensões ao longo do tempo (PNSAN, 2013).

Fotografia 1- alguns produtos que compõem a dieta alimentar de STP.



Fonte: Turismo Sustentável em STP, 2014

O mesmo está previsto para ser realizado em todo o país, em um período de dez anos, articulado em duas fases de cinco. Nos primeiros cinco anos o programa se concentrará no aumento de produção de alimentos em todas as zonas com potencial e em desenvolvimentos de ações que visem melhorar o comércio e acesso ao mercado, e de estado nutricional e sanitário da população em geral e em particular dos grupos mais vulneráveis. Os últimos cinco anos serão dedicados a acompanhamento e fortalecimento das ações desenvolvidas na primeira fase. O programa compreende quatro eixos estratégicos, a saber:

- 1) Melhorar a produtividade e aumentar da produção agrícola.
- 2) Melhorar o sistema de comercialização e acesso ao mercado.
- 3) Melhorar o estado nutricional e de saúde da população.
- 4) Fortalecimento Institucional.

O custo total das ações do primeiro ciclo do projeto, está estimado em USD 9.873.500,00 (nove milhões, oitocentos e setenta e três mil e quinhentos dólares).

De salientar que o PSAN surge da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (SAN), um instrumento que visa construção e reforço da institucionalidade para melhorar a coordenação, coerência e alinhamentos das políticas nos seus diferentes níveis (local, nacional, regional, global), com base numa perspectiva

multiator e multiterritorial (PINTO, 2011). Ainda de acordo com Pinto (2011), trata-se de um instrumento elaborado ao nível dos países da CPLP.

Para viabilidade desses programas o governo e as ONGs do país têm em carteira os projetos a baixo descritos.

2.2.1.4 Projetos diversos

a) Projeto PAPAFA

Na carteira de projetos temos o Programa de Apoio a Agricultura Familiar e Pesca Artesanal (PAPAFA), que se encaixa no apoio de longo prazo oferecido pelo FIDA, com um financiamento \$S 9.710.000,00 com duração de 12 anos e organizados em quatro ciclos de três anos cada. O referido projeto entrou em vigor em fevereiro de 2003 e assim terá seu prazo esgotado em 2015. Os seus principais objetivos são: Apoiar a estrutura do meio rural, através de fortalecimento de base rural e profissional e fortalecer as comunidades locais; criar uma gama de serviços nas áreas sociais, técnico econômico e financeira capazes de atender as demandas da população rural; reforçar a capacidade do grupo alvo para promover novos produtos. Sendo assim o programa vem trabalhando na estruturação de fileira de vários produtos de exportação no país¹³. Entre elas:

- A fileira de cacau biológico, que culminou na criação de várias Cooperativas de Cacau Biológico (CECAB), o que permitiu que os agricultores ficassem melhores organizados para atender as demandas deste novo nicho de mercado, que até então não vinha sendo explorado pelos produtores santomenses. Até 2012, haviam trinta e quatro associações membros das CECAB, sendo que 1681 produtores tinham apoio e treinamento em métodos e técnicas de produção agrícola, transformação e comercialização;
- Fileira café biológico; e
- Fileira de baunilha, pimenta e outras especiarias.

¹³ A expressão "fileira" deriva do conceito mesoanalítico da "*filière agro-alimentaire*" empregado na análise do setor pela escola industrial francesa, ideia que prevalece na formação acadêmica europeia. No Brasil, alguns autores sugerem que o termo seja traduzido por "cadeia de produção" ou "cadeia produtiva", inspirado pelo modelo norte-americano de "*supply chain management*". Cf. Pedrozo *et al.* (1999).

Está em estruturação a Fileira de cacau de qualidade.

Com o intuito de continuar a melhorar a produção nacional, o governo tem em carteira para ser executado por intermédio do PAPAFFPA a organização de fileiras de produtos de culturas alimentares e hortícolas.

b) Projeto PRIASA

O Projeto de Reabilitação de Infraestrutura de Apoio a Segurança Alimentar (PRIASA), financiado pelo Banco Africano para o Desenvolvimento sobre tutela do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Pescas, com o financiamento de \$ 7,39 milhões de dólares norte-americanos e \$ 0,39 milhões de dólares norte-americanos como contraparte do governo e dos beneficiários (em forma de taxas e impostos). O projeto teve seu início em julho de 2011 e tem a duração de quatro anos, e principal objetivo de contribuir para a melhoria da segurança alimentar em STP e da redução da pobreza. De maneira mais específica visa à melhoria da disponibilidade de produtos agrícolas e haliêuticos, através de reabilitação de infraestruturas agrícolas de pesca artesanal (PRIASA, 2013) e articula-se nas seguintes componentes:

- Reabilitação e construção de infraestrutura rural;
- Reforço das capacidades de estrutura de apoio a produção; e
- Gestão de projetos em parceria com o Fundo de Infraestruturas Comunitárias (FIC), (MARAPA), Centro de Formação Profissional e Agrária (CATAP), Centro de Investigação Agronômica e Tecnológica (CIAT), Laboratório de Pescas e da Direção-Geral do Ambiente.

O projeto vem desenvolvendo atividades como: construção de secadores solares nas comunidades de Canavial, Mesquita/Uba Cabra, Água Izé, Pinheira, Nova Estrela e Praia Inhamé. Aquisição de quatorze abrigos para viveiros em quatorze comunidades, reabilitação de pistas rurais, reabilitação de sistema de irrigação dentre outras atividades.

c) Projeto PDSA

O PDSA, é um projeto financiado pela UE e executado pelo Instituto Marquês de Valle Flor (IMVF) e pela Federação das ONGs de São Tomé e Príncipe (FONG) em parceria com Rede nacional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe (RESCSAN). O Projeto teve seu início em 2008 e já está na sua segunda fase. Na primeira fase, o projeto apoiou os pequenos agricultores familiares, com insumos como sementes melhoradas de cebola, tomate, feijão, e outros insumos hortícolas, e matérias e equipamentos como picaretas, enxadas, pequenas máquinas de transformação.

Esse projeto tem auxiliado na parceria entre os agricultores e a escolas do país, tentando fortalecer o a alimentação escolar atualmente financiada administrada pela PAM e pelo governo Brasileiro. O objetivo é que os agricultores forneçam produtos locais para serem confeccionados nas escolas de todo país e ajude a diminuir a quantidade de produtos importados na dieta dos alunos¹⁴ por intermédio do Programa Nacional de Alimentação e saúde escolar.

Não obstante essas ações do governo em prol do desenvolvimento do setor, o país ainda enfrenta diversos obstáculos de natureza estrutural e conjuntural que impede o desenvolvimento do mesmo. As causas estruturais apontadas pelo programa são: déficit de infraestrutura socioeconômica de base como (pistas e estradas rurais, sistema de irrigação, mercado, transporte etc.); desmatamento acelerado para utilização de madeira para construção e uso doméstico, insuficiência de recursos financeiros para investimento (exploração ou desenvolvimento) de terra; declínio da fertilidade do solo, localização, pesquisa agrícola inadequada; falta de organização de cadeia de produtos alimentares, isto é, introdução do conceito de agronegócio (ou falta de organização de canais de produtos alimentares); a falta de infraestrutura para processamento, armazenamento e conservação, deficiência na implementação de estratégias disponíveis para o desenvolvimento do setor de Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas; o peso das tradições e hábitos alimentares; baixa dotação orçamental para o setor agrícola, e dificuldade no acesso ao crédito.

Os problemas de ordem conjunturais apontados pelo programa são:

- a) fatores biofísicos, tais como as doenças dos animais, seca de rios, doenças e pragas nas culturas, erosão e deslizamento de terra;

¹⁴ Informação obtida do site oficial do instituto Valle e flor em entrevista com o coordenador do projeto PDSA.

- b) fatores econômicos tais como: comércio especulativo, pilhagem (roubo), desemprego, inflação e fluxo de produção;
- c) fatores sociais e políticos como, doenças desativação de postos de saúde deslocamento força da população para a capital e estrangeiro, entre outras.

Conforme mencionado anteriormente à situação econômica nacional ainda é caracterizada por um déficit crônico que continua a aumentar e só poderá ser progressivamente eliminado com a profissionalização dos produtores rurais, tecnicamente bem preparados, que aumentem a produção nacional e contribuam para a redução da importação de alimentos, substituindo-as pela produção nacional. Para isso é essencial que o agricultor possa contar com ferramentas de gestão da qualidade, planejamento e controle da produção, logística de aproveitamento e de distribuição, análise e controle de custos, etc. (BATALHA *et al.*, 2005).

Dados fornecidos pelo INE (2013) revelam que no período de 2010 á 2012 o País importou em valores monetários, aproximadamente cinco vezes mais do que aquilo que exportou como pode ser averiguado na Tabela 2 apresentada anteriormente. O mesmo se sucedeu em termos de produção de produtos agrícolas e alimentares.

Ainda segundo o INE (2013), a produção nacional não tem revelados números expressivos, embora haja aumentos significativos em relação à produção de alguns produtos nomeadamente matabala e óleo de palma, como pode ser constatado na Tabela 3 apresentada anteriormente. Pode-se perceber também, com a análise dos dados fornecidos pela INE descritos na Tabela 2 apresentada anteriormente, tanto em termos de quantidade como em termos monetários a importância de produtos destinados a exportação em relação aos produtos destinados ao consumo nacional, produzidos internamente.

2.3 Potencialidades para Segurança Alimentar

De acordo com o Diagnóstico Descentralizado para Segurança Alimentar (2010), o agravamento da crise alimentar mundial e o conseqüente agravamento de insegurança alimentar no país motivou em 2008 a organização de um seminário

sobre a segurança alimentar e nutricional, direito humano a alimentação adequada e soberania alimentar.

Uma das recomendações desse seminário foi a necessidade de implementar o serviço de extensão rural de modo a apoiar os agentes do sector agrícola principalmente os do meio. A recomendação foi recebida e atualmente existe no país um PRONER administrado pelo Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural, situado em Bela Vista, e suas Delegações Regionais, Centro (CATAP) Centro-Sul (Santana), Sul (Angolares), Centro-Norte (Santa Luzia) e, por último, a Delegação Norte, localizada na cidade de Neves.

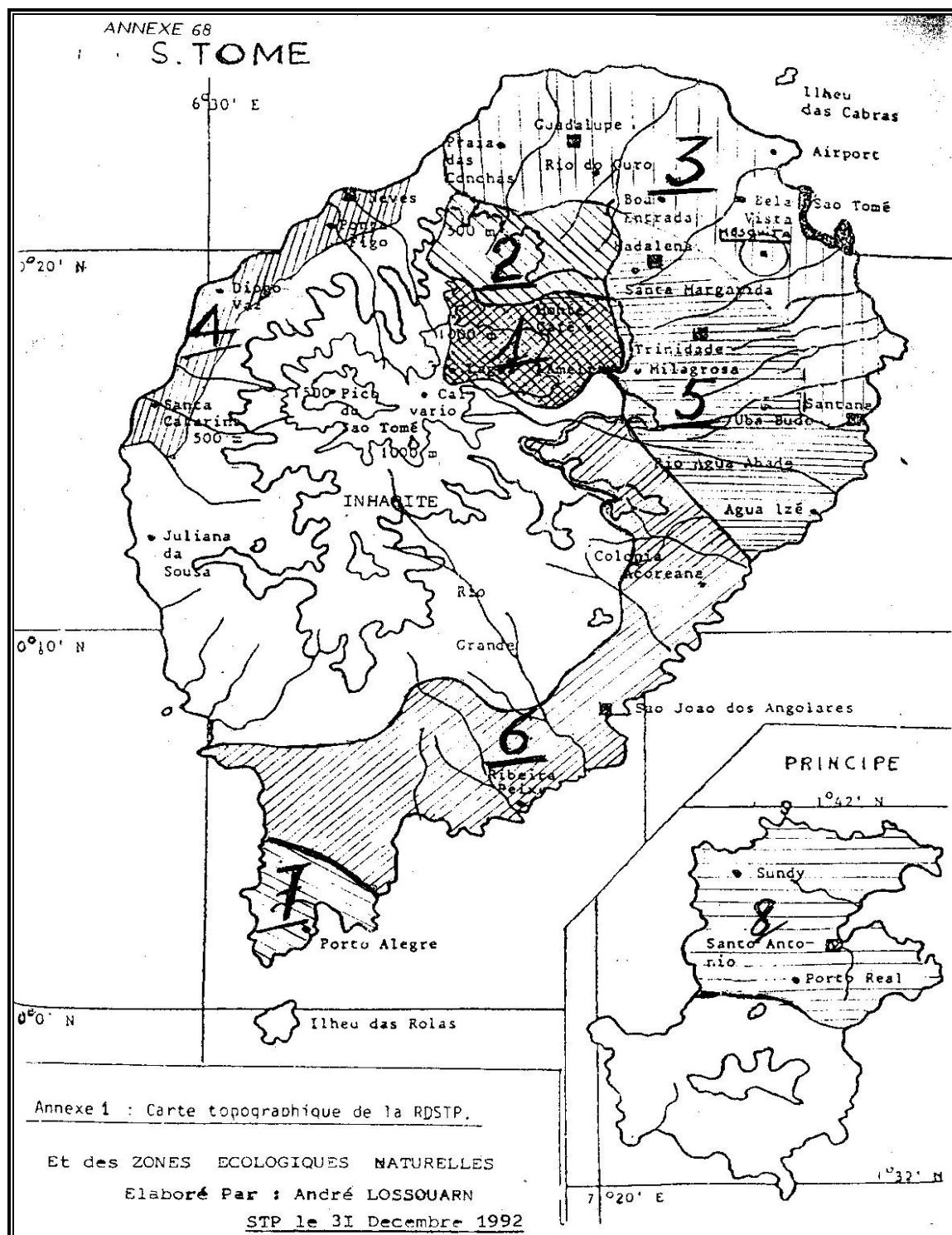
A agricultura tem um papel significativo na economia do país e, com uma participação superior a 15% e que durante o período colonial, deu as suas provas quando levou o país ao ranking dos maiores produtores mundiais de cacau¹⁵ Além da importante função econômica, a agricultura tem aí uma importantíssima função social, contribuindo para a geração de emprego e renda da população rural, abastecendo as cidades, principalmente a de São Tomé, contribuindo para segurança alimentar geral do país.

Em conformidade com os dados extraídos dos planos e programas do governo, a preocupação em abastecer o país com a produção local por meio de projetos que visam intensificar a produção nacional, agregar valor aos produtos produzidos localmente bem como promover o desenvolvimento agrícola nacional por meio de incentivo a produção pode ser percebida.

Todavia, este é um grande desafio que o país enfrentará, superando os seus pontos fracos no que diz respeito à localização e pelo fato do país ser insular e ter uma dimensão reduzida faz com que o mercado não tenha estrutura para abrigar grandes investimentos e absorver toda produção nacional, nos períodos de excesso.

¹⁵ Informação obtida no dossiê da imprensa da empresa exportadora de cacau de excelência "Satocao, Lda.", em maio de 2013.

Figura 2 – Zonas agroecológicas – São Tomé e Príncipe.



Fonte: ADAPA (2013).

Existe também a questão de falta de investimentos em tecnologia, de recursos humanos, de crédito e de comercialização a existem outros fatores ligados ao aumento de produção e da produtividade que incluem: baixa escala de produção; limitado mercado interno; altos custos de transporte (principalmente externo); limitados serviços de apoio à produção, transformação e comercialização; falta de implementação das estratégias disponíveis de desenvolvimento do sector da agricultura, do desenvolvimento rural e pescas.

Por outro lado, o país deve aproveitar ao máximo os seus pontos fortes quais sejam, os fatores edafo-climáticos favoráveis, à série de estudos científicos que existem sobre o setor, elaborados por pesquisadores nacionais quer por estrangeiros. Por exemplo, o país dispõe de um bom ponto de referencia que é o mapeamento das "zonas agro-ecológicas" (FIGURA 2). Assim, o país é composto por um total de oito zonas agro-ecológicas inseridas nos sete distritos.

No distrito de Caué, tem-se a zona seis está localizada na região centro-sul/sudoeste do país, abarcando a região de Angolares, Ribeira Peixe, Vila Conceição e Mussacavú. A zona sete encontra-se no extremo sul, região que abriga a roça Porto Alegre. Essas regiões apresentam as seguintes potencialidades.

Quadro 1 – Quadro zonal de vocação agrícola-zona VI localizado na região centro-sul/sudoeste e zona VII no extremo sul

Culturas alimentares	Culturas Hortícolas	Grandes culturas e frutícolas
Matabala	Tomate	Mangostão
Mandioca	Couve	Jaqueira
Milho	Feijão-verde de estaca	Arvore de fruta Pão
Soja – 1 ciclo /ano	Feijão seco anão	Citrino
Bata-doce		
Cana-de-açúcar		
Banana prata		
Banana pão		
Palmeira		

Fonte: ADAPA (2013).

No Distrito de Cantagalo tem-se a zona cinco, na região centro-este que abriga a comunidade de Pinheira, a cidade de Santana e a roça Água – Ize e, a zona seis, na região centro-sul/sudoeste abrigando a comunidade de Colônia Açoriana, nos quais apresentam as seguintes potencialidades:

Quadro 2 – Quadro zonal de vocação agrícola-zona V localizado na região centro-este e zona VI na região centro-sul/sudoeste

Culturas alimentares	Culturas Hortícolas	Grandes culturas e frutícolas
Cana-de-açúcar	Tomate	Ananás
Matabala	Feijão-verde de estaca	Arvore de Fruta-pão
Milho	Feijão-verde de estaca	Jaqueira
Soja – 1 ciclo /ano	Feijão seco – 1 ciclo/ano	Baunilha
Mandioca	Pimentão	Pimenteira
Batata-doce	Pepino	Canela
Inhame	Cebola	Citrinos
Batata – 1 ciclo/ano		
Banana prata		
Banana pão		
Palmeira		

Fonte: ADAPA (2013).

No distrito de Mé-zochi tem -se a zona um localizada na região alta que por sua vez abarca a empresa Monte Café e as comunidades de Nova Moca, Terra Batata, Bom Sucesso, e Macamblalá. Neste distrito tem-se ainda a zona cinco localizada na região centro-este, abrange a cidade da Trindade e as comunidades de Milagrosa, Madalena, Santa Margarida e Potó. Ainda em Mé-Zochi, na região centro-sul–sudeste, tem-se a zona seis que, geograficamente abriga as roças Bombaim, Roça Nova e Abade. Nestas regiões tem-se as seguintes potencialidades agrícolas:

Quadro 3 – Quadro zonal de vocação agrícola-zona I localizado na região alta, zona V centro-este e zona VI na região centro-sul/sudoeste

Culturas alimentares	Culturas Hortícolas	Grandes culturas e frutícolas
Cana de açúcar	Repolho	Ananás
Matabala	Feijão verde	Arvore de Fruta-pão
Soja – 1 ciclo ao ano	Feijão seco	Jaqueira
Batata – 2/3 ciclos/ano	Cenoura	Baunilha
Banana prata	Alface	Pimenteira
Bananapão	Cebola	Canela
Palmeira	Pimpinela	Mangueira
Milho	Tomate	Citrinos
Mandioca	Pepino	Abacateiro
Batata doce		
Inhame		

Fonte: ADAPA (2013).

No distrito de Lobata, encontra-se a zona dois, que abriga as comunidades de Poiso Alto, Santa Clara, Caldeira, Monte Carmo e Água Sampaio. Ainda neste distrito tem-se a zona três, onde encontram-se as cidades de Santo Amaro, Guadalupe, Mouro Peixe e praia das Conchas Pancas I e II, nas quais apresentam as seguintes potencialidades agrícolas.

Quadro 4 – Quadro zonal de vocação agrícola-zona II localizado na região norte-nordeste e zona III na região nore/baixa

Culturas alimentares	Culturas Hortícolas	Grandes culturas e frutícolas
Cana-de-açúcar	Tomate	Mangostão
Matabala	Feijão verde	Jaqueira
Milho	Feijão seco	Arvore de fruta Pão
Soja	Cenoura	Citrino
Mandioca	Cebola	
Batata doce	Alface	
Banana prata	Nabo	
Banana Pão	Beringela	
	Melão	
	Melancia	
	Pimentão	
	Pepino	

Fonte: ADAPA (2013).

No distrito de encontra-se a zona quatro que abarca a cidade de Neves a Santa Catarina com as seguintes potencialidades.

Quadro 5 – Quadro zonal de vocação agrícola-zona IV localizado na região oeste

Culturas alimentares	Culturas Hortícolas	Grandes culturas e frutícolas
Cana-de-açúcar	Tomate	Mangostão
Matabala	Feijão verde	Jaqueira
Milho	Feijão seco	Arvore de fruta Pão
Soja	Cenoura	Citrino
Mandioca	Cebola	
Batata-doce	Alface	
Banana prata	Nabo	
Banana Pão	Beringela	
	Melão	
	Melancia	
	Pimentão	
	Pepino	

Fonte: ADAPA (2013).

Por ultimo temos o distrito de Pagué, na região autônoma do Príncipe com as seguintes potencialidades:

Quadro 6 – Quadro zonal de vocação agrícola-zona VII localizado na região autônoma do Príncipe

Culturas alimentares	Culturas Hortícolas	Grandes culturas e frutícolas
Matabala	Tomate	Mangostão
Mandioca	Couve	Jaqueira
Milho	Feijão-verde	Citrinos
Soja	Beringela	Arvore de fruta Pão
Bata-doce	Pepino	Abacateiro
Cana-de-açúcar	Pimentão	Ananás
Banana prata	Feijão seco	Pimenta
Banana Pão	Cebola	
Inhame		
Palmeira		

Fonte: ADAPA (2013).

Não obstante esses pontos fortes, os níveis de produção agrícola ainda estão muito aquém do potencial do desenvolvimento agrícola do País, devido ao baixo

nível de investimento, tanto público como privado, nas infra-estruturas de apoio ao setor, na introdução de variedades melhoradas de plantas, na transformação agropecuária, na pesquisa e desenvolvimento, formação profissional e apoio técnico aos agentes económicos do setor e desenvolvimento de mercados dentre outros (CAPADRP, 2007).

Contudo cumpre-se em dizer que o desenvolvimento agrícola não se dá sem recursos humanos devidamente capacitados. No que diz respeito a capacitação o governo dispõe do CATAP que, por muito tempo, esteve inoperante por falta de recursos humanos e financeiros, mas que atualmente funciona, com desenvolvimento de cursos técnicos, onde jovens de todos os distritos do país, passam todo o período do curso no alojamento do centro. Algumas ONGs, também têm desenvolvido cursos de formação nas comunidades rurais entre eles o curso de alfabetização. É importante destacar que há que se investir na formação técnico profissional, para que se consiga atingir melhores resultados e o desenvolvimento do setor. No próximo subtítulo será tratado sobre políticas públicas e agricultura familiar e a importância da mesma.

3 A PESQUISA DE CAMPO

3.1 Políticas Públicas e Agricultura Familiar em São Tomé e Príncipe

No que concerne a políticas públicas, São Tomé e Príncipe (STP) ainda terá que percorrer um longo percurso na criação de condições básicas que sustentem um processo de formulação de políticas públicas cuja implementação seja eficaz e capaz de proporcionar resultados e impactos positivos na sociedade (MENEZES, 2012). De acordo com pesquisa realizada existem muitos documentos de política, elaborados em consonância com os objetivos locais, regionais e globais e, no entanto pode-se considerar o processo de política pública no país ainda incipiente. FGAESEstp (*apud* MENEZES, 2012, p. 211) ressalta que,

Em São Tomé e Príncipe foi produzido, todo um conjunto de documentos de política. Porém, o problema é que nenhuma das grandes iniciativas de políticas públicas que deveriam ser materializadas teve início, meio e fim. As coisas foram sempre ficando pelo meio e, desta forma, o que se constata hoje é que os conflitos políticos e institucionais não permitiram que qualquer política ou estratégia tivesse consequência. Portanto o que tem que ser tomado como risco e um problema a resolver são estas querelas institucionais e só desta maneira poder-se-á encontrar mecanismos que permitam materializar de forma eficiente as políticas públicas e proceder ao seu balanço de forma consistente. Se tudo cai no início ou no meio torna-se difícil equacionar devidamente se os objetivos foram ou não alcançados porque nada foi feito como inicialmente projetado. As políticas públicas não têm sido assumidas e apropriadas e, além de mais, muitas delas foram programadas de costas viradas para a população. O que é preciso é que o país e suas instituições funcionem de forma regular com planos e programas e no fim de cada mandato possa ser avaliado o desempenho de cada instituição.

Pinto (2011) ressalta que em termos de políticas públicas, STP tem tido uma expressão significativa. O autor ressalta a questão da instabilidade como uma das causas do atraso no processo de políticas públicas no país.

Conforme demonstrado no capítulo anterior, uma quantidade significativa de ações têm sido desenvolvidas no país, em prol do fomento deste setor. Particularmente para grupo de pequenos produtores temos o Programa de Apoio a Agricultura Familiar e Pesca Artesanal (PAPAFPA), criado exclusivamente para apoiar os pequenos agricultores que se dedicam a todos os tipos de culturas.

Porém, desde sua criação o projeto tem se preocupado mais em estruturar "fileiras" de "culturas de renda" (conhecidas no Brasil como "cadeias exportadoras"

ou agricultura comercial ou empresarial), e muito pouca ênfase nas culturas alimentares, relacionadas à agricultura familiar.

Informações obtidas por meio de pesquisa de campo revelam que os agricultores têm sido incentivados a se dedicarem a culturas alimentares enquanto a cultura de renda que são geralmente de ciclos mais longos não atinge o seu período de maturação. Esse aspecto pode conduzir à crise de culturas alimentares uma vez que a partir do momento que se inicia o período de coleta das culturas de renda, por exemplo, no caso da pimenta e café demoram até quinze anos produzindo, até que haja necessidade de se renová-las. O período de recuperação da pimenta é de três anos e do café cinco anos¹⁶.

Informações obtidas por meio do relatório das principais orientações do projeto PAPAFA para o período 2013-2015 prevê maior ênfase na produção de alimentos para o abastecimento do mercado Nacional. Outros projetos, como, por exemplo, o Projeto Descentralizado de Segurança Alimentar (PDSA) (por meio da Organização Não Governamental -ONG Ação para o Desenvolvimento Agropecuário e Proteção do Ambiente – ADAPA), e o Projeto de Reabilitação de apoio à Infraestrutura de Segurança Alimentar (PRISA) também têm apoiado os pequenos produtores, com o principal objetivo de garantir o abastecimento e a segurança alimentar do país. Dentre as ações desenvolvidas estão apoio em termo de infraestruturas (construção e reabilitação de vias rurais) á assistência técnica (cursos de associativismo e práticas agrícolas). Os pequenos agricultores ainda contam com o apoio da associação Federação Nacional de Apoio a Pequenos Agricultores (FENAPA).

Não obstante, são inúmeros os problemas enfrentados por este segmento de produtores, particularmente aqueles que se dedicam a culturas alimentares, hortícolas e extrativismo. É importante destacar que a própria “metodologia” utilizada para classificar os pequenos produtores pode ser considerada um obstáculo à formulação de ações que atendam as necessidades desse grupo.

No decorrer da pesquisa documental, não se deparou com uma metodologia clara do que seria pequeno produtor para os conceitos locais de STP. Foi encontrada apenas a definição do que são “médias” e “grandes” empresas. Posto

¹⁶ Dados obtidos com coordenador do Projeto Descentralizado de Segurança Alimentar (PDSA) (engenheiro agrônomo) e responsável por fileira de culturas alimentares (por meio do Programa de Apoio a Agricultura Familiar e Pesca Artesanal – PAPAFA).

isto, tem-se que na referida localidade, são médias empresas toda exploração agrícola adquirida através do programa “envolvimento do cidadão” realizado em 1985 ou no Gabinete dos Assuntos Fundiários através do concurso público ou ajuste direto, possuindo área superior a 10 (dez) hectares beneficiando ou não de pequenas infraestruturas de apoio à produção ou então de finalidades sociais (como a construção de casa, residência dos trabalhadores, secador, armazém, curral, pocilga etc.), onde se pratique diversificação de culturas. Por outro lado as grandes empresas são constituídas de uma sede, onde se encontram as infraestruturas ligadas à produção (secadores), as oficinas de apoio (marcenaria, mecânica, etc.), a administração e os alojamentos dos trabalhadores, e de algumas dependências (empresas agrícolas de menor porte) que geralmente não dispõem de infraestruturas produtivas.

Logo essas informações permitem a inferência de que são pequenos produtores todos aqueles detentores de parcelas de terras não superior a 10 (dez) hectares o que se constituiria, em termos brasileiros, no "agricultor familiar". Outra informação importante que permite ou conduz a caracterização desse grupo de agricultores no país é a definição do trabalho familiar. De acordo com informações obtidas na Direção Geral de Agricultura, “trabalho familiar” é todo aquele efetuado com a participação exclusiva dos membros da exploração agrícola na parcela que exploram. Sendo assim em uma tentativa de sugerir uma metodologia que caracterize os pequenos agricultores tem-se que:

- São pequenos produtores todos aqueles detentores de parcelas de terras de até dez hectares; e que
- Detenham uma propriedade onde o trabalho é realizado com a participação exclusiva dos seus membros da exploração agrícola.

Neste momento, entende-se necessário expressar que se não houver a definição do público para o qual a política será destinada, corre-se o grande risco dos seus resultados não serem eficazes.

Não se trata de perpetrar uma divisão ou instalar uma oposição, muito menos de se criar ou incentivar a dualidade dentro do campo santomense. Trata-se apenas de uma chamada de atenção para os “*Policy makers*” santomenses, uma vez que o objetivo da política pública é atender a demanda de um determinado grupo com características peculiares, e se o mesmo não for identificado devidamente,

possivelmente a política aplicada não surtirá resultados esperados, uma vez que como ressalta Bittencourt (1997) para que uma política seja realmente eficiente é preciso que alcance o seu público alvo ou o verdadeiro grupo para qual ela está sendo criada. Em suma, a definição de uma metodologia, permitirá que a política possa chegar mais próximo do seu público alvo.

Ainda sobre Bittencourt (1997), o autor afirma que já foram utilizadas várias definições para a expressão “agricultor familiar”, e que, na experiência brasileira esse grupo já foi denominado de “camponeses”, “colonos”, “pequenos produtores rurais”, “pequenos agricultores”, “trabalhadores rurais” dentre outras. Ainda na concepção do autor, independente da denominação utilizada, esse grupo sempre foi discriminado e o seu trabalho desvalorizado. Neste trabalho a denominação utilizada será “pequenos produtores”.

Apesar da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) sugerir uma metodologia de caracterização ou classificação dos pequenos produtores, alguns países vêm trabalhando e aperfeiçoando-a de acordo com a realidade do seu território. Essas mudanças se justificam, pois, segundo o Banco Internacional para o Desenvolvimento (BID) (2007), o que pode funcionar em dado momento da história em um determinado país pode não dar certo em outro lugar, ou no mesmo lugar em outro momento. Por exemplo, no Brasil, de acordo com Guanzioli (2012), a metodologia utilizada, caracteriza e diferencia um “agricultor familiar” de um “agricultor patronal” em função das relações sociais de produção, isto é, do tipo de trabalho utilizado no estabelecimento e não apenas em função do tamanho da propriedade, ressaltando que, os familiares são aqueles que usam no estabelecimento quantidade de trabalho familiar maior do que o assalariado ou contratado.

De acordo com Howlett *et al.* (2013), um dos fatores que mais contribuem para o bem estar da sociedade são as políticas públicas e, nesse sentido, de acordo com os autores, faz-se necessário a elaboração das mesmas em diferentes setores para que o seu propósito seja cumprido. Menezes (2012) afirma que em STP sistemática instabilidade política e social tem impedido a elaboração de políticas públicas consistentes. SESEoi2 (*apud* MENEZES, 2012, p. 213) ressalta que,

[...] nos períodos de menor instabilidade são definidos os grandes eixos de políticas públicas, tais como GOP, planos anuais, planos e estratégias setoriais, mas que acabam por não ser devidamente implementadas com

sucesso devido a ausência de estabilidade governativa. Além disso, não existe uma boa articulação entre as grandes orientações estratégicas, os planos anuais e os respectivos OGE nacionais em São Tomé e Príncipe. Os OGE, entendidos como a cristalização das políticas públicas no seu conjunto, o instrumento que define as prioridades, quer para as despesas correntes, quer para as despesas de capital, cujos recursos disponíveis podem ser internos – receitas, impostos e outras cobranças não tributáveis – e receitas externas – donativos, empréstimos e APD disponibilizados pelos parceiros de desenvolvimento –, enfrentam, deste modo, e de forma permanente, dificuldades na sua implementação.

Não obstante esses obstáculos que o processo de política enfrenta atualmente no país, é necessário que se envide esforços para que o processo de política pública no país atinja seus ciclos particularmente para o setor agrícola. Com base nos dados de exportação e de produção apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) (2013), o setor agrícola é um dos que mais contribuem para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no país tendo atualmente uma participação de pouco mais de 15%. Nessa medida, fazem-se necessárias políticas e programas específicos em coordenação com todos os órgãos ligados ao setor que visem ao melhor desempenho do mesmo. Apesar da sua participação no PIB nacional e características favoráveis como fertilidade do solo, disponibilidade hídrica e clima favorável, com chuva abundante e elevado índice pluviométrico, ainda há muito que se melhorar.

3.2 Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho pode ser considerada de acordo com o critério de classificação de Vergara (2007), quantos aos fins, como exploratória, descritiva. Exploratória porque, embora estejam disponíveis na internet vários artigos de opinião e alguns científicos sobre o tema em questão, nenhum deles abordou o mesmo da forma como se abordou neste trabalho, portanto trata-se de uma construção do tema ao nível acadêmico. Descritiva porque nos resultados compõe-se de análise descritiva dos dados a partir de percepções agentes e dos pequenos produtores das comunidades de Amparo I e II; Bom Sucesso, Colônia Açoriana, Pinheira, Uba Cabra e Mesquita e Planças Segunda.

Quanto aos meios, esta pesquisa pode ser considerada:

- a) bibliográfica, pois para o fundamento teórico e metodológico do trabalho, foram realizadas investigações sobre assuntos relacionados à conjuntura e agricultura santomense, políticas públicas e agrícolas, agricultura familiar etc.;
- b) documental, uma vez que foram realizadas investigações nos documentos internos às instituições ligadas ao setor agrícola de STP¹⁷; e
- c) pesquisa de campo, porque foi realizada coleta dados primários *in loco* por meio de um formulário que visava recolher informações sobre as políticas e o processo de produção levando em consideração a percepção gestores baseado no trabalho de Lourenço (2008), e na percepção dos pequenos produtores, baseado em Chambe (2011).

Nessa medida a pesquisa contou com análise de dados primários e secundários.

Trata-se de um estudo qualitativo, pois, de acordo com Goldenberg (2009), nas ciências sociais os cientistas tendem a lidar com objetos como emoções valores e subjetividades e desta forma estudo de campo que consistiu também em pesquisa documental foi realizado pessoalmente pela pesquisadora o que permitiu melhor interpretação dos dados. E apesar de Dilthey (*apud* GOLDENBERG, 2009) ressaltar que os fatos sociais não são suscetíveis de quantificação, já que cada um deles têm um sentido próprio, diferente dos demais e que isso torna necessário que cada caso concreto seja compreendido em sua singularidade, este trabalho trata-se também de um estudo quantitativo. Segundo Goldenberg (2009), a integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produtos de um procedimento específico ou de alguma situação particular. Ele não se limita ao que pode ser coletado em uma entrevista e adverte que o uso de um método não exclui o outro e nesta perspectiva são vistos como complementares.

Goldenberg (2009) destaca que cientistas sociais como Max Weber, Pierre Bourdieu e Howard Becker acreditam ser fundamental a explicitação de todos os passos da pesquisa para evitar o bias do pesquisador, e nesse sentido serão descritas a seguir todo o caminho percorrido na coleta de dados.

¹⁷ Os documentos foram disponibilizados pelo Ministério da Agricultura Pesca e Desenvolvimento Rural, PAPAFA, ONGs ADAPA, PRIASA, Instituto Nacional de Estatística, e Direção das Finanças por meio do Gabinete da Dívida, todos órgãos de São Tomé e Príncipe.

3.2.1 Procedimentos para Coleta de Dados e Dificuldades Enfrentadas

No decorrer da pesquisa documental e de campo, deparou-se com algumas dificuldades, como demora na resposta da carta de solicitação de autorização para acesso aos documentos, bem como autorização para entrevista com os gestores. Foi difícil ter acesso aos atores ligado ao setor, porém ao encontrá-las, mostraram-se de uma forma em geral muito cordiais. Vale destacar que foram quase 30 dias de idas e vindas, até que se conseguisse o primeiro encontro e muitos deles desmarcados ao longo de toda pesquisa.

Para coleta dos dados procedeu-se da seguinte maneira: agendamento de encontros com os gestores, de acordo com as suas disponibilidades. Antes de tudo, foi conseguido um encontro com o senhor Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pecuária, o representante máximo do setor, que mostrou-se muito receptivo e satisfeito ao tomar conhecimento de que haviam acadêmicos interessados em realizar estudos sobre o setor. Por motivos de lotação de agenda, infelizmente não foi realizada entrevista com o mesmo, que, todavia deu indicações de alguns gestores com amplo conhecimento do setor que poderiam conceder a entrevista. E assim iniciou-se a pesquisa documental e de campo. Os procedimentos para a pesquisa com os produtores desenvolveu-se a partir de informações coletadas nas instituições e entrevista com os gestores.

No decorrer da pesquisa com os agricultores, as maiores dificuldades foram encontrar dados de número de agricultores do país para dar procedimentos aos cálculos da justificativa da amostra. Interessava saber quais e quantas comunidades agrícolas existiam no país e ter acesso ao contato com líderes dos agricultores de cada comunidade agrícola. Outra dificuldade encontrada foi relacionada à distância geográfica dessas comunidades, uma vez que no país grande parte das comunidades está situada geograficamente, longe da urbanização e com sérias barreiras às vias de acessos e de outros serviços, como energia elétrica por exemplo.

Para realização das entrevistas com os pequenos produtores, procedeu-se da seguinte maneira: depois de ter em mãos a lista de comunidades, número de agricultores e o contato dos seus representantes, deu-se início à fase de contato com os líderes. Por motivo de distância, foi necessária a contratação de um

acompanhante de pesquisa. Os encontros com os líderes foram marcados com até cinco dias de antecedência sendo que inicialmente o critério adotado era de contar de duas em duas propriedades e, então dar início a entrevista. Entretanto isso só foi possível em uma comunidade, uma vez que nas outras as entrevistas foram realizadas de acordo com disponibilidade dos produtores. Mais uma vez devido a distância entre as comunidades só foi possível fazer a entrevista em uma comunidade e inquirir até sete agricultores por dia, considerando-se que o esforço físico despendido nas entrevistas era grande. Um aspecto muito comum e que já temos prévio conhecimento na universidade, é a questão da linguagem a ser utilizada com os pesquisados. Devemos estar atentos a linguagem escrita assim como verbal, pois uma palavra que para nós parece comum e familiar, pode ser totalmente desconhecida para o entrevistado.

Como já foi mencionado na contextualização deste trabalho, o país possui em duas estações sendo uma “chuvosa” que vai de setembro a maio de e a outra “seca” que vai de junho a setembro. Tendo em conta que as pesquisas tiveram seu início no mês de Agosto 2013 (pesquisa documental) e no mês de Outubro de 2013 (pesquisa de campo), o fator climático (chuva) teve influência na pesquisa na medida em que não foi possível a realização da inquirição em mais comunidades. Em algumas situações deixou-se de sair em campo e até retornar devido à da chuva que se iniciou logo pela manhã. De salientar que o fator “chuva” representa, perigos advindos dos seus efeitos tendo em conta a localização das comunidades (vias de acesso sem pavimentação, e condições para que os meios de transportes possam circular, alta densidade de árvores entre outras). Houve caso em que as entrevistas não foram realizadas, pois a via de acesso à comunidade simplesmente estava bloqueada em virtude da reabilitação da mesma. Outra dificuldade foi de ordem financeira, uma vez que havia custo com deslocação, com acompanhante, e com alimentação para a equipe de pesquisa.

Desta forma o método utilizado neste estudo pode ser considerado de não probabilístico de acordo com Oliveira (2001). Ainda segundo a observação de Goldenberg (2009) de que é fundamental a explicitação dos passos da pesquisa inclusive os que não deram certo, destaca-se que inicialmente o objetivo era que todos os distritos compusessem a amostra e fossem representados por algumas comunidades e agricultores. Já havia até um cálculo com a justificação da amostra e das comunidades selecionadas para serem inquiridos, mas por fatores mencionados

a cima abandonou-se esse tipo de procedimento e, de acordo com Goode e Hatt, (1960); OLIVEIRA, (2001) o critério utilizado foi de amostra por “quota”.

De acordo com Vieira (1942; 2008), uma amostra aleatória exige que o pesquisador tenha a listagem com todas as unidades da população, porque é dessa listagem que será sorteada as unidades que comporão a amostra e essa informação não foi possível para este trabalho, pois a falta de informação sobre as comunidades e numero de agricultores inviabilizou o uso deste método. Já a amostra por “quota”, segundo Vieira (1942; 2008), exige algum conhecimento da população, mas as unidades não precisam estar numeradas ou identificadas.

Oliveira (2001) ressalta que uma razão para o uso de amostragem não probabilística pode ser a de não haver outra alternativa viável porque a população não está disponível para ser sorteada. Outra razão se refere às limitações de tempo, recursos financeiros, materiais e pessoas, necessários para a realização de uma pesquisa com amostragem.

A ideia de amostragem por “quotas” sugere que se as pessoas são representativas em termos de característica, elas também poderão ser representativas em termos da informação procurada pela pesquisa. Depois de serem identificadas as proporções de cada tipo a ser incluído na amostra, o pesquisador estabelece um numero ou quota de pessoas que possuem características determinadas e que serão contatadas pela pesquisa (CURWIN; SLATER *apud* OLIVEIRA, 2001). Desta forma optou-se por inquirir duas comunidades de cada distrito e pelo menos até cinco produtores de cada comunidade. O critério adotado foi:

- o tipo de cultura e sua localização no que diz respeito às potencialidades agrícolas;
- disponibilidade de informações de contato dos líderes e de localização das comunidades, priorizando aquelas comunidades na qual se dispunha dos contatos dos representantes e aquelas em que a pesquisadora dispunha de informação sobre localização, tanto por experiência pessoal, do acompanhante da pesquisa ou com base nas orientações dos gestores do setor.

Posto isso, a amostra foi composta de cinco dos seis distritos da ilha de São Tomé e sete comunidades agrícolas inseridas nos mesmos, nomeadamente Amparo II no distrito de Água Grande; Bom Sucesso no Distrito de Mé-zochi, Colônia Açoriana, Pinheira, Amparo Primeiro no distrito de Cantagalo e Uba Cabra e Mesquita no distrito de Lobata e Plancas Segunda no distrito de Lembá.

A seguir, tem-se a caracterização dos distritos e as zonas agrícolas pesquisadas:

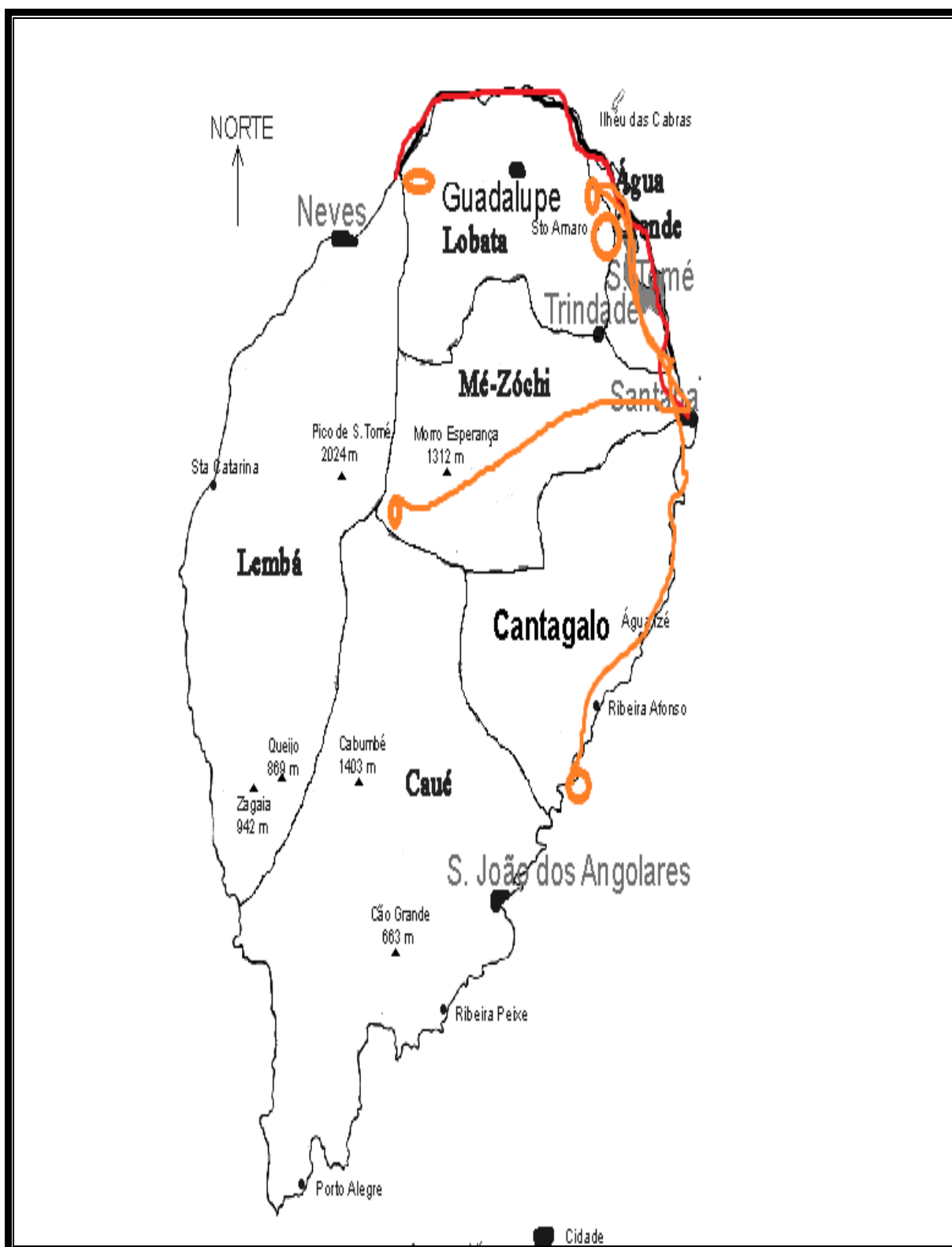
- 1) O distrito de Água Grande é responsável por abrigar a capital do país, São Tomé, e a maior parte das instituições do Estado. O menor distrito do país, com uma área de 16.5 km², é o mais populoso, com um total de 57.514 habitantes. A concentração humana nesta área do país se deve ao fato de não haver condições suficientes de subsistência para que os indivíduos permaneçam em outros distritos, sendo levados a deslocarem para capital ou mesmo até emigrar para o estrangeiro. Deste distrito participou a comunidade de Amparo Segundo. Atualmente a mesma dispõe de trinta agricultores, apesar de todos não estarem filiados à Associação Fornecedora de Produtos Hortícolas de Amparo Segundo (AFOPA).
- 2) O distrito de Mé-Zochi, com uma área de 122 km² e população total de 39.413 habitantes é o segundo mais populoso. A comunidade de Bom Sucesso foi a selecionada. A mesma possui 225 agricultores inscritos na associação dos agricultores de Bom Sucesso. Vale destacar que esta associação abriga os produtores da comunidade de Bom Sucesso e arredores.
- 3) Cantagalo com uma superfície de 119 Km² e população total de 14.972 habitantes, as comunidades agrícolas selecionadas foram Pinheira, Amparo Primeiro e Colônia Açoriana. A comunidade de Pinheira conta hoje com 176 agricultores filiados a Associação dos Agricultores de Pinheira, a comunidade de Amparo Primeiro conta com uma Associação dos Agricultores de Amparo I (ANPARAI) e com sessenta e oito agricultores registrados. Já Colônia Açoriana conta como uma associação de moradores e pequenos agricultores de Colônia Açoriana com trinta e dois agricultores inscritos.
- 4) Lobata conta com uma superfície de 105 km² e população total de 17.636 habitantes. Deste distrito participaram as comunidades de Uba Cabra e Mesquita que conta atualmente com a cooperativa de agricultores de Uba Cabra e Mesquita com 186 membros. É importante ressaltar que esta

comunidade já foi o maior centro de produção de culturas alimentes e hortícolas do país sobre a gerencia do governo. O objetivo deste projeto era de capacitar os produtores em técnica de agricultura para que mais tarde os mesmo pudessem exercer a atividade em suas propriedades. Outro objetivo era de garantir o abastecimento do mercado interno¹⁸.

- 5) Por último, temos o Lemba tem uma superfície de 229.5km² e população total de 11.983 habitantes. Deste distrito participou a comunidades de Plancas Segunda, que hoje conta uma pequena Cooperativa de Cacau Biológico (CECAB) e cinquenta e quatro agricultores filiados.

¹⁸ Informações obtidas em entrevista com um dos produtores da comunidade de Mesquita, que foi parte integrante do projeto.

Figura 3 – Regiões visitadas – São Tomé e Príncipe.



Fonte: Google adaptado pela autora (2014).

Beker (*apud* GOLDENBERG, 2009) também discute a questão do bias do pesquisador ao tratar da hierarquia da credibilidade dos informantes da pesquisa qualitativa. Em geral, são entrevistados aqueles que estão nos níveis superiores da organização, que parecem “saber mais” do que aqueles que estão nos níveis inferiores. Uma das maneiras de evitar este bia é entrevistar todos os envolvidos comparando as versões dos superiores com a dos subordinados, evitando conscientemente ficar a favor de um ou do outro. Desta forma, foram entrevistados cinco gestores ligados ao setor agrícola, sendo um do Projeto PDSA sob a gestão da ONG ADAPA, dois gestores do projeto PAPAFA, sendo um responsável pela fileira de culturas alimentares e um responsável pela fileira de pimenta e todas as especiarias. Foi também entrevistado um gestor do projeto PRIASA e um do Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pesca.

Não se tratando exatamente dos seus subordinados, mas, do público receptor de políticas elaboradas e executadas pelos gestores, foram realizadas também entrevistas com pequenos produtores e feito levantamento das suas opiniões sobre as políticas do governo e nessa ocasião optou-se por selecionar algumas variáveis que pode permitir avaliar o efeito de políticas sobre elas (por exemplo: produção, renda, infraestrutura e etc.). Desta forma para análise das políticas, contou-se com, além de documentos internos às organizações pesquisadas, entrevistas dos gestores, pequenos produtores, e análise descritiva de algumas variáveis.

Para realização das análises estatísticas, utilizou-se programas como *SPSS* e *Excel*, ambos para calcular as medidas descritivas (média e desvio padrão e etc.) e também as frequências absolutas e relativas das variáveis pesquisadas. Para alguns itens optou-se por calcular apenas as frequências absolutas e relativas, para outros optou se por calcular a média, mínimo máximo e desvio padrão. A preferência foi por uma análise do processo produtivo com questões relacionadas à atividade produtiva para averiguar até que ponto as políticas estão refletindo nessas atividades. Analisou-se também a política de reforma agrária, política de crédito assim como alguns projetos e outras intervenções governamentais.

3.3 Resultados e Discussões

De uma forma geral, a análise dos dados revela que em STP existe um número significativo de políticas e que o governo tem contribuindo para o desenvolvimento de algumas ações no país, relativas ao setor agrícola.

Os gestores que prestaram depoimento para esta pesquisa acreditam que o governo não vem dando devida atenção ao setor agrícola pelos seguintes motivos:

- os instrumentos existentes não estão sendo adotados devidamente e, com uma visão mais adentrada do assunto afirmam que alguns instrumentos não foram elaborados em coordenação com as estratégias regionais.
- o percentual de recurso destinado ao desenvolvimento do setor não ultrapassa 3%, além do mais foi acordado entre os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que todos destinariam 10% do orçamento do Estado para agricultura, como forma de impulsionar o desenvolvimento do setor.

No entanto até este momento não foi honrado este compromisso, mesmo tratando-se de um setor primário¹⁹. Todavia os mesmos também estão de acordo que o governo não faz mais na maioria das vezes devido à falta de dotação financeira.

Um país que vive à custa de outros parceiros bilaterais e multilaterais, onde os parceiros trazem seus programas e objetivos torna-se muito difícil para um governante dependente pôr em curso aquilo que ele pensa em fazer²⁰.

Um dos fatores que vêm interferindo no desenvolvimento do setor em geral, são as exigências ou “condicionalidades” dos atores internacionais. Aproveita-se para narrar que eles são os que têm a maior influência na elaboração de políticas agrícolas no país. Na maior parte das vezes os parceiros já vêm com os seus objetivos definidos e o país tem que se adaptar as suas exigências, ainda que esses objetivos não sejam considerados como prioritários.

¹⁹ Informações obtidas por meio de entrevista com o Coordenador geral do PDSA, em São Tomé e Príncipe, em 2013.

²⁰ Informações obtidas com o responsável da fileira de pimenta e todas as especiarias, PAPAFA, em São Tomé, outubro de 2013.

No que diz respeito às dificuldades encontradas pelos agricultores atualmente, existe um consenso tanto nos documentos governamentais, como os gestores e próprios agricultores essas dificuldades estão listadas na tabela 18 deste trabalho.

Foram os seguintes os objetivos mais importantes para o desenvolvimento do país, elencados por ordem de prioridade pelos gestores entrevistados, nos próximos 10 anos:

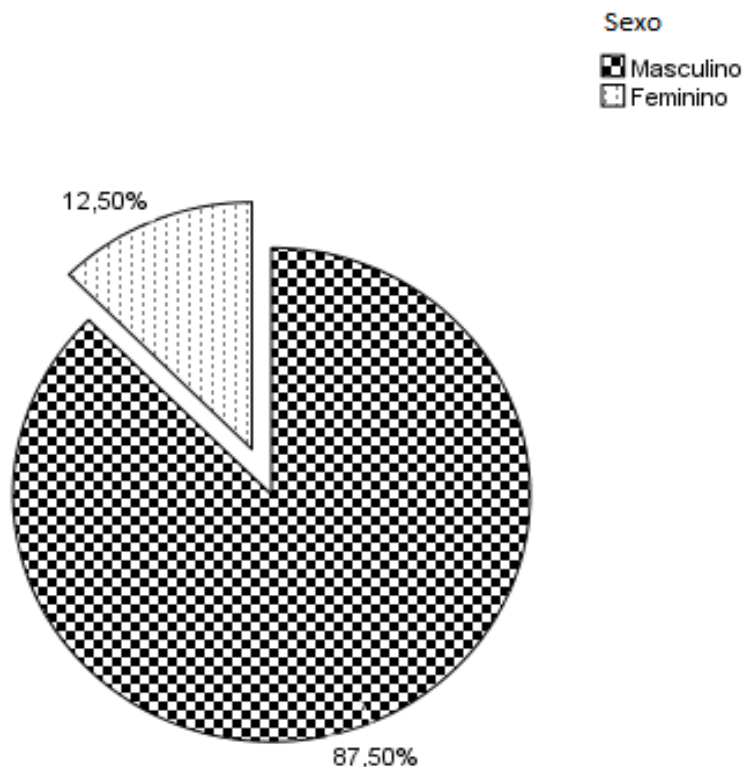
Tabela 7 - Opinião dos gestores sobre o que acreditam ser mais importante para São Tomé e Príncipe nos próximos dez anos por ordem de prioridade.

Questões	Gestor 1	Gestor 2	Gestor 3	Gestor 4	Gestor 5
Alto nível de crescimento econômico incentivo a investidores estrangeiros	4	3	5	3	4
Aumentar a produção dos produtos tradicionais destinados à exportação	2	1	4	5	2
Estender os benefícios das políticas agrícolas a todos os agricultores (universalização das políticas)	3	4	2	4	3
Garantir o abastecimento interno e segurança alimentar do país (soberania alimentar)	1	2	1	2	1
Diminuir ao máximo a quantidade de produtos importados destinados à alimentação em geral	5	5	3	1	5

Fonte: Da autora.

Apesar das opiniões dos participantes, não representarem a classe dos gestores no país é interessante ressaltar que a concordância ou o consenso entre as opiniões dos gestores no que diz respeito à elaboração de uma resposta aos problemas é um princípio adequado para que se tenha elaboração de boas políticas.

Participaram da pesquisa também quarenta indivíduos inseridos em cinco dos seis distritos do país, inseridos em sete comunidades, sendo que a grande maioria é do gênero masculino (87,5%) e 13,5% do gênero feminino.

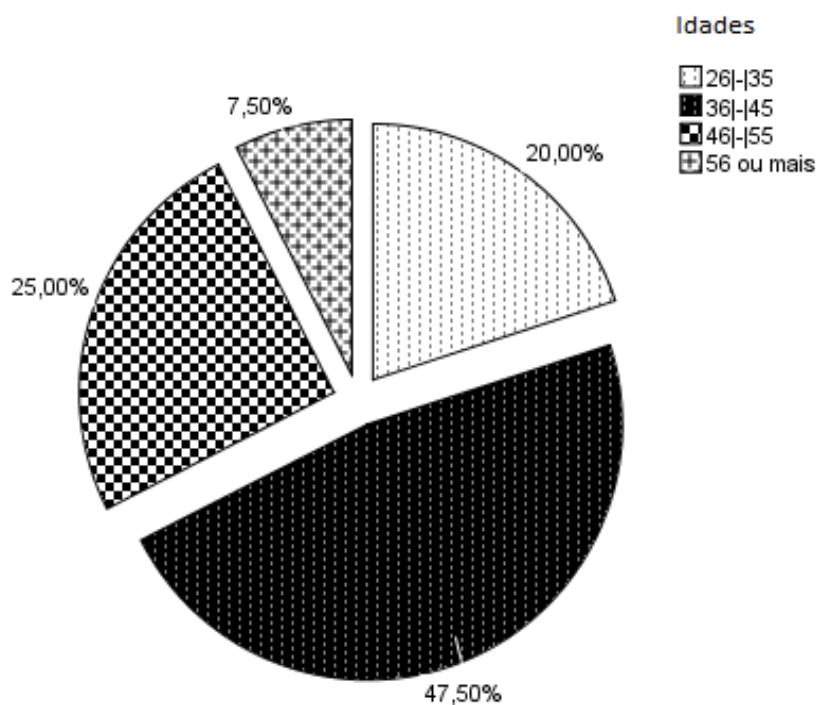
Gráfico 2 – Percentual de pequenos agricultores entrevistados por gênero.

Fonte: Da autora.

Eis um primeiro achado significativo desta investigação, aquele que revela a predominância da figura masculina na atividade agrícola em relação as mulheres, o que contradiz o senso comum na África em relação ao trabalho feminino. Mesmo com uma pequena amostra investigada, porém, esse dado confirma os resultados dos Diagnósticos feitos no meio rural são-tomenense, onde 68,8% da amostra era do gênero masculino e 31,2% do gênero feminino.

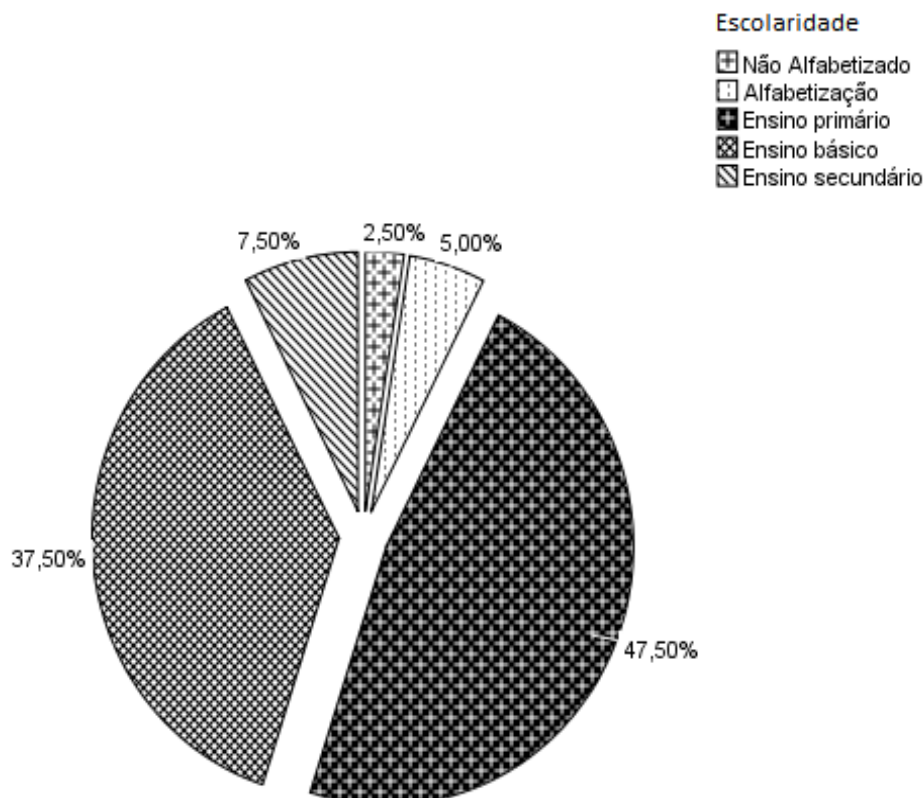
Quanto às faixas etárias, do total dos participantes, 47,5% têm idade compreendida entre 36 a 45 anos, demonstrando a predominância de uma população de idade intermediária entre o jovem e o maduro dos agricultores, ao passo que os agricultores com 56 anos ou mais, são a minoria com apenas 7,5% do total dos agricultores, evidenciando, o abandono de atividade à medida que a idade aumenta, o que é comum em todos os setores da atividade econômica, quando recorrem à aposentadoria. Outra metade da amostra compôs-se, ainda, de duas faixas etárias importantes, de 25% e 20%, por correspondem a populações de idades mais jovens entre o 26 anos e 35 anos.

Gráfico 3 – Distribuição de pequenos produtores por faixa etária.



Fonte: Da autora.

No que diz respeito ao grau de escolaridade pode-se perceber com a interpretação dos dados que a maioria dos agricultores (47,5%) possui ensino primário completo, enquanto que apenas 2,5% alegou não ser alfabetizado, uma taxa relativamente baixa o que corrobora com os dados nacionais da taxa de analfabetização que rondam os 10% (PINTO, 2011).

Gráfico 4 – Percentual de pequenos produtores por grau de escolaridade.

Fonte: Da autora.

Embora os dados coletados neste estudo não revelarem nenhuma relação entre grau de escolaridade e avaliação das políticas, os resultados obtidos em relação ao grau de escolaridade podem representar um positivo para o setor agrícola, uma vez que quanto mais instruídos os agricultores, pode ser que haja maior interesse em obter informações e participar das políticas do setor.

Quanto ao "tempo na atividade agrícola", para melhor avaliação desta variável optou-se por calcular as medidas estáticas como a média e o desvio padrão. O tempo de atividade agrícola dos agricultores entrevistados varia em média 9 a 28 anos de uma forma geral. De forma particular, a comunidade onde se identificou agricultores com maior tempo na agricultura foi à comunidade de Uba Cabra e Mesquita com uma média de 28 anos. Em seguida a comunidade de Amparo II com uma média de 20 anos. A comunidade onde se registrou a presença de agricultores com menor tempo na agricultura é a Colônia Açoriana. Isso pode se dever ao fato de desta comunidade estar entre uma das antigas empresas agrícolas do Estado, possibilitando que a maior parte dos beneficiários sejam os antigos assalariados que já vinham trabalhando nas roças antes da independência. Nesse caso há uma

grande possibilidade de os mesmos já não disporem de condições físicas para tratar os seus lotes repassando a atividade para membros da família mais jovens (novos entrantes na atividade). Na Tabela 8, a seguir, tem-se os dados sobre tempo de atividade agrícola por comunidade.

Tabela 8 – Distribuição de pequenos produtores por tempo na atividade agrícola.

Comunidades	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Amparo I	2	19	20	19,50	,707
Amparo II	7	5	60	20,14	19,878
Bom Sucesso	7	5	35	15,86	9,564
Colônia Açoriana	5	5	18	9,00	5,431
Pinheira	5	7	23	15,40	7,092
Plancas II	8	4	31	20,13	10,021
Ubá Cabra	6	17	38	28,17	7,360
Total	40	4	60	18,58	11,73

Fonte: Da autora.

De uma forma geral, nas propriedades visitadas a composição da família variou de um mínimo de 1 membro a máximo de 10 membros. Em média cada família tinha aproximadamente 5 membros. Os dados revelaram pouca participação de trabalho familiar nas propriedades, sendo que pouco mais de 92% das famílias têm até dois membros trabalhando na propriedade e apenas 7,5% contavam com até três membros para ajudar nas atividades.

Tabela 9 – Medidas resumo do número de membros por família.

Comunidades	Frequência	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Total	40	1	10	4,73	1,935

Fonte: Da autora

Tabela 10 – Frequência do número de agricultores de acordo com o número de membros da família que trabalham na propriedade.

Número de Membros da Família	Número de Agricultores	%	% acumulado
1	23	57,5	57,5
2	14	35,0	92,5
3	3	7,5	100,0
Total	40	100,0	-

Fonte: Da autora.

Por outro lado, pode-se constatar que 75% dos entrevistados não dispõem atualmente de nenhum trabalhador temporário para ajudar nas atividades ao passo que apenas 15% alegou ter contratado até 4 (quatro) trabalhadores permanentes. Este déficit de mão de obra familiar e permanente é suprido por contratação de trabalhadores temporários. Como se pode averiguar na Tabela 11, a seguir, aproximadamente 78% das propriedades contam com a contratação de até 5 empregados, ao passo que 5% das propriedades contam com a contratação de até 6 empregados e aproximadamente 18% revelaram não contratar nenhum trabalhador temporário.

Tabela 11 – Frequência do número de produtores de acordo com o número de empregados temporários.

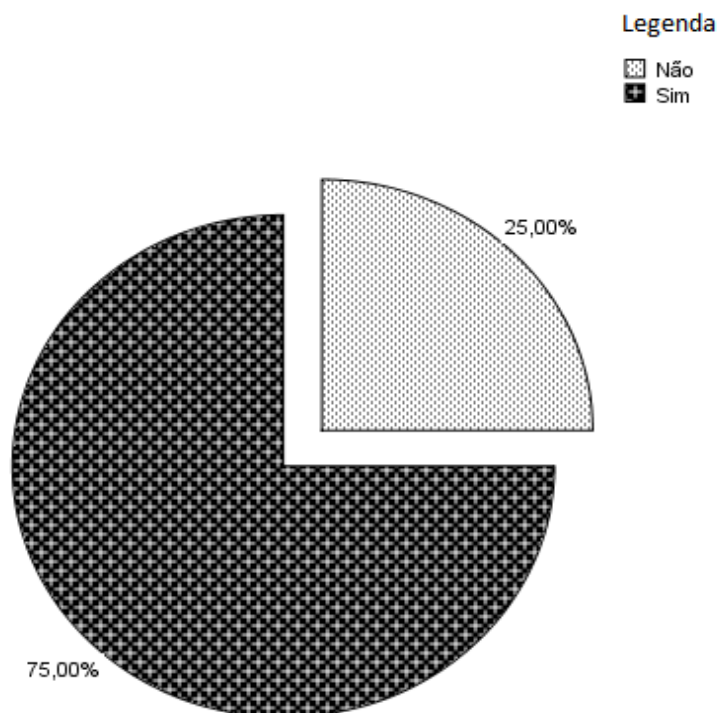
Número de trabalhadores temporários	Número de Agricultores	%	% acumulado
0	7	17,5	17,5
1	2	5,0	22,5
2	17	42,5	65,0
3	7	17,5	82,5
4	4	10,0	92,5
5	1	2,5	95,0
6	2	5,0	100,0
Total	40	100,0	-

Fonte: Da autora.

No que diz respeito ao associativismo, apurou-se, que a maioria dos agricultores participam de associações (75%), enquanto que 25% dos mesmos alegam não fazer parte de nenhuma associação ou cooperativa. Para tanto, um dos

motivos mais apontados foram a frequência de conflitos internos às associações e também pelo fato de acreditarem que a associação não lhes trazem benefício algum.

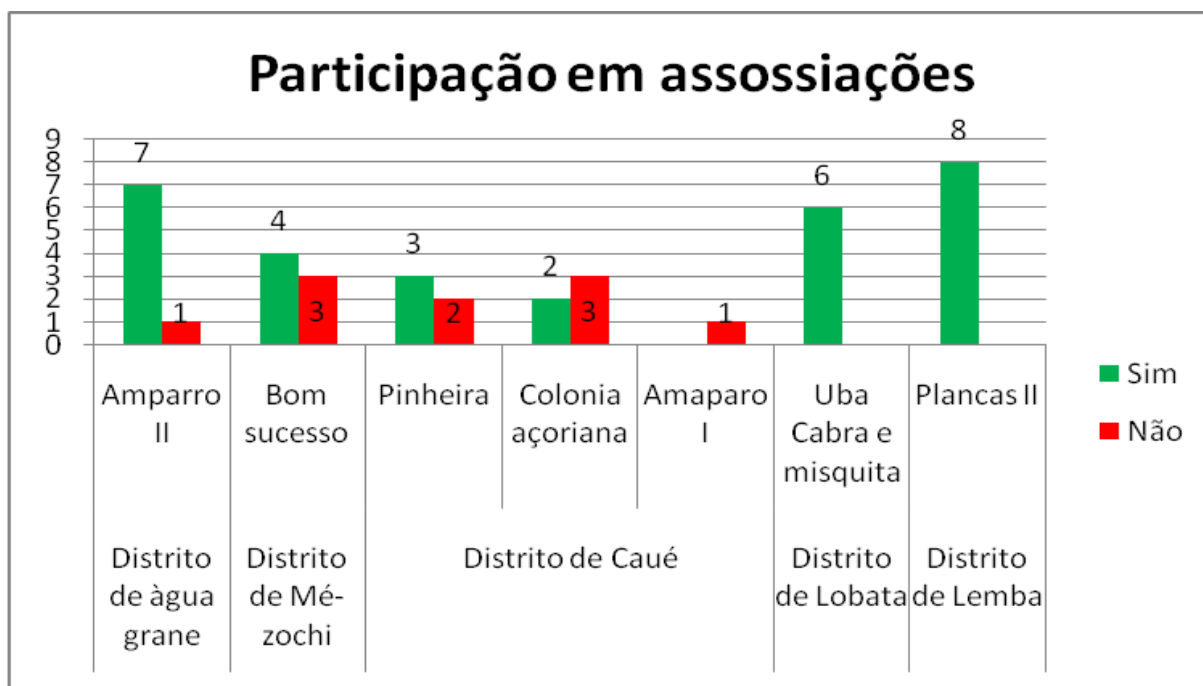
Gráfico 5 – Distribuição dos produtores segundo a participação em cooperativa.



Fonte: Da autora.

Pode-se perceber pela leitura do gráfico 6 apresentado a seguir, que nas comunidades de Uba Cabra e Mesquita, (localizadas no distrito de Mé-zochi), e na comunidade de Plancas II (localizada no distrito de Lemba) todos os agricultores inquiridos, alegam participar de associação. As associações ou cooperativas surgiram nessas comunidades, assim como em todo país, num contexto em, os agricultores só conseguem-se articular, e continuar na atividade agrícola de maneira “sustentável” caso estejam organizados, aliás, esse é um dos requisitos para que os mesmos recebam apoios tanto dos governos como das ONGs.

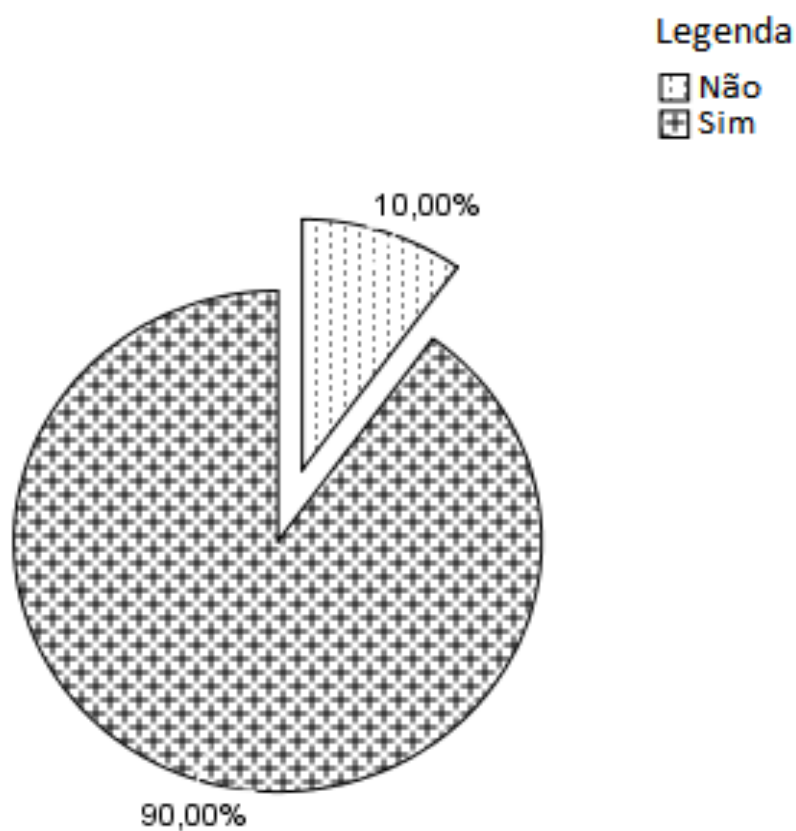
Gráfico 6 – Distribuição dos produtores segundo a participação em cooperativa ou associações por comunidade.



Fonte: Da autora.

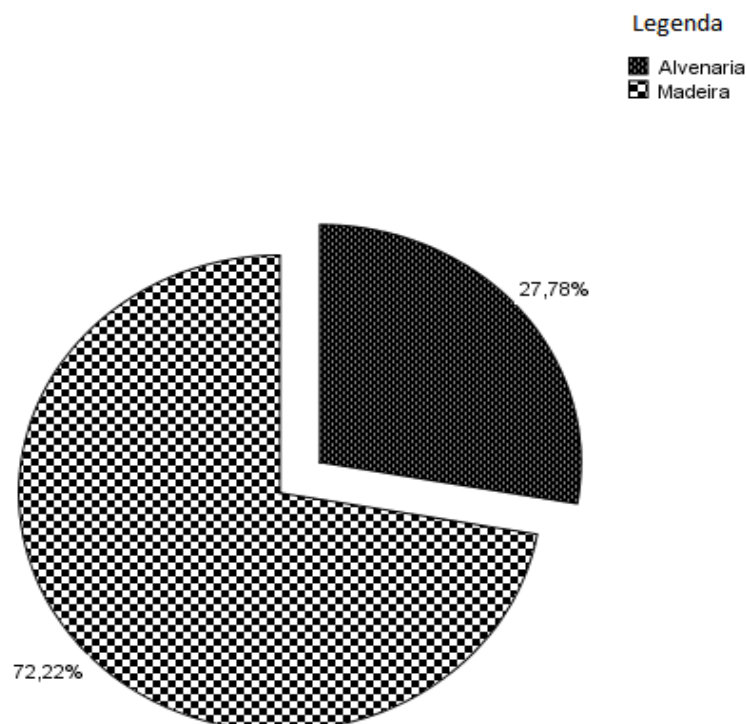
Sobre "moradia e infraestrutura", é uma das variáveis selecionadas neste trabalho para auxiliar na avaliação das políticas para os pequenos produtores. Partiu-se do princípio que estas podem ser um indicador de receita dos produtores, uma variável que depende de boas políticas de apoio aos produtores. Desta forma os dados revelaram que 87,10% dos participantes possuem casa própria ao passo que apenas 12,90% alegaram não possuir casa própria.

Gráfico 7 – Distribuição dos produtores em relação à casa própria.



Fonte: Da autora.

Os dados revelam também que entre os produtores que alegaram ter casa própria cerca de 72,% possuem casas construídas em madeira método muito comum nas ilhas, ao passo que aproximadamente 28% possuem casas construídas em alvenaria.

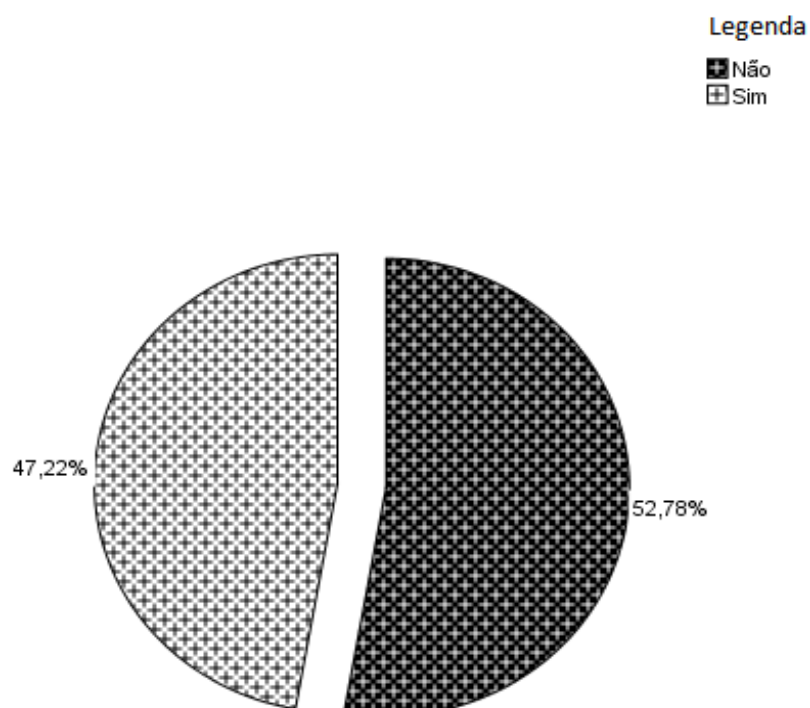
Gráfico 8 – Distribuição dos produtores segundo o tipo de moradia.

Fonte: Da autora.

Vale destacar que as casas de alvenaria são em geral concedidas pelo governo, às chamadas “casas comboio”, construídas ainda na era colonial para abrigar os então funcionários das então empresas. Atualmente essas infraestruturas, encontram-se degradadas por falta de manutenção nas mesmas, pois os atuais moradores alegam não disporem de recursos para tal. Por outro lado, o fato de haver grande percentual de casas construídas a madeira, chama a atenção, pois, como mostra a CPADRP (2006), o uso de material em madeira para construção vem causando desflorestamento indevido.

Os dados revelam também que pouco mais da metade dos participantes não possuem casa de banho ou latrina para uso da família 52,50%, sendo que 42,50% alegaram possuir casa de banho ou latrina privada para uso da família e os restantes 5% não souberam responder.

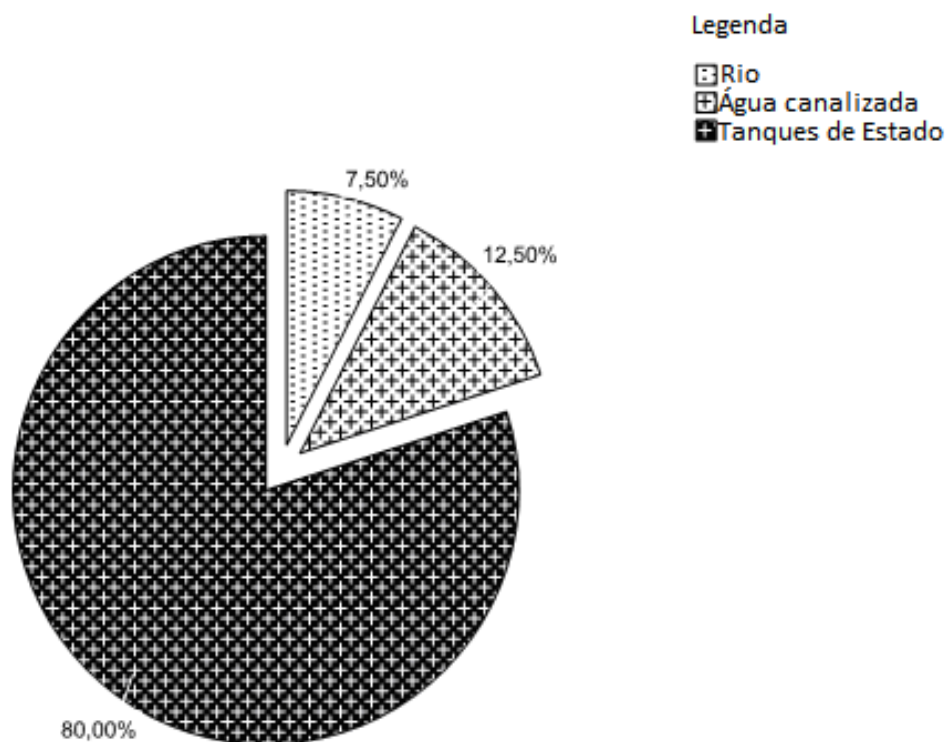
Gráfico 9 – Distribuição dos produtores segundo a posse ou não de casa de banho ou latrina privada.



Fonte: Da autora.

Outro achado importante é que 80% dos mesmos buscam água para consumo doméstico em tanques de Estado (chafariz público), e uma pequena percentagem, 7,5% a buscam no rio. Este é um aspecto muito comum nas ilhas, mas que vem sendo mitigado com intervenções de projetos por meio de construção de mais tanques de tanques públicos, tendo como principais parceiros de financiamento a China Taiwan e União Europeia (UE). Apenas 12,5% dos participantes possuem água canalizada.

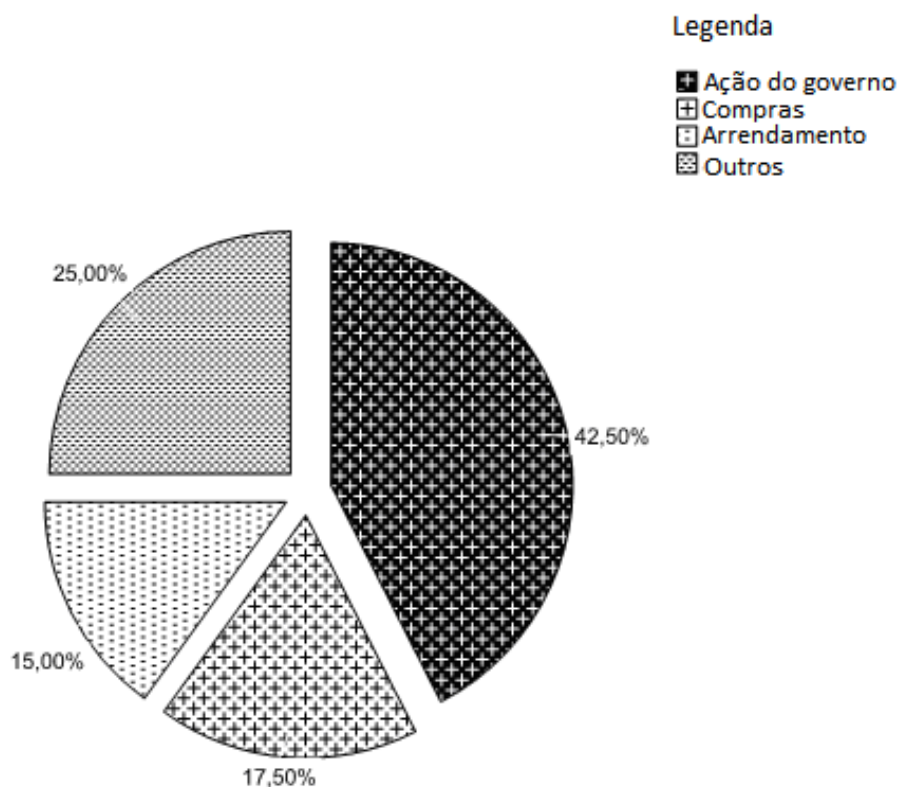
Gráfico 10 – Percentual de agricultores por local de busca de água potável.



Fonte: Da autora.

Analisando o Gráfico 17, a seguir, relativo a informações relacionadas à propriedade rural, percebe-se que a maior parte 42,50% dos agricultores entrevistados teve acesso às suas propriedades por meio de ação do governo, como consequência da política de distribuição de terras.

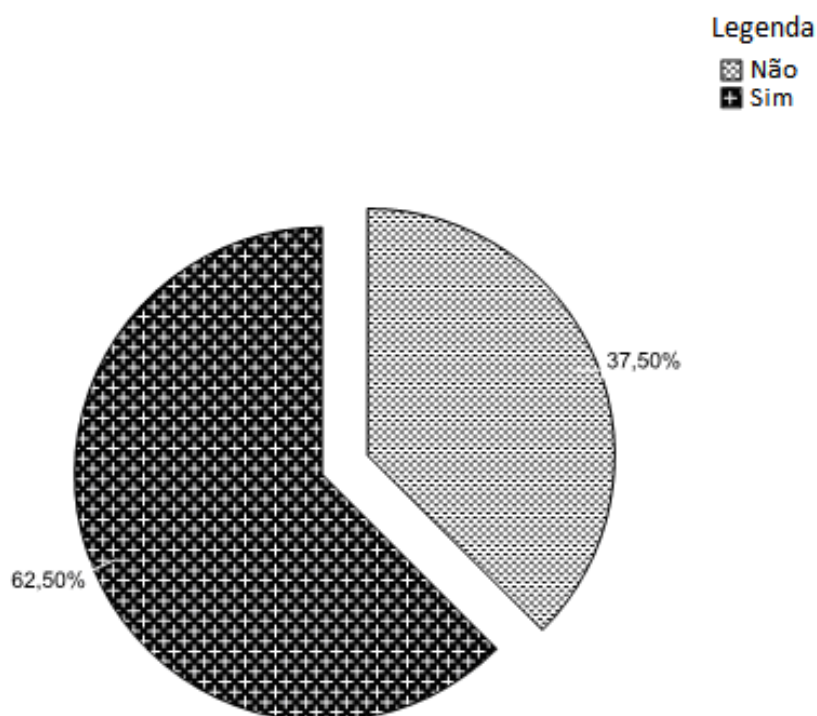
Gráfico 11 – Percentual de agricultores por comunidade de acordo com o meio de aquisição da propriedade.



Fonte: Da autora.

Este achado vem corroborar parcialmente com os resultados do Diagnóstico realizado no meio rural no país, onde se verificou que, 98,60% das pessoas que tiveram acesso a terra, obtiveram-na por concessão pública. Por outro lado 17,50% deles tiveram acesso por meio de compra, 15% por arrendamento e 25% por outros meios. De uma forma geral, outros motivos apontados pelos agricultores foram concessão por parte dos familiares.

Igualmente, uma parcela majoritária, 62,5% dos agricultores, alegou ter registro judicial de sua propriedade, enquanto que 37,5% alegam não ter o registro do imóvel. Os motivos apontados por estes últimos foram: a) por desatenção ou esquecimento; b) por estar a explorar a propriedade por meio de invasão; c) por ter acesso a propriedade por meio de concessão de familiares.

Gráfico 12 – Percentual de agricultores por registro do imóvel.

Fonte: Da autora.

O quesito tamanho das propriedades dos agricultores entrevistados variou de mínimo de 1000m² a 50.000m², isto é, menos de 1ha a 5ha. Com isso fica claro que apenas uma categoria de agricultores participou da pesquisa, a de pequenos produtores, levando em consideração as informações fornecidas pelo Direção Geral da Agricultura. Sendo assim entende-se importante abordar que a metodologia, utilizada no país não é objetiva, e prejudica a elaboração de políticas públicas e o público-alvo. A literatura revela que a definição de pequenos produtores ou agricultores familiares, apenas por tamanho da propriedade tem sido alvo de críticas, e entre elas pode ser citada a do Navarro (2011), que propôs em seu trabalho, que fosse buscada uma nova forma de abordar o conjunto de estabelecimentos rurais de pequeno porte sob gestão familiar. Na seu trabalho o autor sugeriu os contornos mais gerais de uma metodologia que informasse mais corretamente aos formuladores de políticas acerca da diversidade existente no interior desse agrupamento social. No trabalho intitulado “*Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar*” o autor sugeriu três cortes da definição dos agricultores familiares, sendo o primeiro deles relacionado à direção do estabelecimento, ou seja, quem administra as atividades realizadas no estabelecimento rural (baseado no modelo

estadunidense). O segundo corte proposto pelo autor, está relacionada a análise de quantitativa das variáveis, coletadas por meio de censo agropecuário baseadas nas análise das variáveis econômicas e tecnológicas oriundas dos levantamentos obtidos nesses estabelecimentos. O terceiro corte segundo o autor deve levar em consideração a análise de dados qualitativos. Sendo assim, o autor propõe no seu trabalho uma metodologia que possa investigar o conjunto dos estabelecimentos rurais sob gestão familiar e suas segmentações internas, o que ajudaria a compreender e tornar prodiga a forte diversidade existente dentro daquele conjunto, e também daria oportunidade a inúmeras possibilidades analíticas. Segundo o autor este último corte é o mais complexo e demandante, pois exigirá levantamentos empíricos mais minuciosos. Porém é necessário porque somente assim se evidenciarão as diferenças mais profundas que segmentam os subgrupos existentes no agrupamento familiar.

Dessa forma, uma revisão na metodologia santomense faz-se necessária e de acordo com os achados neste trabalho e também no Diagnóstico socioeconômico (2007) e Neto e Ferreira (2008), grande parte de agricultores santomenses detém propriedade inferior a 5 ha (82,80% dados do diagnóstico). Por outro lado, de acordo com o diagnóstico são esses agricultores que produzem e vivem quase que exclusivamente de atividades agrícolas.

Tabela 12 – Medidas descritivas para o tamanho da propriedade em hectares.

Medidas Descritivas	Valor
Média	1,244128
Mediana	1,000000
Moda	1,5000
Desvio padrão	1,2053043
Mínimo	,1000
Máximo	5,0000

Fonte: Da autora.

Convidados a fazerem uma avaliação da política de distribuição de terras, 70% dos participantes avaliaram a política como “Boa”, 22,5% alegaram ser “razoável”, 5% responderam que foi “Ruim”, enquanto que 2,5% não tiveram opinião.

Tabela 13 – Distribuição dos agricultores segundo a opinião sobre a política de distribuição de terra.

Avaliação	Número de Agricultores	%	% acumulado
0= não souberam responder	1	2,5	2,5
1= Ruim	2	5,0	7,5
2= razoável	9	22,5	30,0
3= bom	28	70,0	100,0
Total	40	100,0	-

Fonte: Da autora.

A questão do "crédito rural" é explicada pela Tabela 14, a seguir, onde se nota que 80% dos agricultores que participaram da pesquisa alegaram nunca ter recebido créditos para custeio e investimentos em suas propriedades, tanto por parte do governo quanto do setor privado. Restou uma parcela de 20% dos que já havia recebido crédito governamental ou privado, pelo menos uma vez.

Tabela 14 – Distribuição dos agricultores segundo o recebimento de crédito rural.

	Recebeu Crédito Rural		Total
	0 (Não)	1 (Sim)	
	32	8	40
Total	80,0%	20,0%	100,0%

Fonte: Da autora.

Em média, os produtores alegaram ter recebido crédito no valor de STD 4.571.428,57 (quatro milhões quinhentos e setenta e um mil quatro cento e vinte e oito dobras e cinquenta e sete centavos), com desvio padrão de STD 5.624.267,14 (cinco milhões seiscentos e vinte quatro mil duzentas e sessenta e sete dobras, e quatorze centavos). Este dado revela uma variação grande entre os valores recebidos, isto é, a muito dispersa, não havendo uma distribuição homogênea dos créditos. No entanto, como uma minoria equivalente a 14% alegou ter recebido crédito no valor de STD 17.000.000,00, isto pode estar causando a heterogeneidade dos valores. Os créditos recebidos variaram no mínimo de STD 800.000,00

(oitocentas mil dobras²¹) a máximo de STD 17.000.000,00 (dezesete milhões de dobras). Outra inferência que se pode ter da tabela 15, é que 25% dos produtores receberam crédito no valor até STD 1.200.000,00, sendo que 50% receberam o valor de até STD 3.000.000,00. Isto é 75% receberam valor o baixo de STD 4.000.000,00 ao passo que apenas 25% receberam valor a cima de 4.000.000,00.

Tabela 15 – Medidas descritivas para os valores dos créditos concedidos aos agricultores.

Medidas Descritivas	Valores
N	7
Média	STD 4,571,428.57
Desvio padrão	STD 5,624,267.14803
Mínimo	STD 800,000.00
Máximo	STD 17,000,000.00
Percentil 25	STD 1,200,000.0000
Percentil 50	STD 3,000,000.0000
Percentil 75	STD 4,000,000.0000

Fonte: Da autora.

Pode-se inferir também que a grande maioria, 75% recebeu crédito a baixo do valor que julgam ser necessário para investir na propriedade. Como pode ser averiguado na Tabela 16, a seguir, o valor mínimo que os produtores alegaram ser suficiente para investir na sua propriedade atualmente é de STD 4.000.000,00 e máximo de STD 100.000.000,00. A análise desta tabela nos permite inferir ainda que, o valor médio necessário para investir na propriedade é de STD 18.515.151,52, sendo que até 75% dos pesquisados alegaram ser necessário um valor de até STD 10.000.000,00 para investir e 25% alegaram necessitar de um valor a cima de STD 15.000.000,00.

²¹ Equivalente a US \$42,00 (quarenta e dois dólares norte americanos) com a taxa de conversão: \$1,00 = STD19.000,00.

Tabela 16 – Distribuição de produtores de acordo com o valor que consideram necessário para investir.

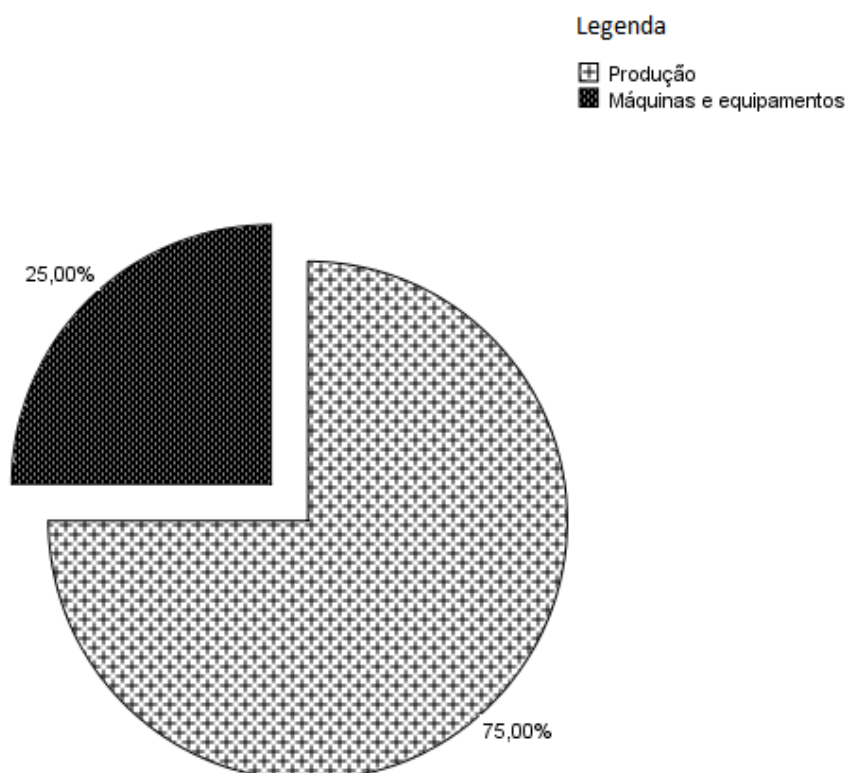
Medidas Descritivas	Valores
Média	18.515.151,52
Moda	1000000,00
Desvio Padrão	19805493,57521
Mínimo	400000,00
Máximo	10000000,00
Percentil 25	1000000
Percentil 50	1000000
Percentil 75	1500000

Fonte: Da autora.

De fato, atualmente o país não dispõe de crédito direto destinado aos agricultores, isto é, pacotes a juros menores aos praticados no mercado, para que o pequeno agricultor possa apresentar um projeto e aderir o financiamento. O que existe são apoios de parceiros internacionais como a União Europeia, que financia os projetos elaborados por ONGs e existe também o FIDA que apoia operações no âmbito do PAPAFA²².

De acordo com os dados, 75% dos participantes alegaram que o crédito recebido foi para custeio, enquanto que 25% afirmaram que o valor recebido era para fazer novos investimentos nas suas propriedades. A razão pela qual a grande maioria ter demandado crédito para custeio pode dever-se ao fato de primeiramente os pacotes de créditos oferecidos não permitir que os mesmos demandassem grandes importâncias, e também não ser suficiente para realizar grandes investimentos nas propriedades. Os valores disponibilizados para financiar a propriedade foram de uma forma geral muito baixos e insuficientes como já foi apontado anteriormente.

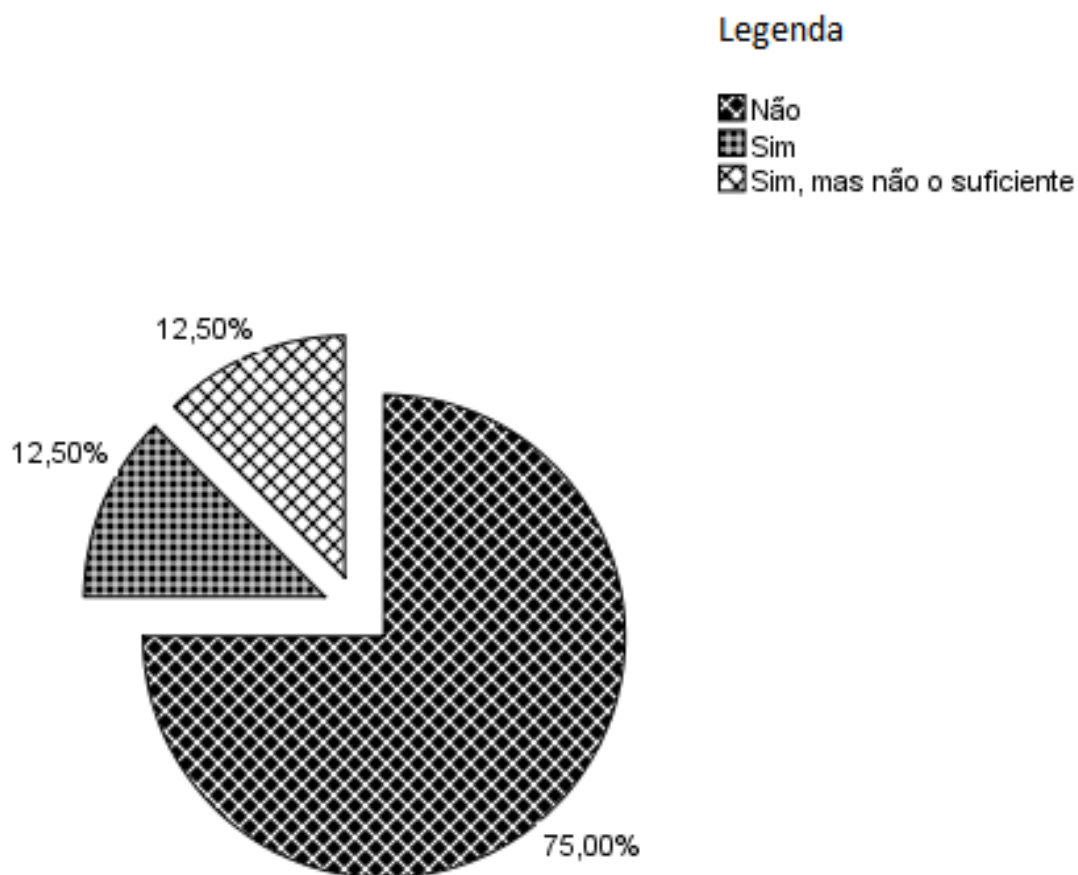
²² Os últimos pacotes foram elaborado no ano de 2003, e até então não se elaborou uma política de créditos aos agricultores. Informação obtida por meio de entrevista com o coordenador geral do projeto PDSA, responsabilidade da ONG ADAPA, São Tomé, (2013).

Gráfico 13 – Percentual dos produtores de acordo com a finalidade do crédito recebido.

Fonte: Da autora.

Além do mais, apenas 25% dos produtores afirmaram ter recebido assistência técnica após o recebimento do crédito e os outros 75% alegaram nunca ter recebido algum tipo de assistência ou suporte por parte da agencia responsável pelo financiamento do crédito. Todos os agricultores favorecidos alegaram que este benefício não foi suficiente para custeio ou investimentos em suas propriedades e 75% alegaram que depois de receber o benefício, não receberam qualquer suporte técnico ao passo que apenas 25% alegam ter recebido o suporte, mas que não foi suficiente. Aproveita-se para destacar que, de acordo com os achados na literatura, o suporte técnico completa o tripé para de três políticas agrícolas, a citar a de distribuição de terras, a de crédito e assistência técnica ao produtor.

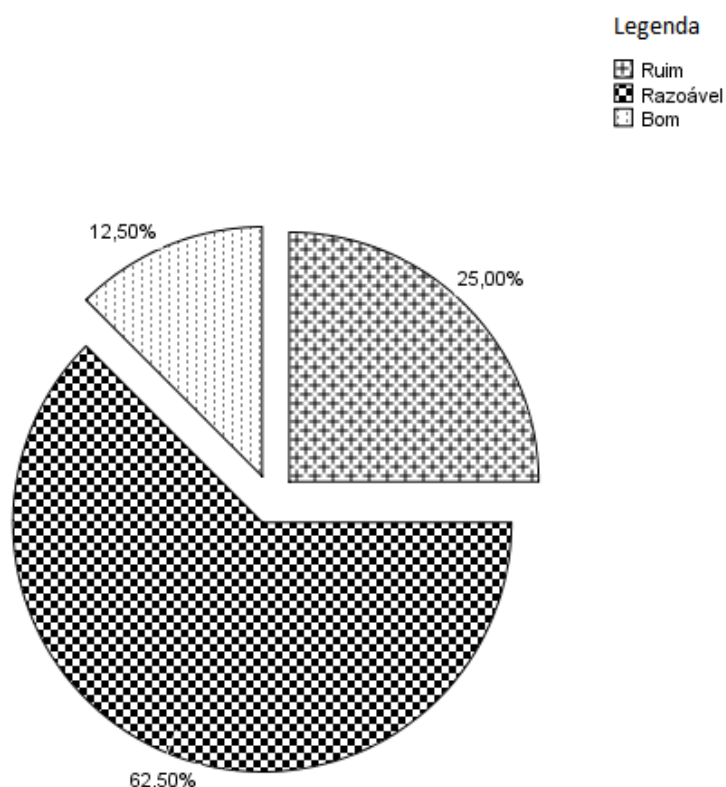
Gráfico 14 – Distribuição de produtores em relação ao recebimento de assistência técnica.



Fonte: Da autora.

Convidados a fazerem uma avaliação da política de crédito, 62% deram uma nota “Razoável”, 13% deram uma nota “Boa” e 25% avaliaram a política como “Ruim”, como pode ser observado no Gráfico 15, a seguir.

Gráfico 15 – Distribuição dos agricultores por comunidade segundo a avaliação da política de crédito.



Fonte: Da autora.

Questionados se já haviam recebido algum apoio de projetos ou intervenção de governamental em andamento no país, nomeadamente, PAPAFA, PDSA, PRIASA ou qualquer apoio por parte de alguma ONG ou do governo, um percentual de 32% dos participantes revelaram já ter sido ou estar sendo beneficiado com o apoio do projeto PDSA, em termos de sementes e outros materiais; em seguida, um grupo de 29% alegaram ter recebido apoio do PAFPA, em termos de viveiros para culturas alimentares; outra parcela de 20% alegou ter se beneficiado com o projeto PRIASA, em termos de construção de estufas para produção de viveiros, ainda com algumas deficiências.

A propósito, os entrevistados informaram que, uma vez que as estufas não dispõem de equipamento de controle de temperatura, e também pelo fato de em algumas comunidades as estufas serem construídas nas propriedades de um dos camponeses, fazendo com que o mesmo se sinta dono da estufa, usufruindo da uma área maior para plantação de seus viveiros. Outro motivo apontado é que as estufas não atendem as necessidades de todos os agricultores, uma vez que em cada comunidade foi construída apenas uma estufa. Nesse caso, verificou-se uma

situação de má definição do direito de propriedade, que está resultando em conflito entre os usuários da estufa, tendo em conta que os gestores do projeto deviam definir melhor o acordo sobre a questão do terreno.

Por último, um total de 10% dos participantes alegou ter recebido outros apoios, no caso da comunidade de Colônia açoriana, onde todos os participantes alegaram ter recebido apoio da FENAPA. Das anotações 9% dos entrevistados alegaram nunca ter recebido apoio algum.

Tabela 17 – Distribuição de frequências dos produtores por recebimento de apoio e projetos do governo

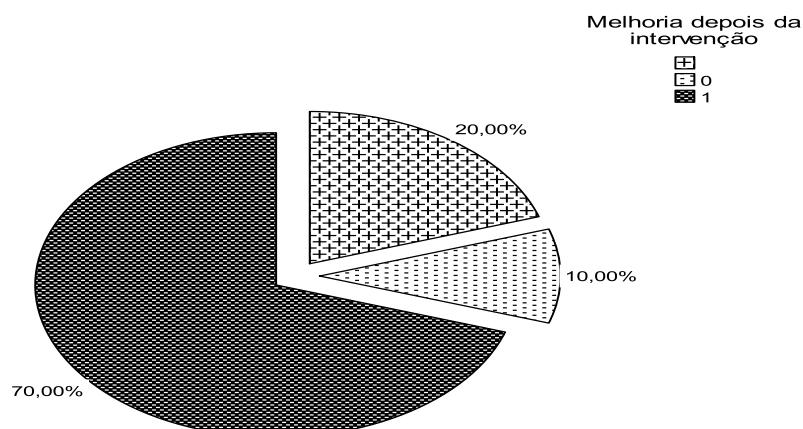
		Total					
		0 (não recebeu apoio)	1 (PAPAFPA)	2 (PRIASA)	3 (PDSA)	4 (Outros)	
Total	Número de agricultores	5	21	22	14	7	71
	% Total	7,0%	29,6%	31,0%	19,7%	9,9%	100,0%

Fonte: Da autora.

Da amostra, 70% dos participantes alegaram ter havido melhoria depois da intervenção, principalmente no que diz respeito ao aumento de produção em sua propriedade, embora esse aumento de produção não ter sido correspondido em termos da receita. Segundo os dados coletados junto aos produtores os mesmos foram incentivados a produzir, em que o governo houvesse criado condições para que esses produtos fossem escoados²³ tanto ao nível nacional, quanto para outros mercados próximos a costa africana que também têm o hábito de consumo alimentos iguais ou semelhantes aos produzidos no país.

²³ Informações obtidas em entrevista com os agricultores, São Tomé e Príncipe, novembro de 2013.

Gráfico 16 – Percentual dos agricultores por opinião quanto às melhorias após intervenção.



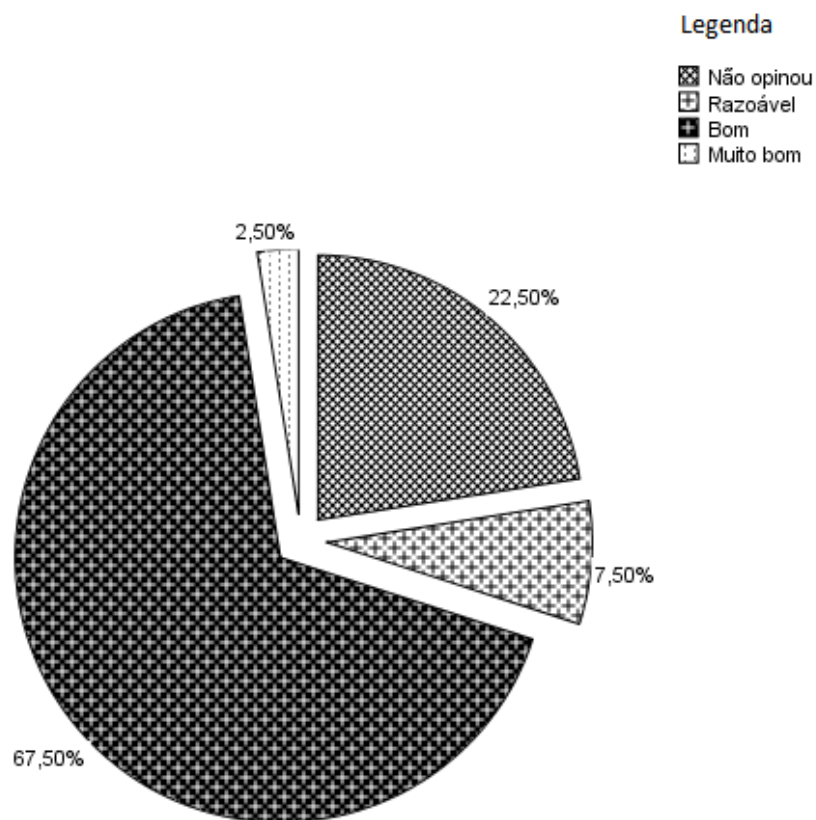
Fonte: Da autora.

Com o excesso de produção, isto é, o aumento da oferta, os agricultores foram forçados a comercializar os seus produtos a um preço muito abaixo do custo em que o mesmo foi produzido. Nessa situação os consumidores e os produtores de alimentos reagem de maneira oposta aos preços dos alimentos. Para os consumidores, os preços elevados restringem a gama de alimentos e de outros bens e serviços que eles podem comprar, enquanto que os preços baixos permitem uma maior ingestão alimentar, uma maior variedade e, uma dieta de mais qualidade (TIMMER *et al.*,1983). Já para os agregados familiares rurais que dependem da agricultura, na concepção dos autores, o preço baixo de produtos pode significar uma redução na receita mensal dos mesmos, e desincentivo a novos investimentos na propriedade e permanência na atividade tendo em conta que o preço recebido pela produção se torna único determinante do rendimento agrícola do produtor.

Além disso, houve aumento da oferta no mercado tanto no atacado (produtores e grandes revendedores) como no varejo (pequenos vendedores “palayês”), porém a demanda não acompanhou este aumento. Dessa forma segundo os entrevistados, houve aumento da produção, mas não da receita.

Convidados a avaliarem intervenções ou apoios recebidos dos projetos, grande maioria dos agricultores deram uma avaliação, boa aos apoios recebidos 75%, enquanto 8,33% disseram ser “razoável” e 2,78% os avaliou como sendo “ótimo” e 13,89% não souberam dizer.

Gráfico 17 – Distribuição de frequências dos agricultores por avaliação da política de apoio de projetos.

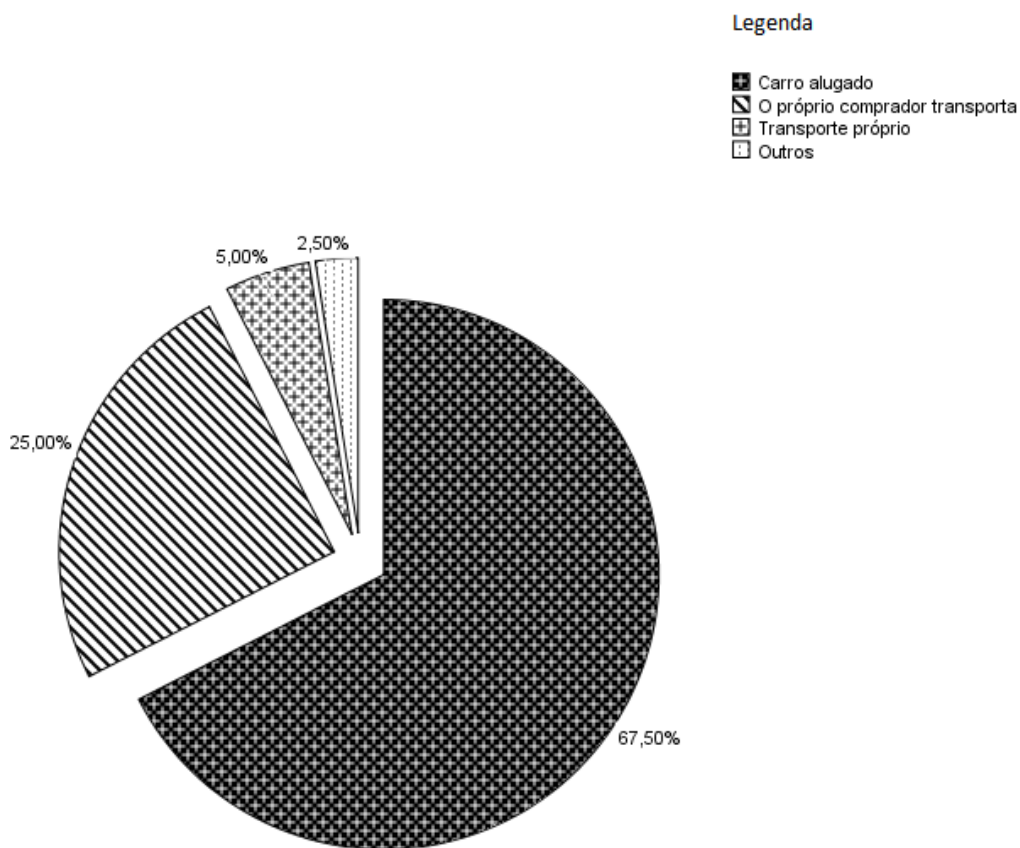


Fonte: Da autora.

No que diz respeito ao escoamento de produtos para o mercado, 67% dos participantes alegaram transportar os produtos em carros alugados (carro de praça). Por outro lado, 25% dos participantes alegaram que o próprio comprador transporta o produto até o mercado, 5% alegaram usar transporte próprio e 2,5% alegou fazer o escoamento por outros meios²⁴.

²⁴ É importante frisar que na maioria das comunidades, os agricultores transportam os produtos do campo até o quintal da comunidade ou até as estradas a pé.

Gráfico 18 – Porcentagem dos agricultores segundo o meio utilizado para escoar os produtos.



Fonte: Da autora.

Analisando a Tabela 18, a seguir, percebe-se que as dificuldades relatadas pelos participantes, vão desde infraestruturas até questões de falta de financiamento agrícola. Pode se perceber que falta de um mercado estável foi a reclamação dos participantes sendo este um problema derivado da fraca capacidade do ambiente institucional do país. Isto é, falta de regras claras (Leis, Decretos, políticas públicas) que possam regular o comportamento dos agentes que atuam no mercado e permitir o bom funcionamento do mesmo. **O meio de escoamento** referido pelos agricultores diz respeito tanto em termos de transportes para os mercados locais, como também escoamento de produtos locais para outros mercados, uma vez que estrutura do país, quer seja em termos territoriais, como do poder aquisitivo do consumidor, não conseguirá absorver um possível aumento de ofertas de produtos agrícolas. Os agricultores reclamam também de falta de meios de transformação e conservação dos produtos. O país dispõe de poucas infraestruturas de transformação e o sistema industrial de processamento de produtos agrícolas é fraco. As pequenas indústrias de processamento existente conservação do país

seguem todas o processo de produção artesanal, e entre elas podemos citar a ONG “Quá Têla” que se dedica a transformação de conservação de produtos variados, e a “Corallo” que de dedica principalmente a produção de chocolate e de café em pó. Nesse sentido a criação de pequenas indústrias de processamento pode ajudar a mitigar o problema de escoamento de excedentes evitando a perda destes produtos, tendo em conta que são altamente perecíveis. Grande parte dos mesmos reclama de falta de meios financeiros, isto é, falta de crédito para investirem nas suas propriedades.

Tabela 18 – Principais dificuldades listadas pelos agricultores.

Principais Dificuldades	Frequência	%	% acumulado
Alta dos preços de insumos	5	4,9	4,9
Falta de apoio financeiro "Crédito"	16	15,5	20,4
Falta de apoio técnico	5	4,9	25,2
Falta de insumos	2	1,9	27,2
Falta de insumos para tratamento de terreno	3	2,9	30,1
Falta de mão de obra qualificada na agricultura	2	1,9	32,0
Falta de meio de Escoamento (Mercado limitado)	19	18,4	50,5
Falta de meio de escoamento (Transporte)	19	18,4	68,9
Falta de meio de irrigação	5	4,9	73,8
Falta de segurança roubo	2	1,9	75,7
Fatores climáticos	4	3,9	79,6
Instabilidade do mercado	4	3,9	83,5
Outros*	10	9,7	93,2
Problema de acesso(Estradas)	2	1,9	95,1
Solo empobrecido	5	4,9	100,0
Total	103	100,0	

Fonte: Da autora.

Vale destacar que os agricultores da comunidade de Bom Sucesso foram os que alegaram sofrer na estação chuvosa por deslizamentos de terra, que danificam a produção. Nesta mesma comunidade, os agricultores sofrem com problemas de irrigação, pois as cisternas construídas na comunidade não atendem as necessidades de todos.

Quadro 7– Outras dificuldades apontadas pelos produtores.

Dificuldade de encontrar insumos
Falta de medicamentos para tratamento do solo
Oscilação de preços de produtos
Custo de produção muito alto
Falta de meio de transformação e conservação
Escassez de água
Falta de medicamento para combater pragas existentes
Falta de meios para renovar as plantas
Falta de local para fazer viveiro
Falta de matéria prima de forma em geral

Fonte: Da autora

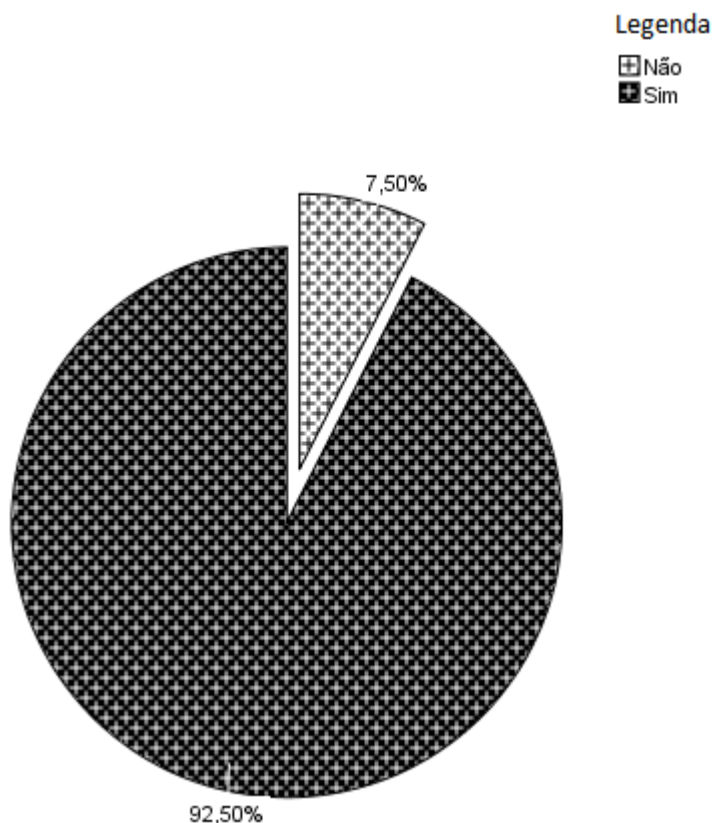
Uma parcela de agricultores reclamaram ainda de falta insumos (defensivos, fertilizantes sementes entre outros), no mercado e alta do preço praticado na venda do mesmo, assim como falta de produtos fitossanitários para combater novas pragas, como é o caso das comunidades de Plancas II e Uba Cabra e Mesquita. Nessas comunidades os agricultores reclamaram de presença de certas pragas até então desconhecidas pelos mesmos e pelas autoridades agrícolas. Caso particular das comunidades de Plancas II os participantes reclamaram que, pelo fato de seus lotes estarem situados numa área pantanosa, os mesmos necessitam de um tratamento que os torne salubres e evitar perda de produção.

No que diz respeito à comunidade de Mesquita, que é uma região onde a atividade de horticultura de culturas alimentares vem sendo praticadas há mais de 20 anos, pois, esta foi a acolhedora de um projeto de governo que visava a promoção de agricultura, com vista a abastecimento do mercado e também formar novos alunos que se tornariam agricultores independentes. Porém munidos de conhecimentos relativos a ciclos produtivos e capazes de tomarem as suas próprias decisões.

Os agricultores reclamaram também de falta de assistência técnica. A oscilação de preço foi outro problema apontado. Pelo fato do mercado são-tomense ser totalmente desprovido de regulamentação, a arbitragem e o comportamento oportunista é uma característica frequentemente adotada pelos agentes que atuam nesse mercado. Como se mencionou anteriormente, o Estado atualmente, é incapaz de criar mecanismo que visem a garantir a estabilidade dos preços dos produtores. Sendo assim os preços dos insumos e dos produtos sofrem oscilações constantes.

No que diz respeito à permanência na atividade, 92,5%, apesar das dificuldades, responderam que pretendem continuar com as atividades agrícolas, ao passo que apenas 7,5%, alegaram que se não houver melhorias abandonarão as atividades no campo.

Gráfico 19 – Distribuição dos agricultores por comunidade segundo a intenção de continuar ou não na atividade agrícola.

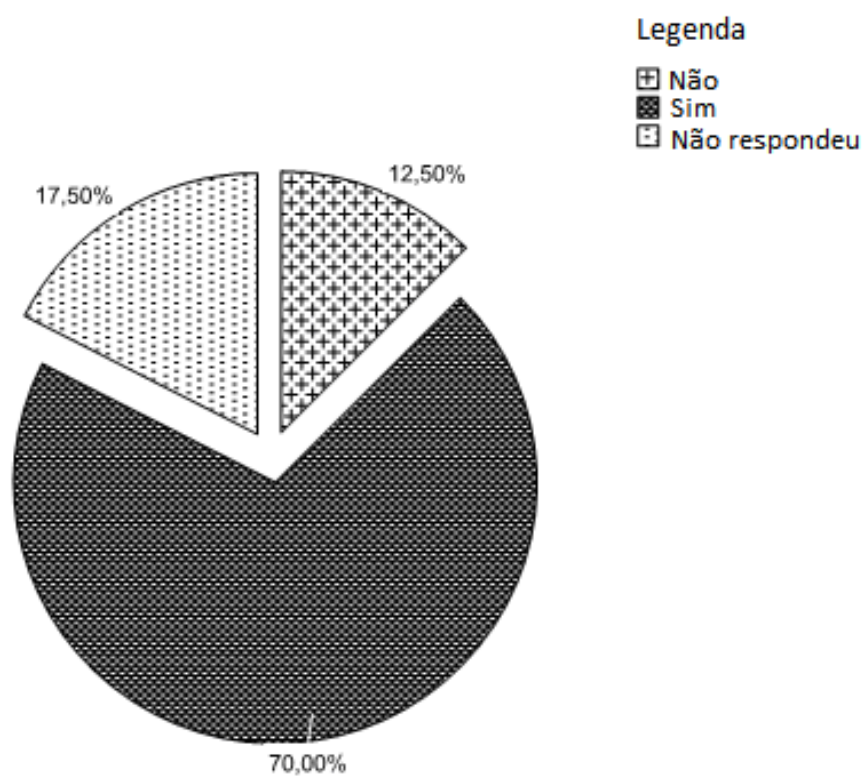


Fonte: Da autora.

Foi também indagado aos participantes se os mesmos incentivavam os seus filhos a se dedicarem a atividade de agricultura e, 70% responderam que sim, enquanto de outros 12,5% não os incentivava, por acreditar que eles não teriam um futuro trabalhando no campo e por não querer que os filhos passem pelo que estão passando.

Por outro lado, os filhos que a idade já não permite frequentar a escola, são incentivados a se dedicarem a agricultura, isto é, no país a cultura é de que a agricultura é para aqueles cuja oportunidade lhes falta. A pergunta não se aplicava a outros 17,5% pois em alguns casos os mesmos não possuíam filhos, ou eles eram menores de idade.

Gráfico 20 – Distribuição da frequência dos produtores segundo a percepção se incentivam os filhos a darem continuidade na atividade agrícola.



Fonte: Da autora.

A receita média mensal foi também investigada na pesquisa. De uma forma geral encontrou-se que a receita média dos agricultores é de STD 1.811.388,88, (valor aproximado do salário mínimo de um funcionário público de nível superior no país e superior ao salário mínimo de um funcionário de nível médio), sendo que o valor mínimo foi de STD 160.000,00 (isto é muito aquém tanto do salário mínimo do nível superior como médio)²⁵ e o máximo igual a STD 6.000.000,00. Outra análise que podemos fazer da tabela 20, relacionada a receita média mensal dos agricultores é que 25% dos mesmos têm uma receita média de até STD 800.000,00, 50% têm uma receita de até STD 1.400.000,00 e apenas 25% têm uma receita superior a STD 2.000.000,00.

Tabela 19 – Medidas descritivas para a receita média mensal derivada da propriedade.

²⁵ O salário mínimo para um funcionário de nível superior no país é de \$100,00 (cem dólares norte americano) e de nível médio \$50,00 (cinquenta dólares norte americano)

Medidas Descritivas	Valores em STD
N	36
Média	1.811.388,8889
Mediana	1.400.000,0000
Desvio Padrão	1.558.822,17950
Mínimo	160.000,00
Máximo	6.000.000,00
Percentil 25	800.000,0000
Percentil 50	1.400.000,0000
Percentil 75	2.000.000,0000

Fonte: Da autora.

Foi realizada também análise da receita média por comunidade e, a que se destaca é a Pinheira com uma receita média de STD 3.000.000,00. Porém, a comunidade de Amparo II revela também uma boa receita com média de STD 2.628.571,43 mensais. Em seguida vem a comunidade de Uba Cabra/Mesquita e Plancas II com uma média mensal de STD 1.760.000,00; STD 1.718.750,00, respectivamente. Não se pode afirmar categoricamente a razão pelo qual a receita as comunidades de Pinheira e Amparo II se destacarem, porém um dos motivos a serem apontados talvez seja a organização, conhecimento e, formação dos produtores em relação aos ciclos produtivos.

Tabela 20 – Distribuição dos produtores por receita média mensal por comunidade em milhões de dobras.

Comunidade	Média em STD	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
Amparo I	700.000,00	141421,36	STD – 0,20
Amparo II	2.628.571,43	1658025,22	STD – 0,63
Bom sucesso	865.000,00	800562,3	STD – 0,93
Uba Cabra/Mesquita	1.760.000,00	1833848,4	STD – 1,04
Plancas II	1.718.750,00	1455025,2	STD – 0,85
Colônia Açoriana	880.000,00	396232,26	STD – 0,45
Pinheira	3.000.000,00	1968501,97	STD – 0,66

Fonte: Da autora.

As comunidades de Amparo I, Bom Sucesso e Colônia Açoriana apresentam menores receitas, sendo STD 700.000,00; STD 865.000,00; STD 880.000,00,

necessariamente nessa ordem. Pode-se apontar motivos como, a localização dos lotes, acesso e insalubridade dos mesmos. Pelo menos no que diz respeito à comunidade da Colônia Açoriana, não foram beneficiados com nenhum projeto em cursos no país, tendo os agricultores recebidos apoio apenas da ONG FENAPA. Os agricultores da comunidade de Amparo I afirmaram não ter recebido apoio algum. E os de Bom Sucesso apesar de receberem apoio do PAPAFA e PRIASA, também apresentam baixo rendimento.

Em relação à composição da receita familiar, 32,5% dos participantes alegaram depender 100% da atividade agrícola, isto é, a receita da família é composta apenas por recursos provenientes da propriedade. Por outro lado, a grande maioria 67,5%, alegou não depender exclusivamente da atividade agrícola, tendo outra fonte de renda proveniente de trabalho fora da propriedade

Cumprir destacar que, dentre as atividades fora da propriedade, estão atividades e profissões como, assistente de saúde, professor primário, funcionário público, trabalho nas médias empresas, atividade de carpinteiro, trabalho de taxista atividades nos outros campos, trabalho de segurança, atividade de pedreiro, comércio em casa, técnico eletricitista, GIME (Grupos de Interesse de Manutenção de Estradas) e, outros trabalhos esporádicos.

Esses dados nos revelam a presença de um fenômeno comum e indicado como um dos fatores que contribuem para o desenvolvimento rural, e mitigação do êxodo rural por meio de retenção da população, a “Pluriatividade²⁶” citado por Kageama (2008) no seu trabalho sobre “Desenvolvimento Rural”.

3.3.1 Algumas informações importantes para elaboração e avaliação de políticas públicas

A seguir, tem-se uma análise descritiva de relação entre algumas variáveis pesquisadas.

²⁶ Pluriatividade: combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no interior da mesma família extensa. Pode ainda ser pluriatividade, a combinação da atividade agrícola no próprio negócio com outra atividade agrícola como assalariado em outros locais.

Tabela 21 – Distribuição dos produtores em relação à participação x receita média mensal

Participação		Receita Média Mensal			Total
		0- 1168000	1168000- 2336000	mais de 2336000	
Não	Número de agricultores	8	0	2	10
	% Participação	80,0%	,0%	20,0%	100,0%
	% Receita média	50,0%	,0%	28,6%	27,8%
	% Total	22,2%	,0%	5,6%	27,8%
Sim	Número de agricultores	8	13	5	26
	% Participação	30,8%	50,0%	19,2%	100,0%
	% Receita média	50,0%	100,0%	71,4%	72,2%
	% Total	22,2%	36,1%	13,9%	72,2%
Total	Número de agricultores	16	13	7	36
	% Participação	44,4%	36,1%	19,4%	100,0%
	% Receita média	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% Total	44,4%	36,1%	19,4%	100,0%

Fonte: Da autora.

Dentre o total de entrevistados, 36 agricultores, apenas 10 declararam que não participam de associação, o que corresponde a 27,8%. Dos agricultores que não participam de associação 80% possuem receita média mensal de até STD 1.168.000,00 (um milhão cento e sessenta e oito mil dobras), o que corresponde a maioria. Além disso, 28,6% dos agricultores que possuem receita média mensal superior a 2.330.000,00 (dois milhões trezentos e trinta e seis mil) não participam de associação. Em relação ao total de entrevistados, 22,2% não participam de associação e possuem receita média mensal de até STD 1.168.000,00 (um milhão cento e sessenta e oito mil dobras).

72,2% do total de entrevistados declararam que participam de associação. Desses participantes, 69,2% (50%+19%) afirmaram que possuem receita média mensal superior a STD 1.168.000,00 (um milhão cento e sessenta e oito mil). Além disso, 100% dos agricultores que declararam uma receita média mensal entre STD 1168000,00 e STD 2336000,00 participam de associação, já dentre os agricultores que ganham mais de STD 2336000,00 72,2% participam de associação.

Esses dados nos permitem inferir que a participação em associação está relacionada ao aumento da receita do produtor e que os produtores que participam da associação têm receitas melhores o que corrobora com os estudos sobre participação de em associações ²⁷ uma vez que a organização dos mesmos em associação garante melhor articulação do processo produtivo. Todavia de acordo com os dados, 2,5% dos participantes que alegaram não participar da associação tem uma receita média mensal superior aos demais produtores que alegaram não participarem de associações ou cooperativas.

Tabela 22 – Distribuição dos agricultores conforme a avaliação feita para a política de distribuição de terras, segundo a faixa etária.

Faixa Etária		AV. P. Distribuição de Terras				Total
		Não opinou	Ruim	Razoável	Bom	
26 a 35	Número de agricultores	0	0	3	5	8
	% Total	,0%	,0%	7,5%	12,5%	20,0%
36 a 45	Número de agricultores	1	1	2	15	19
	% Total	2,5%	2,5%	5,0%	37,5%	47,5%
46 a 55	Número de agricultores	0	1	2	7	10
	% Total	,0%	2,5%	5,0%	17,5%	25,0%
56 ou mais	Número de agricultores	0	0	2	1	3
	% Total	,0%	,0%	5,0%	2,5%	7,5%
Total	Número de agricultores	1	2	9	28	40
	% Total	2,5%	5,0%	22,5%	70,0%	100,0%

Fonte: Da autora.

No que diz respeito aos dados da tabela 22, observa-se que de uma forma geral 70% dos produtores avaliaram a política como sendo “boa” e esse resultado é igual a avaliação dos produtores de faixa etária de 46 a 55 anos. Do total dos produtores com idade compreendida de 26 a 35 anos 62,5% avaliaram a política como sendo “boa”, ao passo que 78,95% correspondente a faixa etária de 36 a 45 anos também a avaliaram com sendo “boa”.

²⁷ Informações obtidas em sala de aula na disciplina Coordenação dos Sistemas Agroindustriais.

Pode-se inferir com esses dados que de uma forma geral existe um consenso entre os produtores no que diz respeito a avaliação dessa política demonstrando satisfação por parte dos mesmos independentemente da faixa etária.

Tabela 23 – Distribuição dos agricultores conforme a avaliação feita para a política de concessão de crédito rural, segundo a faixa etária.

Faixa Etária		Avaliação do Crédito			Total
		Ruim	Razoável	Boa	
36 a 45	Número de agricultores	1	2	1	4
	% Total	12,5%	25,0%	12,5%	50,0%
46 a 55	Número de agricultores	1	2	0	3
	% Total	12,5%	25,0%	,0%	37,5%
56 ou mais	Número de agricultores	0	1	0	1
	% Total	,0%	12,5%	,0%	12,5%
Total	Número de agricultores	2	5	1	8
	% Total	25,0%	62,5%	12,5%	100,0%

Fonte: Da autora.

Do total dos produtores que afirmaram ter recebido crédito, a grande maioria deu nota “razoável” a esta política correspondente a 62,5%. Sendo que os produtores da faixa etária de 36 a 55 anos correspondem a 50% deste total. Por outro lado 25% dos produtores avaliaram a política como “Ruim”, constituindo a faixa etária de 36 a 55 anos, e apenas 12,5% avaliaram a política como “Boa”. Pode-se inferir com esses dados que os produtores de 36 a 55 anos não estão totalmente satisfeitos com os resultados desta política, isto é, não existe um consenso entre os mesmos.

Tabela 24 – Distribuição dos agricultores conforme a avaliação feita para projetos e ações estatais, segundo a faixa etária.

Faixa Etária		Avaliação de Projetos de Ações Estatais				Total
		Não opinou	Ruim	Razoável	Bom	
26 a 35	Número de agricultores	0	1	6	0	7
	% Total	,0%	2,9%	17,6%	,0%	20,6%
36 a 45	Número de agricultores	2	2	11	1	16
	% Total	5,9%	5,9%	32,4%	2,9%	47,1%
46 a 55	Número de agricultores	1	0	7	0	8
	% Total	2,9%	,0%	20,6%	,0%	23,5%
56 ou mais	Número de agricultores	0	0	3	0	3
	% Total	,0%	,0%	8,8%	,0%	8,8%
Total	Número de agricultores	3	3	27	1	34
	% Total	8,8%	8,8%	79,4%	2,9%	100,0%

Fonte: Da autora.

No tocante à faixa etária dos produtores e avaliação de projetos e apoio do governo, tem-se que dos 34 produtores 27 avaliaram atribuindo uma nota razoável as intervenções de projetos e outras ações do governo o que corresponde a pouco mais de 79% e aproximadamente 9% a avaliaram como “ruim”. De forma particular os produtores da faixa etária de 36 a 45 anos de idade foram os que mais contribuíram para este percentual. O objetivo de fazer o cruzamento dessas variáveis é o de saber se existe alguma relação entre a idade dos produtores e avaliação que eles fizeram dessas intervenções. Pode-se inferir, portanto que os produtores mais jovens estão menos satisfeitos com os resultados, isto é as intervenções não estão atendo de forma satisfatória as suas necessidades.

Tabela 25 – Distribuição dos agricultores conforme a avaliação feita para a política de distribuição de terras, por participação de cooperativa.

Participação em cooperativa		AV. P. Distribuição de Terras				Total
		Não opinou	Ruim	Razoável	Bom	
Não	Número de agricultores	0	0	1	9	10
	% Total	,0%	,0%	2,5%	22,5%	25,0%
Sim	Número de agricultores	1	2	8	19	30
	% Total	2,5%	5,0%	20,0%	47,5%	75,0%
Total	Número de agricultores	1	2	9	28	40
	% Total	2,5%	5,0%	22,5%	70,0%	100,0%

Fonte: Da autora.

Pode-se perceber que do total dos produtores 70% avaliaram os resultados desta política como “bom”. Desses, aproximadamente 48% afirmaram participar de em cooperativas e pouco mais de 22% afirmaram não participar da cooperativa. Por outro lado, 22% dos produtores atribuíram uma avaliação de “razoável” a esta política sendo que 20% dos mesmos afirmaram participar de alguma associação ou cooperativa. Não obstante 5% dos produtores que participam da associação avaliaram a política como “Ruim” e os restantes 2,5% não souberam avaliar. Isto significa que, de uma forma geral os que participam da cooperativa avaliaram melhor a política.

Tabela 26 – Distribuição dos produtores conforme a avaliação feita para a política de concessão de crédito rural, por participação de cooperativa.

Participação em cooperativa		Avaliação do Crédito			Total
		Ruim	Razoável	Boa	
Não	Número de agricultores	0	1	0	1
	% Total	,0%	12,5%	,0%	12,5%
Sim	Número de agricultores	2	4	1	7
	% Total	25,0%	50,0%	12,5%	87,5%
Total	Número de agricultores	2	5	1	8
	% Total	25,0%	62,5%	12,5%	100,0%

Fonte: Da autora.

Do total dos produtores que afirmaram participar de alguma associação ou cooperativa, isto é, 87,5%, 50% avaliaram a política de crédito como sendo “razoável” e 25% a avaliaram como sendo “ruim”. De uma forma geral 62,5% avaliaram a política como “razoável”, 12,2% avaliaram os resultados da política como “bom”, sendo que todos alegaram participar de cooperativa e os restantes 25% que também participam da cooperativa a avaliaram como “Ruim”. Tem-se também uma situação de pouca satisfação em relação à política.

Tabela 27 – Distribuição dos produtores conforme a avaliação feita para o apoio recebido desses projetos ou intervenção, por participação de cooperativa.

Participação em cooperativa		Avaliação de Projetos e Ações Estatais				Total
		Não opinou	Ruim	Razoável	Bom	
Não	Número de agricultores	0	1	5	0	6
	% Total	,0%	2,9%	14,7%	,0%	17,6%
Sim	Número de agricultores	3	2	22	1	28
	% Total	8,8%	5,9%	64,7%	2,9%	82,4%
Total	Número de agricultores	3	3	27	1	34
	% Total	8,8%	8,8%	79,4%	2,9%	100,0%

Fonte: Da autora.

Do total dos produtores que alegaram participar da cooperativa, isto é, 82,4%, 64,7% avaliaram os projetos e outras intervenções do governo como sendo “razoável”, ao passo que 5,9% a avaliaram como “ruim”. Por outro lado do total dos que afirmaram não participar de alguma associação ou cooperativa, isto é, 17,6% nenhum dos produtores avaliaram a política como sendo “boa”. Pode-se se perceber que existe certa insatisfação tanto dos produtores que participam da associação quanto dos que não participam. De uma forma geral, 79% dos produtores avaliaram a política como “razoável” e destes. Aproximadamente 3% avaliaram o resultado da política como “boa”, sendo que aproximadamente 9% a avaliaram como “Ruim” e aproximadamente 9% não souberam responder.

Tabela 28 – Resultado da avaliação da política de distribuição de terras segundo o tempo de atividade agrícola.

Tempo na atividade agrícola		AV. P. Distribuição de Terras				Total
		Não opinou	Ruim	Razoável	Bom	
0 -10	Número de agricultores	0	0	2	7	9
	% Total	,0%	,0%	5,0%	17,5%	22,5%
10 -20	Número de agricultores	0	2	3	9	14
	% Total	,0%	5,0%	7,5%	22,5%	35,0%
20 -30	Número de agricultores	0	0	3	5	8
	% Total	,0%	,0%	7,5%	12,5%	20,0%
30 -40	Número de agricultores	1	0	1	6	8
	% Total	2,5%	,0%	2,5%	15,0%	20,0%
40 ou mais	Número de agricultores	0	0	0	1	1
	% Total	,0%	,0%	,0%	2,5%	2,5%
Total	Número de agricultores	1	2	9	28	40
	% Total	2,5%	5,0%	22,5%	70,0%	100,0%

Fonte: Da autora.

Do total dos produtores 70% avaliaram os resultados da política como “boa”. Desses, pouco mais de 77% que alegaram estar na atividade há 10 anos, avaliaram a política como “boa”, enquanto que 64% dos que estão na atividade no período de até 20 anos também a avaliaram como sendo “boa”. Por outro lado os que estão na atividade há 30 anos 62% avaliaram a política como da mesma forma, ao passo que um total de 75% dos que estão na atividade há 40 anos a avaliaram da mesma forma. Dos que estão na atividade há mais de 40 anos 100% avaliaram na também como boa. Com isso tem se que de uma forma geral todos os produtores tendem a avaliar a política de como “boa”,mas, no entanto os que estão na atividade há mais tempo tendem a avaliar a política de um forma melhor.

Tabela 29 – Resultado da avaliação da política de concessão de crédito rural segundo o tempo de atividade agrícola.

Tempo na atividade agrícola		Avaliação do Crédito			Total
		Ruim	Razoável	Boa	
10 -20	Absoluta	1	3	0	4
	% Total	12,5%	37,5%	,0%	50,0%
20 -30	Absoluta	0	2	0	2
	% Total	,0%	25,0%	,0%	25,0%
40 ou mais	Absoluta	1	0	1	2
	% Total	12,5%	,0%	12,5%	25,0%
Total	Absoluta	2	5	1	8
	% Total	25,0%	62,5%	12,5%	100,0%

Fonte: Da autora.

No que diz respeito a tempo na atividade agrícola e avaliação da política de crédito, tem-se que 62,5% dos produtores avaliaram a política como “razoável”. Desses 37% estão na atividade num período de até 20 anos, o que corresponde à maioria e outros 25% estão na atividade num período de até 30 anos. Por outro lado 25% do total a avaliaram como “ruim”, sendo que destes 12,5% estão na atividade num período de até 20 anos e outros 12,5% alegaram estar na atividade há mais de 40 anos, e desse mesmo grupo de produtores, apenas 12,5% dos. Neste caso estamos perante uma situação de pouca satisfação com os resultados dessa política, sendo que pode-se considerar que, um total de 87,5% (os 25% que a avaliaram como “ruim” + os 62,5% que a avaliaram como razoável) dos mesmo atribuíram uma avaliação negativa a esta política.

Para finalizar a seção dos resultados e discussões, cabe observar que o cenário agrícola sãotomense, do qual o país depende tanto para a produção de alimentos necessários à sua dieta alimentar como quanto para a exportação, elenca diferentes fatores e características que numa análise simplificada após o tratamento dos dados coletados na pesquisa, remete à conclusão que existem pontos que dificultam não só a efetiva implementação de políticas públicas para uma efetiva segurança alimentar, mas também vontade política para a sua prática.

Outro ponto a ser destacado nesta seção é que, como já foi mencionado anteriormente, a seleção das amostras depende de conjunto de informações recursos financeiros e tempo necessários para realização das entrevistas. Sendo

assim utilizou-se na pesquisa o método não probabilístico como forma de viabilizar a pesquisa. Esse processo não desqualifica a pesquisa, porém não abre espaço para generalização dos resultados encontrados para todas as comunidades do país. Nessa medida os resultados encontrados aplicam-se apenas as comunidades pesquisadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale recordar que este trabalho teve como objetivo identificar as políticas que o governo vem adotando para o desenvolvimento do setor agrícola, particularmente para os produtores de culturas alimentares. Num contexto em que o país busca integrar suas políticas aos objetivos globais e regionais identificou-se um número significativo de políticas, programas, projetos e ações governamentais o que atendeu a um dos objetivos principais deste trabalho. Buscou-se apresentar o contexto em que as políticas foram elaboradas e implementadas levando em consideração os princípios do arcabouço teórico selecionado.

As medidas de segurança alimentar do país objetivam reforçar a capacidade produtiva, a transformação e a valorização da produção agrícola. Ao se aplicar os dados obtidos durante a pesquisa documental ao modelo de resolução de problemas estudado por Lindblom (*apud* RUA, 1998), conclui-se que esses objetivos têm sido alcançados, mas apenas de forma incremental, porque as políticas implementadas e as soluções propostas para o alcance dos mesmos seguem a sua evolução lentamente, sendo pouco transformadoras, devido a fatores como dotação orçamentária e instabilidade política, e etc. Recorda-se que para este autor, o tipo incremental de resolução de problemas, se dá de forma gradual, sem introduzir grandes modificações nas situações já existentes, e sem provocar rupturas de qualquer natureza. Em vez de especificar objetivos e de avaliar que decisões podem atendê-los, os tomadores de decisão escolhem mediante a comparação de alternativas específicas e da estimativa de quais dessas alternativas poderão melhor produzir os resultados esperados.

Melhor seria, talvez, ao invés dos tomadores de decisão escolhem através da comparação de alternativas específicas já existentes e da estimativa de quais dessas poderão melhor produzir os resultados esperados, especificar objetivos e avaliar quais decisões poderiam atendê-los. Assim, termos definidos por Rua (1998), no caso de São Tomé e Príncipe, parece que a melhor decisão não é, ainda, aquela que maximiza os valores e objetivos dos tomadores de decisão, mas, possivelmente, aquela que assegura o melhor acordo entre os interesses envolvidos.

A boa notícia é que, como a resolução do tempo é inevitável, com base nos dados apresentados, apurou-se que o país tem dado uma prioridade significativa em sua agenda no que diz respeito à elaboração e implementação de políticas para segurança alimentar. Todavia, como já foi mencionado no decorrer desta dissertação, muitos fatores têm influenciado o processo de formulação de políticas no país, sobretudo na fase de implementação. Entre os fatores citados conta o ambiente institucional incipiente e fragilizado, constante instabilidade política e restrição orçamentária.

Proporcionalmente, apesar de já existir o Programa Nacional de Extensão Rural (PRONER) e as suas respectivas delegações regionais, propõe-se que se instituisse um gabinete que se especializasse em serviços de apoio aos pequenos produtores, fortalecendo o PRONER. Com referência à oscilação de preços uma alternativa seria que o governo criasse instrumentos de apoio à comercialização, como por exemplo, mecanismos que visem a garantia de preço mínimo ao produtor nos moldes semelhantes ao que o Brasil e outros países que o praticam. A exemplo da EMATER no Brasil, esses serviços podem ir desde técnicas de manejo de solo, até ao cálculo de custo de produção e os seus respectivos custos de oportunidade, tendo em conta que uma das dificuldades apontadas pelos pequenos produtores foi a falta de apoio técnico.

São de extrema importância estudos de mercados que visem dar respostas às demandas tanto ao nível nacional, como para a região costeira da África Ocidental. Há uma questão que vai além do setor agrícola, mas que, no entanto, precisa ser alvo de intervenção de forma urgente, que é a reestruturação do salário mínimo no país. Isto se justifica pelo fato de que autores como Timmer *et al.* (1983), Sen (2000), e mais recentemente operacionalizados no Brasil pelo Programa Fome Zero, apontam que não basta haver o aumento de produção, sendo necessário também que haja garantia de acesso aos produtos pela população. E essa garantia de acesso passa pela implementação de políticas estruturais como: a geração de emprego, e a reforma de salário mínimo para um patamar aceitável, de acordo com os custos de vida do país.

Existe também a necessidade que governo fortaleça mais o seu papel regulador, no que diz respeito às intervenções, mantendo uma via de comunicação

formal com as ONGs, e demais parceiros do desenvolvimento deste setor, de forma a proporcionar melhor controle das atividades, e evitar dupla intervenção²⁸.

A propósito da política para os pequenos produtores, carece uma revisão na metodologia que classifica os mesmos, posto seria um requisito crucial na elaboração de políticas públicas para este grupo.

Melhoria das infraestruturas do país e do setor agrícola também formam outra questão que merece atenção, visto que os produtores reclamam também de falta de vias de acesso, meios de irrigação e outras questões de ordem estruturais.

Cabe registrar que o investimento no capital humano é também um ponto crucial para o desenvolvimento do setor. Há que se investir mais na capacitação de quadros para o setor agrícola, principalmente ao nível técnico com foco em processamentos e conservação de produtos, apoiar e fomentar o estabelecimento de pequenas fábricas de processamento.

No aspecto organizacional urgem políticas de incentivo à organização dos pequenos produtores por meio de cooperativas e associações, demonstrando a importância dos mesmos quando aparelhados. Outro aspecto diz respeito à comunidade acadêmica santomense, a qual deve ser incentivada a realizar estudos sobre a resolução de conflitos internos às organizações, pois de acordo com os resultados, este é um dos motivos pelo qual a grande maioria dos produtores não participa de alguma associação ou cooperativa.

Menezes (2012) afirma que o Estado foi o protagonista na indução do processo de desenvolvimento, sendo ele o principal ator na condução da sociedade, estando sempre presente na vida econômica, social e cultural. Já para o setor agrícola pode-se perceber que o Estado, neste momento tem agido apenas como regulador, enquanto os atores que mais contribuí para o seu desenvolvimento foram até aqui as Organizações Não Governamentais (ONGs) e alguns atores internacionais.

Também sugere-se que os diferentes parceiros internacionais, bilaterais e multilaterais sejam mais flexíveis em termos de condicionalidades e tentem elaborar em conjunto com o país projetos nos quais ambos os lados estejam de acordo e considerem-nos como prioritários. A própria Secretária de Estado norte-americana, Hilary Clinton, defendeu uma nova abordagem na elaboração das políticas agrícolas

²⁸ Informações obtidas por meio de entrevista com o responsável por fileira de culturas alimentares.

quando passariam a elaborar políticas levando em conta as características peculiares de cada país.

Ao concluir estas considerações, com base na experiência da autora, sugere-se que a cultura da documentação seja adotada em detrimento da tradição oral referida vulgarmente como de “boca boca”, pois se as informações não forem publicamente registradas, perde-se a precisão no valor do trabalho profissional.

REFERÊNCIAS

ABROMOVAY, R. **As particularidades da agricultura no desenvolvimento econômico.** 2007.

AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E PROTEÇÃO DO AMBIENTE – ADAPA. **Relatório preliminar do Diagnóstico.** Setembro de 2013.

AGENDA 21. In: **Ecolnews**, s. d.. Disponível em: <<http://www.ecolnews.com.br/agenda21/>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

AZEVEDO, P. F. A nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agric. São Paulo**, São Paulo, p. 33-52, 2000.

BANCO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO – BID. **A política das políticas públicas.** Rio de Janeiro: Elvazier; Washigton: BIB, 2007.

BARBOSA, José Gomes, **Políticas públicas e estratégia de desenvolvimento para São Tomé e Príncipe.** Dissertação (Mestrado em Gestão e Estratégia Industrial). Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão. Lisboa, 2001.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. **Tecnologia de gestão e agricultura familiar.** 2005. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/02O122.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2011.

BERTHET, M. A. Reflexões sobre as roças em São Tomé e Príncipe. **Estud. Hist.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 331-351, jul./dez. 2012.

BOAHEN, A. A. (Ed.) **História geral da África.** V. VII – África sob dominação colonial, 1880-1935. 2. ed. rev. Brasília: Cortez Editora/UNESCO, 2010.

CHAMBE, M. A. G. C. Sistemas de produção agrícola do caju e o modo de vida dos pequenos produtores familiares de Manjacaze. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade. 2011, 199 p. Dissertação de Mestrado.

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO – CIAD. **Avaliação da sustentabilidade das finanças saotomense. Evolução e tendências das principais variáveis**

orçamentais/macroeconômicas e desafios que colocam às autoridades. São Tomé e Príncipe, 2011.

DEUBEL, A. R. **Políticas públicas:** formulación, implementación y evaluación. Bogota: Ediciones Aurora, 2006.

DIAGNÓSTICO socioeconômico realizado em São Tomé e Príncipe entre 2007 e 2008 com aplicação de questionários a 430 “novos” agricultores em diversas regiões do país. Brasil, 2008.

FERREIRA NETO, J. A.; MUNIZ, J. N. **Reforma agrária e construção de identidades: a formação dos agricultores em São Tomé e Príncipe. Base empírica:** diagnóstico socioeconômico realizado em São Tomé e Príncipe entre 2007 e 2008 com aplicação de questionários a 430 “novos” agricultores em diversas regiões do país. Brasil, 2008.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **FAO-OEA/CIE-IICA working group on agricultural and livestock statistics for Latin America and the Caribbean – 26.** 2013a. Disponível em: <<http://www.fao.org/economic/ess/ess-events/iica26/en/#.UyfwYfldV5F>>. Acesso em: 01 dez. 2013.

_____. **Final 2012 Data Now Available.** 2012. Disponível em: <<http://faostat.fao.org/site/339/default.aspx>>. Acesso em: 15. Abr. 2013.

_____. **São Tomé e Príncipe.** 2013b. Disponível em: <<http://www.fao.org/countryprofiles/index/en/?iso3=STP>>. Acesso em: 15. Abr. 2013.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social.** 1960. Trad. de Carolina Martuscelli Borli. 7. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

GOVERNO promete aumentar investimentos no sector da agricultura e pescas. São Tomé, 13 de outubro de 2008. In: **Téla Nón.** 2008. Disponível em: <<http://www.telanon.info/economia/2008/10/13/469/governo-promete-aumentar-investimentos-no-sector-da-agricultura-e-pescas/>>. Acesso em: 04 out. 2011.

HILL, M. **The public policy process.** Harlow, England: Pearson Education Limited. 2009.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública, seus ciclos e subsistemas**: uma abordagem integral. Trad. da 3. ed. Editora Elsevier, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE – INE. **São Tomé e Príncipe em números**. São Tomé e Príncipe, 2013.

INTERNATIONAL MONETARY FUND – IMF. **World economic outlook**: a survey by the staff of the International Monetary Fund. Washington: International Monetary Fund, 2013. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/02/pdf/text.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2013.

LASCOUMES, P.; LE GALÉS, P. Instrument. In, BOUSSAGUET, L.; JACQUOT, S. ; RAVINET, P. (Orgs.). **Dictionnaire des politiques publiques**. Paris: Presses de Sciences Po., 2006. (Collection Références).

LINDBLOM, C. E. **El proceso de elaboración de políticas públicas**. 1. ed. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1991.

LINDER, S. H.; PETERS, B. G. Instruments of government: perceptions and contexts. **Journal of Public Policy**, Cambridge University Press, v. 9, n. 1, p. 35-58, jan./mar. 1989.

LOURENÇO, Luiz C.B. 'A Construção do Estado Estratégico: a percepção dos atores intervenientes nas políticas públicas para a agricultura no Brasil no período 1991-2005", 2008. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2008.

MALUF, S. **Teoria geral do estado**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Eds.). **História geral da África**. V. VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

MEDEIROS, R. M. V. Políticas públicas e agricultura familiar. In: MOREIRA, E.; TARGINO, I. (Orgs.). **Desertificação, desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**: recortes no Brasil, em Portugal e na África. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2004.

MENEZES, A. B. **Estado, política pública e desenvolvimento**: Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe. Tese (Doutorado em Estudo do Desenvolvimento). Universidade

de Trás-os-Montes e Alto Douro. Escola de Ciências Humanas e sociais. Departamento de Economia, Sociologia e Gestão. Vila Real, 2012.

MIRANDA, L. C.; RABELO, F. D. B.; PACHECO, J. A. A.; SILVA, E. V. Agricultura santomense e sua perspectiva no século XXI: uma análise socioambiental da Ilha do Príncipe – São Tomé E Príncipe, África. **Revista GEONORTE**, v. 3, p. 463-473, 2012.

MORAES, R. C.; ÁRABE, C. H. G.; SILVA, M. P. **As cidades cercam os campos**. S. d.

MORAIS, L. C. **Políticas públicas aplicadas ao agronegócio**. Santa Helena, GO, 2008.

NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M. Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar. **Texto para Discussão 42**, Embrapa Informação Tecnológica, Brasília, 2011.

NIGÉRIA; SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. **Declaração Conjunta de Abuja sobre Transparência e Boa Governança na Zona de Desenvolvimento Conjunto**. 26 de junho de 2004. Disponível em: <http://www.anp-stp.gov.st/pt/wp-content/uploads/2009/11/Abuja_Joint_Declaration_PORT_FINAL.pdf>. Acesso em: 29 out. 2013.

NÓBREGA, M. F. **Desafios da política agrícola**. Editora Jornalística em co-edição com o CNPQ. Janeiro de 1985.

OLIVEIRA, T. M. V. Amostragem não probabilística: adequação de situações para o uso e limitações de amostras, por conveniência julgamento e quotas. **Administração Online**, v. 2, n. 3, jul./ago./set. 2001.

PARADA, E. L. **Introducción a las política públicas**. Chile: Fundo de Cultura Economica, 2002.

PEDROZO, E. A.; FENSTERSEIFER, J. E.; PADULA, A. D.; WAQUIL, P. D.; NETTO, C. G. A. M. O “Sistema Integrado Agronegocial” (SIAN): uma visão interdisciplinar e sistêmica. **II Workshop Brasileiro de Gestão de Sistemas Agroalimentares**, PENSA/FEA/USP, Ribeirão Preto, 1999.

PEEL, M. C.; FINLAYSON, B. L.; MCMAHON, T. A. Updated world map of the Koppen-Geiger climate classification. **Hydrol. Earth Syst. Sci.**, v. 11, p. 1633-1644,

2007. Disponível em: <<http://www.hydrol-earth-syst-sci.net/11/1633/2007/hess-11-1633-2007.pdf>>. 16 abr. 2013.

PEREIRA, C. **Administração pública**: evolução histórica, modernização, qualidade e inovação. São Tomé e Príncipe, 2008.

PETERS, B. G. **American public policy**: promise and performance. 3. ed. Chatham, New Jersey: Chatham House Publications, 1993.

PINTO, J. N. Diagnóstico de base. Direito à Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional nos Países da CPLP. FAO. **Project Number**: GCP/INT/297/SPA, jun. 2011.

RESERVAS externas diluíram no primeiro trimestre de 2011. 09 de maio de 2011. In: **Téla Nón**. 2011. Disponível em: <<http://www.telanon.info/economia/2011/05/09/7074/reservas-externas-diluiram-no-primeiro-trimestre-de-2011/>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

RESOURCE Statistics – Land – August 2011. In: **Open Data**. 2011. Disponível em: <<http://saotome.opendataforafrica.org/FAORSL2011Aug/resource-statistics-land-august-2011>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: **O estudo da política**: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SÃO TOMÉ AND PRÍNCIPE FAO STAT – Land use and Agricultural Inputs. In: **Open Data**. 2009. Disponível em: <<http://saotome.opendataforafrica.org/oxbgclg/s%C3%A3o-tom%C3%A9-and-pr%C3%ADncipe-fao-stat-land-use-and-agricultural-inputs>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. **Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe**. 2003.

_____. **Diagnóstico do Projeto Descentralizado de Segurança Alimentar**. 2010.

_____. Ministério da Agricultura. Direção de Planeamento Agrícola. **Carta de Política Agrícola, do Desenvolvimento Rural e das Pescas**. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/cplpunccd/Biblioteca/bib_STP_/Microsoft_Word_-_Cap_1-6.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2013.

_____. Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural. **Definições e conceitos agropecuários. Censo Agropecuário em elaboração.** Outubro de 2013.

_____. Ministério de Plano e Finanças. **Estratégia Nacional de Redução da Pobreza.** São Tomé e Príncipe, 2002.

_____. Petróleo. S. d. Disponível em: <<http://www.gov.st/content.php?intMenuID=51>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

_____. _____. Segunda versão da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2012-2015. São Tomé e Príncipe, 2012.

_____. Ministère du Plan et du Développement. **Programme National de Sécurité Alimentaire et Nutritionnelle.** Fevereiro de 2012.

SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. (Orgs.). **Fome Zero: a experiência brasileira.** Brasília: MDA, 2010.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 abr. 2013.

STIGLITZ, J **Economics of the Public Sector.** New York. Resumo elaborado por grupo de estudo de Economia do Setor Público (GESP). 1997.

TAVARES, M. S. "Equador". Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

TALAMINI, E. **Implementação de programas de segurança alimentar e o uso de ICT pela cadeia exportadora de carne suína brasileira.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios. Programa de Pós-Graduação em Agronegócios. Porto Alegre, 2003.

THE WORLD BANK. **GDP (current US\$).** Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

TIMMER, C. P.; FALCON, W. P.; PEARSON, S. R. **Análise da política alimentar.** Publicado para o Banco Mundial. Trad. de Ana Leão e Jorge Leão com o apoio financeiro de Fundação de Rockefeller. Baltimore/Londres: The Johns Hopkins University Press Baltimore e Londres, 1983.

TINY, K. **Boa governação, capacitação do estado e desenvolvimento**: o caso de São Tomé e Príncipe. 2005.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **Development agenda beyond 2015**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/development/desa/development-beyond-2015.html>>. Acesso em: 14 mar 2014.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VIEIRA, S. Introdução a Bioestatística. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

WIKIPEDIA. **Gulf of Guinea**. Disponível em: <[http://en.wikipedia.org/wiki/File:Gulf_of_Guinea_\(English\).jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Gulf_of_Guinea_(English).jpg)>. Acesso em: 03 mar. 2014.

APÊNDICE “A” – Apresentação de dados

Tabela A - Exportações/importações de São Tomé e Príncipe por quantidade e unidade monetária de 2005 a 2012.

Anos	Exportação		Importação	
	Toneladas	Mil Dólares	Toneladas	Mil Dólares
2005	3.563,3	1.895,2	73.032,0	27.614,8
2006	3.126,4	2.559,2	90.583,4	46.581,7
2007	3.558,9	2.807,6	94.488,1	57.129,0
2008	3.840,2	4.363,0	93.903,0	88.272,0
2009	3.528,4	5.325,6	108.043,8	88.058,6
2010	3.251,4	6.268,0	104.478,8	109.310,1
2011	2.881,1	5.414,0	97.935,9	123.934,3
2012	4.195,5	6.116,3	108.413,4	141.689,0
Total		34.748,9		682.589,4

Fonte: *INE*, (2013).

Tabela B – Algumas comunidades agrícolas e número de agricultores identificados durante a pesquisa documental (continua).

Distrito	Comunidades Agrícolas	Número de Agricultores
Lemba	São José	1
	Santa Cotilde	2
	Ponta-Figo	3
	Plancas II	4
	Plancas I	5
	Água Sampaio	6
	Praia das conchas	7
Me-zochi	Rio Lima	8
	Rodia	9
	Bom Sucesso	10
	Milagrosa	11
	Quinta das Palmeiras	12
	Santa-Cruz	13
	Roça Laura-Plateuo	
Caué	Roça Diana	14
	Generosa	15
	Quimpo	16
	Ponta das Palmeiras	17
	Monte Belo	18
Água-Grande	Porto Alegre	19
	Blu-Blu	20
	Amparo II	21
Cantagalo	Gonga	
	Uba-Budo Praia	22
	Amparo I	23
	Colônia Açoriana	24
	Pinheira	25
	Bernardo Faro	26

Tabela B – Algumas comunidades agrícolas e número de agricultores identificados durante a pesquisa documental (conclusão).

Distrito	Comunidades Agrícolas	Número de Agricultores
Lobata	Uba Cabra	27
	Mesquita	28
	Santarém	29
	Santa Luzia	30
	Santa Clara	31
	Monte Carmo	32
	Água Sampaio	33
	Boa Esperança	34
	Ferreira Governo	35
	Changra Cima	36
	Desejada	37
	Ponta-Obô	38
	Oquê Maquina	39
	Praia Nazaré	40
	Santo Amaro	41

Fonte: Da autora

Tabela C – Resumo das comunidades visitadas e número de produtores inquiridos.

Comunidade	Número de Produtores
Amparo I	2
Amparo II	7
Bom Sucesso	7
Colônia Açoriana	5
Pinheira	5
Plancas II	8
Ubá Cabra	6
Total	40

Instituição	Número de Gestores
PDSA-ADAPA	1
PAPAFPA	2
Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pesca	1
PRIASA	1
Total	5
Total Geral	45

Fonte: Da autora.

Quadro A – Principais cultivos adotados pelos pequenos agricultores participantes da pesquisa.

Distritos	Comunidade	Principais Cultivos
Distrito de Água Grande	Amparo II	Tomate, repolho, feijão verde, pepino e cenoura, cacau, banana pão e prata, matabala, malagueta, couve, milho, cebola, alface
Distrito de Mé-zochi	Bom Sucesso	Tomate Cenoura, feijão verde repolho, pimentão, batata inglesa
Distrito de Caué	Pinheira	Tomate pimentão mandioca milho e cebola, banana feijão verde, goiaba, ananás, melancia, malagueta, melão, banana pão
	Colônia Açoriana	Banana pão e prata cacau convencional, limão matabala abacaxi, milho e mandioca
	Amparo I	Jaca, banana prata, cacau, café e matabala
Distrito de Lobata	Uba, Cabra e Mesquita	Banana pão, tomate, cebola, pepino, feijão verde, malagueta, repolho, batata doce, mamão, amendoim, mandioca, melancia
Distrito de Lembá	Plancas II	Banana prata, cacau, jaca, fruta, cana, mandioca, milho, ananás, abacate, safú, manga, baunilha, pimenta, matabala, jaca, fruta pão

Fonte:Da autora.

APÊNDICE “B” – Roteiro de entrevista utilizado junto aos gestores

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)

Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (PROPAGA)

Prezado (a) gestor (a),

Este roteiro de entrevista semiaberta tem o intuito de coletar dados para serem utilizados em uma pesquisa em realização pela mestranda do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade de Brasília – linha de pesquisa Agronegócio e Agricultura Familiar, sobre o tema “**POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE : uma análise das percepções dos agentes e pequenos produtores**”. Os dados que compõem este “*survey*” são confidenciais e serão utilizados para fins unicamente acadêmicos.

Variáveis Demográficas:

Entrevistado (a) nº _____.

Sexo: () M () F

Empresa ou instituição: _____.

Cargo: _____.

Faixa etária: () de 26 a 35 anos () de 36 a 45 anos
() de 46 a 55 anos () mais de 56 anos

Tempo (em anos) na instituição: _____.

Tempo (em ano) na carreira: _____.

Qual é a sua formação? Especifique: _____.

Eng. Agrônomo e Mestrado em andamento na área de segurança alimentar: _____.

Contato (e-mail, telefone, etc.): _____.

- 1) A agricultura é um dos setores que mais contribuem para o crescimento do PIB do país. Nesse sentido, exige uma especial atenção por parte do governo para que este setor continue a crescer e, assim, atender aos objetivos da exportação bem como do abastecimento do mercado interno. De acordo com o exposto acima peça, por favor, que dê a sua opinião sobre as seguintes questões:
- 2) Acredita que o governo tem dado devida importância/atenção ao setor agrícola? Se for conveniente pode citar algumas políticas Desenvolvidas neste setor?

- 3) Acredita que as políticas agrícolas desenvolvidas pelo governo são condizentes com as necessidades dos agricultores? O Senhor pode citar as principais necessidades ou dificuldades dos agricultores atualmente?
- 4) Acredita que essas políticas estão solucionando essas necessidades?
- 5) Em que escala, os pequenos agricultores estão a ter acesso essas políticas?
- 6) O Senhor saberia dizer qual o montante de recursos financeiros disponibilizado pelo governo para o setor de agricultura no ano de 2012 para 2013?
- 7) O Senhor saberia dizer o perfil dos agricultores e quantos deles se beneficiaram e ou se beneficiam com o crédito?
- 8) Pode tecer um breve comentário sobre a política de reforma agrária e do crédito rural do país?
- 9) Elenque por ordem de prioridade, de 1 a 6, quais desses objetivos considera mais importantes para o STP nos próximos 10 anos para o setor agrícola. (marque com X)

9.1 Alto nível de crescimento econômico incentivo a investidores estrangeiros ()

9.2 Aumentar a produção dos produtos tradicionais destinados à exportação ()

9.3 Estender os benefícios das políticas agrícolas a todos os agricultores (universalização das políticas) ()

9.4 Garantir o abastecimento interno e segurança alimentar do país (soberania alimentar) ()

9.5 Diminuir ao máximo a quantidade de produtos importados destinados à alimentação em geral ()

10) Qual a sua opinião sobre a afirmativa abaixo? (marque com X)

“O Governo tem atualmente uma estratégia clara para o futuro da agricultura em STP, que considera os riscos de insegurança alimentar, perante uma crise de alimentos mundial”.

9.1 Concordo totalmente ()

9.2 Concordo parcialmente ()

9.3 O Governo não tem nenhuma estratégia de futuro ()

11) Na sua opinião, o Governo tem dado devida atenção às atividades de abastecimento com produção nacional? (marque com X)

11.1 Não ()

11.2 Sim, espontaneamente ()

11.3 Sim, mas não é suficiente ()

Algum comentário a mais sobre essa questão?

12)Alguma observação de uma forma em geral?

Muito obrigada pela sua colaboração.

Entrevistadora: Anitilza Laby.

Local da realização da entrevista:

Data e horário: _____/_____/ 2013; _____h.

APÊNDICE “C” – Roteiro de entrevista utilizado junto aos pequenos produtores

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
Programa de Pós-Graduação em Agronegócio (PROPAGA)**

Prezado (a) agricultor (a),

O presente formulário tem o intuito de coletar dados para serem utilizados em uma pesquisa que está sendo realizada pela mestranda do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade de Brasília – linha de pesquisa Agronegócio e Agricultura Familiar, sobre **“POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE : uma análise das percepções dos agentes e pequenos produtores”**. O senhor (a) será convidado (a) a fazer uma avaliação de políticas desenvolvidas no país bem como do seu processo de produção. Os dados coletados por meio da pesquisa são confidenciais e serão utilizados para fins unicamente acadêmicos.

1 Variáveis demográficas

1.1 Distrito: _____

1.2 Comunidade: _____

1.3 Sexo do responsável pela propriedade:

() Masculino () Feminino

1.4 Faixa etária:

() 18 a 25 () 26 a 35 () 36 a 45

() 46 a 55 () Mais de 56

1.5 Tempo (em anos) de atividade agrícola: _____ anos.

1.6 Escolaridade:

() Não Alfabetizado () Alfabetizado
() Ensino primário completo () Ensino básico completo
() Ensino secundário completo () Ensino superior
() Superior incompleto

1.7 Informações relativas à propriedade e ao responsável:

Sexo	Parentesco	Idade	Estudante	Trabalhador	Atividade/profissão

1.8 O senhor participa de alguma associação ou Cooperativa?

() Sim () Não

Nomear: _____

1.9 Possui casa própria?

() Sim () Não

Se não:

() Moro de aluguel () Moro em casa concedida pelo governo

1.10 Que tipo de casa possui?

() Alvenaria () Madeira () Van Plegá

1.11 Possui casa de banho ou latrina privada para a família?

() Sim () Não

1.12 Onde busca água potável (em condições para o consumo)?

() Rio () Água canalizada () Tanques de Estado

2 Informações relativas à propriedade

2.1 Como adquiriu a sua propriedade?

() Por meio da ação do governo

() Por meio de compras

() Por arrendamento

() Outros. Especifique: _____

2.2 O senhor tem registro da área que possui?

() Sim () Não

2.3 Qual o tamanho da sua propriedade? _____ hectare(s)

2.4 Quantos membros da sua família trabalham na produção rural?

Permanente: _____ Temporários: _____

3 Avaliação das políticas

3.1 O senhor foi beneficiado com a política de distribuição de terras? Como o senhor avalia os resultados dessa política? O que é que o senhor achou dessa política?

() Mau () Razoável () Bom

() Muito bom () Ótimo

4 Crédito rural

4.1 Já foi beneficiado com o crédito agrícola?

() Sim () Não

Se sim, aponte o ano: _____

Pode dizer o valor? STD _____

4.2 Em sua opinião esse benefício foi suficiente?

() Sim () Não

4.3 Os créditos recebidos foram para custear:

() Produção () Compra de máquinas e equipamentos

4.4 O senhor recebeu algum suporte técnico para plantio a comercialização do produto.

() Sim () Não

() Sim, mas não foi suficiente

4.5 Como o senhor avalia a política de crédito rural?

() Ótima () Boa () Regular () Péssima

5 Avaliação dos projetos de intervenção do Governo

5.1 O Senhor foi ou está sendo beneficiado com algum desses projetos? Pode marcar mais de uma:

() PAPAFFPA () PRIASA () PDSA

Outros: _____

5.2 O senhor identificou alguma melhora depois da intervenção desses projetos?

() Sim () Não

Se sim, em termos de quê?

5.3 Qual a sua avaliação sobre o apoio recebido desses projetos ou intervenção.

() Ótima () Boa () Regular () Péssima

6 Em relação ao processo de produção e comercialização

6.1 O senhor pode citar até 5 principais cultivos desenvolvidos em sua propriedade?

6.2 A sua produção é predominantemente para:

() Consumo próprio (subsistência) da família

() Venda

6.3 Como faz escoamento da sua produção para o mercado?

() Caro de Praça

() Caro alugado

() O próprio comprador transporta

() Transporte próprio. Qual? _____

() Através da cooperativa

Outros: _____

6.4 Cite até 3 dificuldades que o senhor enfrenta em relação à produção comercialização dos seus produtos?

6.5 Considera continuar no futuro a atividade no campo?

() Sim () Não

Por que? _____

6.6 Incentiva seus filhos a darem continuidade a sua atividade?

() Sim () Não

Por que? _____

7 Renda

7.1 O senhor saberia dizer qual a receita média mensal da produção agrícola do seu estabelecimento?

STD _____

7.2 Qual a composição da renda da sua família:

Renda agrícola _____ % _____ STD

Trabalho fora da Propriedade _____ % _____ STD

Aposentadoria _____ % _____ STD

7.3 Houve aumento da renda depois da intervenção das políticas?

() Sim () Não

De quanto foi o aumento? STD _____ %.

7.4 Quanto o senhor acha que seria suficiente para atender as necessidades da sua produção?

7.5 De que fonte é o teu investimento atualmente:

() Apoio do governo

() Próprio

() Apoio de uma ONG. Cite: _____

7.6 Possui outra fonte de renda que não seja essa?

() Sim () Não

Se sim, pode especificar?

() Sim () Não

Se sim, qual? _____

8 Observações

Muito obrigada pela sua colaboração.

Entrevistador : Anitilza Laby.

Local da realização da entrevista:

Data e horário: _____/_____/ 2013; _____h.